

ANAIS
SENPEX 2018



IX SENPEX

profissional do futuro: cenários e desafios

Orleans, 17 e 18 de outubro 2018



ANAIS

IX Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão do UNIBAVE - SENPEX
“O profissional do futuro: conquistas e desafios”
Orleans, Santa Catarina - 17 e 18 de outubro de 2018

Ana Paula Bazo
Dimas Ailton Rocha
(Organizadores)

ISBN: 978-85-67456-30-0

ANAIS

IX Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão do UNIBAVE - SENPEX
O profissional do futuro: conquistas e desafios
Orleans – Santa Catarina – 17 e 18 de outubro de 2018.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do UNIBAVE

S471

Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão - SENPEX: O
profissional do futuro: conquistas e desafios (9 : 2018: Orleans, SC).

Anais - IX Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão - SENPEX,
17 e 18 de setembro em Orleans, SC / Organizadores: Ana Paula Bazo;
Dimas Ailton Rocha.

Modo de acesso: periódicos.unibave.net

ISBN: 978-85-67456-30-0

Evento realizado pelo Centro Universitário Barriga Verde –
UNIBAVE e
organizado pelas Pró-Reitorias de Ensino de Graduação e de Pós
Graduação,
Pesquisa e Extensão.

1. Pesquisa. 2. Ensino. 3. Extensão. I. Bazo, Ana Paula. org.
II. Rocha,
Dimas Ailton. org. III. Título.

CDD: 370.7

COMITÊ CIENTÍFICO

Adalberto Alves de Castro
Adriana Zomer de Moraes
Ana Paula Bazo
André Freccia
Cláudio Sérgio da Costa
Fernanda Zanette de Oliveira
Glaucea Warmeling Duarte
Greice Lessa
Guilherme Doneda Zanini
Jádina De Nez
João Fabricio Guimara Somariva
Joélia Walter Sizenando Balthazar
Josué Alberton
Juliana Natal da Silva
Julio Preve Machado
Luiza Liene Bressan da Costa
Mauro Maciel Arruda
Miryam Cruz Debiasi
William Casagrande Candiotta

APRESENTAÇÃO

Nos dias 17 e 18 de outubro de 2018, no UNIBAVE aconteceu a nona edição do Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão - SENPEX do UNIBAVE, com a temática: "O profissional do futuro: conquistas e desafios".

A realização do evento é relevante para o desenvolvimento institucional e para comunidade pertencente ao entorno, uma vez que possibilita a socialização de trabalhos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos por docentes, discentes e egressos do UNIBAVE e de outras instituições. Destaca-se também, que o SENPEX tem possibilitado, aos docentes e discentes internos e de outras IES, a divulgação e publicação de seus trabalhos, conferindo-lhes maior experiência e visibilidade no meio acadêmico. A programação do VIII SENPEX contou com 28 oficinas temáticas (dia 17/10/2018) e com apresentação oral de 123 trabalhos acadêmicos (18/10/2018).

SUMÁRIO

Área temática: Administração e Ciências Contábeis

A COMUNICAÇÃO NAS EMPRESAS E O VALOR DA MARCA <i>(Ana Karoline Arent; Bruna C. Cechin; Luana Martins; Luiza L. Bressan; Maykelly de Oliveira Maccari; Stefany C. Baggio; Tiago Frol Cancelier)</i>	16
A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA - SC <i>(Karin Roecker Warmling; Miriam Aparecida Silveira Mazzuco; Mario Sérgio Rosso Bortolatto; Ismael Mazzuco; Luiz De Noni; Volnei Margoti; Berto Warmeling)</i>	28
ANÁLISE DE CENÁRIOS UTILIZANDO A FERRAMENTA DRE: UM ESTUDO DE CASO APLICADO A UMA FÁBRICA DE FOLHAS DE PAPEL A4 <i>(Wagner Crozetta; Alessandro Cruzetta; Berto Varmeling; Claiton Uliano; Pedro Cechinel Júnior)</i>	44
COMPARATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL ENTRE DOIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA <i>(Maiara Schuelter; Jose Sadi Borges; Marcos Volpato; Jádina De Nez; Vanessa Isabel Cataneo; Luiz De Noni; Jose Antonio Redivo)</i>	57
COMPARATIVO ENTRE O LUCRO PRESUMIDO E LUCRO REAL EM UMA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA <i>(Sabrina da Silva; Jose Sadi Borges; Marcos Volpato; Jádina De Nez; Julio Preve Machado; Luiz De Noni; Jose Antonio Redivo)</i>	72
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E SEMIÓTICA: UM ESTUDO DE CASO DA MARCA APAE <i>(Lara Lehmkuhl Zomer; Luiza Liene Bressan; Maria Eduarda C. Gonçalves; Nadini Wernke; Volnei Margotti)</i>	88
GERENCIAMENTO E PLANEJAMENTO DE ESTOQUE: APLICAÇÃO EM UMA EMPRESA DE IMPLEMENTOS PARA CHURRASCO <i>(Pâmela Orbem Brighente, Jacira Aparecida de Souza Wagner Zanatta)</i>	102
GESTÃO DO CONHECIMENTO NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE A SUA NECESSIDADE <i>(Pedro Antonio Crocetta, Bruna Baggio Crocetta, Hugo de Pellegrin Coan)</i>	118
OS DESAFIOS DO MERCADO E AS EXPECTATIVAS DOS CONTADORES ATUANTES EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO - SC <i>(Taíze Kuehlkamp Fuchter, Marcos Volpato, Jádina De Nez, Vanessa Isabel Cataneo, Luiz De Noni, Jose Antonio Redivo, Jose Sadi Borges)</i>	133
SPED FISCAL: AS DIFICULDADES DO BLOCO K <i>(Ederson Mendes Volpato, Marcos Volpato, Jádina De Nez, Vanessa Isabel Cataneo, Luiz De Noni, Jose Antonio Redivo, Jose Sadi Borges)</i>	146

Área temática: Agroveterinária

A INFLUÊNCIA DO NÚMERO DE PARTOS NAS TAXAS DE CONCEPÇÃO EM VACAS DE CORTE MANTIDAS EM PASTAGEM CULTIVADA E SUBMETIDAS À IATFK (<i>Victor De Matos Cizeswski; Murilo Farias Rodrigues; Nicole de Mello Foerster</i>)	160
AMENDOIM FORRAGEIRO: ALTERNATIVA VIÁVEL EM SISTEMAS PASTORIS? (<i>Karina Baesso; Laine de Neez; Mirian Daleffe Innocenti; Jaqueline Tais Cleveston; Laryssa Patriota Carvalho; Adriana Fabizack Schlickmann; Guilherme Doneda Zanini</i>)	170
APLASIA UNILATERAL DO CORNO UTERINO EM CADELA – RELATO DE CASO (<i>Julia Souza Salazar, Sara Padilha, Lívia Gonçalves da Silva Valente, Luciane Orbem Veronezi e Guilherme Valente de Souza</i>)	181
ARTRITE SÉPTICA CANINA: RELATO DE CASO (<i>Renata Alberton Debiasi; Guilherme Valente de Souza; Julia Daniel Damiani; Amanda Flores Teixeira; Daniel Pereira dos Santos; Gabriel Pereira Berti</i>)	190
AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DE INFECÇÃO UTERINA EM VACAS LEITEIRAS FAZENDO USO DO METRICHECK (<i>Dileuza Ascari Laipelt; Camilla Perin Branco; Natã Medeiros Godinho; Luciane Orbem Veronezi</i>)	205
CARACTERIZAÇÃO HISTOPATOLÓGICA DE NEOPLASIAS MAMÁRIAS EM CADELAS SUBMETIDAS A TRATAMENTO CIRÚRGICO (<i>Igor Vieira da Rosa; Natã Medeiros Godinho; Andreza Verncke Schlickmann; Mateus Wiggers Kowalski; Luciane Orbem Veronezi</i>)	219
CAUSAS DE CONDENÇÃO DE CARÇAÇAS E VÍSCERAS DE SUÍNOS EM UM FRIGORÍFICO/MATADOURO COM INSPEÇÃO ESTADUAL NA REGIÃO DO EXTREMO SUL DE SANTA CATARINA (<i>Arthur Ponciano Bonin; Natã Medeiros Godinho; Luciane Orbem Veronezi</i>)	237
CORRELAÇÃO DE PARASITISMO INTESTINAL E A EOSINOFILIA EM CÃES E GATOS (<i>Natã Medeiros Godinho; Thais de Almeida Knopf; Camila Zomer Spindola; Laura Vieira Tonon</i>)	259
CRÍPTOCOCOSE FELINA: RELATO DE CASO (<i>Amanda Flores Teixeira; Daniel Pereira dos Santos; Julia Daniel Damiani; Tuani Batista; Lívia Gonçalves Valente</i>)	267
DETERMINAÇÃO DE GLIFOSATO NO SOLO ATRAVÉS DO MÉTODO DE CROMATOGRAFIA (<i>André Taratrê; Éric Felipe Nolla; Gilvanio Loli Carrer; Mateus Bianco; Welinton Salvalaggio Peron; Luciano Giassi</i>)	275
FIXAÇÃO ESPINHAL SEGMENTAR MODIFICADA PARA ESTABILIZAÇÃO VERTEBRAL EM TRAUMA MEDULAR DE UM CÃO ATROPELADO: RELATO DE CASO (<i>Deise Tomé; Lívia Gonçalves da Silva Valente; Tatiane Amancio; Guilherme Valente de Souza; Laura Vieira Tonon</i>)	289
HEMANGIOMA CONJUNTIVAL EM CÃO: RELATO DE CASO (<i>Tatiane Amancio; Natália Heidemann Schlickmann; Lívia Gonçalves da Silva Valente; Jonis Baesso Ghizzo; Tainá Souza Gonçalves</i>)	304
INTOXICAÇÃO POR PTERIDIUM AQUILINUM (SAMAMBAIA) EM BOVINOS: UM RELATO DE CASO (<i>Renata Bett Giongo; Natã Medeiros Godinho; Mateus Wiggers Kowalski; Andreza Werncke Schlickmann; Luciane Orbem Veronezi</i>)	312

MANEJO INTEGRADO DE HELICOVERPA ARMIGERA (HÜBNER, 1809) (LEPIDOPTERA:NOCTUIDAE) EM TOMATE (SOLANUM LYCOPERSICUM L.) (Nelson Felipe Goudinho; Janaína Veronezi Alberton; Vanuza Neckel Meurer)	334
MASTITE CLÍNICA CAUSADA POR NOCARDIA SPP. NO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE (SC): RELATO DE CASO (Fabio Schmoller Meurer; Karolina Oliveira; Larissa Américo; Dalvana Loch; Renata Bett Giongo; Valdirene Teles Mello; Guilherme Drescher)	349
MASTITE GANGRENOSA EM BOVINOS LEITEIROS: RELATO DE CASO (Larissa Américo; Karolina Oliveira; Fábio Schmoller Meurer; Dalvana Loch; Jainara Bitencourt; Renata Bett Giongo, Guilherme Drescher)	356
MÉTODOS CROMATOGRÁFICOS UTILIZADOS PARA DETERMINAÇÃO DE RESVERATROL EM UVAS E SEUS DERIVADOS E BENEFÍCIOS PARA SAÚDE HUMANA (Francieli Ascari Perin; Laine De Nez; Karina Baesso; Mirian Daleffe Innocenti; Luciano Giassi)	364
O USO DE FORRAGENS NA PRODUÇÃO LEITEIRA: QUAL SUA IMPORTÂNCIA? (Wagner Luan dos Santos; Eliana Branco Ribeiro; Guilherme Doneda Zanini)	380
OBESIDADE CANINA: UM DISTÚRBO ALIMENTAR À SE DAR ÊNFASE (André Freccia; Natália Heidemann Schlickmann; Tatiane Amancio)	393
PREVALÊNCIA DAS PRINCIPAIS DOENÇAS REPRODUTIVAS EM FORMOSA DO SUL (SC) (Karolina Oliveira; Larissa Américo; Fábio Schmoller Meurer; Dalvana Loch; Jainara Bitencourt; Andreza Werncke Schlickmann, Guilherme Drescher)	401
PREVALÊNCIA DE TRISTEZA PARASITÁRIA BOVINA NA MICRORREGIÃO DE ORLEANS – SC (Adriana Schug; Karolina Oliveira; Larissa Américo; Fábio Schmoller Meurer; Dalvana Loch; Valdirene Teles Mello; Guilherme Drescher)	408
PREVALÊNCIA DE TUBERCULOSE BOVINA NO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL (SC) ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2016 (Dalvana Loch; Larissa Américo; Karolina Oliveira; Fábio Schmoller Meurer; Jainara Bitencourt; Andreza Werncke Schlickmann, Guilherme Drescher)	415
PROCEDIMENTO CIRÚRGICO SÍNDROME DO ABDÔMEN AGUDO: RELATO DE CASO (Daniel Pereira dos Santos; Gabriel Pereira Berti; Guilherme Valente de Souza; Julia Daniel Damiani; Juliana Lopes Espíndola; Peterson Triches Dornbusch)	421
QUEIJO ARTESANAL SERRANO: DESAFIOS PARA SEU DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA-SC (Josemar Fernando Damaceno; Teresinha Baldo Volpato; Morgana Prá; Ana Paula Bazo)	432
RETENÇÃO DE PLACENTA EM BOVINOS DE LEITE: RELATO DE CASO (Hillary Giordani; Filipe Borges Rodrigues; Nicole de Mello Foerster; Murilo Farias Rodrigues)	444
SELEÇÃO DE MANDIOCA DE MESA NAS ENCOSTAS DA SERRA CATARINENSE (Sirlei de Lima Vieira; Darlan Rodrigo Marchesi; Fabiano Alberton)	458
USO DO OCLACITINIB (APOQUEL®) EM DERMATOPATIAS CANINAS COM PRURIDO CRÔNICO (Marcela Cristine Gill de Souza; André Freccia; Natália Heidemann Schlickmann)	467

Área temática: Direito

A (RE) CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE COMUNIDADE COMO PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CIDADE <i>(Roberta Durante Lunardi; Joélia Walter Sizenando Balthazar)</i>	482
A DISCUSSÃO ACERCA DA (IN)COMPATIBILIDADE ENTRE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A LEI COMPLEMENTAR N. 135/2010 (LEI DA FICHA LIMPA) <i>(Amanda Santa Helena Pereira; Ramirez Zomer)</i>	491
A LEI DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO MEIO DE APLICAÇÃO DO DIREITO À MORADIA <i>(Pedro Antonio Crocetta)</i>	505
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO SERVIDOR PÚBLICO FRENTE AO DEVER DE INDENIZAR <i>(Mireli Martignago, Geovanna Dalsasso Medeiros, Emiria Eing, Greice Lessa, Michele Barreto Cattaneo, Andiana Pickler Cunha)</i>	515
ALGUNS DOS IMPACTOS DA NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA <i>(Andiana Pickler Cunha; Gabriella Gesser Longuinho; Rafaela Roecker; Regiane Viana Silva; Richard da Silva; Thuane Lunardi Cargnin)</i>	529
ALIENAÇÃO PARENTAL: UM ESTUDO À LUZ DA LEGISLAÇÃO E DOCTRINA ATUAL <i>(Francieli Perin; Jana-isis Martins Ghisi; Luana Moraes Duarte; Andiana Pickler Cunha)</i>	544
ATIVISMO JUDICIAL: ATÉ ONDE É POSSÍVEL IR PELA JUSTIÇA? <i>(Amanda Santa Helena Pereira; Amanda Teza; Ana Paula Joaquim; Regiane Viana da Silva)</i>	553
COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA: FERRAMENTAS-CHAVE PARA OS BACHARÉIS EM DIREITO? <i>(Axel Dihlmann; Janaína Cavanholi José; Tatiana Buss Roecker; Otávio de Souza Sampaio; Larissa Marcelino; Suzana Souza Gomes; Luiza Liene Bressan)</i>	567
DEPOIMENTO ESPECIAL E ESCUTA ESPECIALIZADA: UMA INOVAÇÃO HUMANIZADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO <i>(Jânio Raldi Santana Júnior; Klauss Corrêa de Souza; Nair Cristine Tessmann; Regiane Viana da Silva; Rosamon Beckhauser Uliano)</i>	578
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA AS INSTITUIÇÕES PRISIONAIS E PARA A SEGURANÇA PÚBLICA: O FIM DA REVISTA VEXATÓRIA <i>(Thiago Righetto Tasca; Fernando Pavei)</i>	591
DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA DA ADOÇÃO: A APLICABILIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL <i>(Daniela Frasson; Kevilyn Marnoto; Volnei da Silva Filho; Regiane Viana da Silva; Giovani Alberton Ascari; Andiana Pickler Cunha)</i>	604
EDUCAR EM DIREITOS HUMANOS PARA MINIMIZAR AS DISCRIMINAÇÕES <i>(Gilse Pickler Bratti, Juliano Sartor Pereira, Natalia Alberton Dorigon)</i>	618
MÃE SOCIAL: UMA ANÁLISE DA LEI 7.644/87 PELO PRISMA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO TRABALHO <i>(Juliano Sartor Pereira; Francielen Mariano Sieglitz; Natália Alberton Dorigon)</i>	632
MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL: PROCESSO INFORMAL DE MUDANÇA DA CONSTITUIÇÃO <i>(Jeison Martins)</i>	647

O CONCEITO DE BEM COMUM: UMA APROXIMAÇÃO DO PENSAMENTO DE TOMÁS DE AQUINO COM O CÓDIGO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (<i>Vilmar Vandresen; William Casagrande Candioto; Giovani Alberton Ascarí; Marlene Alberton Monteguti; Camila Mendes Pilon Ricken; Andriara Pickler</i>)	655
OS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA IGUALDADE DE TRATAMENTO À LUZ DA LEI DE INGRESSO NAS CARREIRAS DAS INSTITUIÇÕES MILITARES DO ESTADO SANTA CATARINA (<i>Mireli Martignago</i>)	667
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (<i>Juliano Sartor Pereira; Deborah Ferreira Tournier; Natália Alberton Dorigon</i>)	676
PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL (<i>Thainá Philippi; Ana Carla Eing; Alcimar Spindola Mazon</i>)	691
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO DIANTE DA POLUIÇÃO HAVIDA A PARTIR DA GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS (<i>Alex dos Santos Selinger; Lara Borges Macalossi; Luiza Nack; André Garcia Alves Cunha; Pedro Zilli Neto; Greice Lessa</i>)	700
RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL FUTURO: UMA ALTERNATIVA DE CONTROLE DAS CONSEQUÊNCIAS DOS DANOS AMBIENTAIS (<i>Gilse Pickler Bratti; Natália Alberton Dorigon</i>)	714

Área temática: Educação

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE FORQUILHINHA/SC: A COMPREENSÃO DE ESTUDANTES E PROFESSOR (<i>Jediane da Silva Teixeira; João Fabrício Guimara Somariva; Viviane Ribeiro Pereira; Vanessa da Silva da Silveira; Guilherme Neves; Miryan Cruz Debiasi; Gustavo Amancio Bonetti Meneghel</i>)	727
A IMPORTÂNCIA DA INFRAESTRUTURA PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA GERED DE BRAÇO DO NORTE - SC (<i>Kelly Roecker Warmling; Ana Isabel Pereira Cardoso</i>)	740
A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO (<i>Suelen da Silva; Marlene Beckhauser de Souza; Maria Marlene Schlickmann; Miryan Cruz Debiasi; Rosilane Damazio Cachoeira</i>)	755
A PRÁTICA AVALIATIVA DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (<i>Carla Marques; Miryan Cruz Debiasi; Marlene Beckhauser de Souza; Idê Maccari Salvan; Maria Marlene Schlickmann; Alcionê Damasio Cardoso; João Fabrício Guimara Somariva</i>)	766
BLENDED LEARNING: COMO INOVAR O ENSINO HÍBRIDO COM O USO DE VIDEOCONFERÊNCIA (<i>Rodolfo Faquin Della Justina; Guilherme Matei Orbem</i>)	781
DESENVOLVENDO HABILIDADES, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE NAS ENGENHARIAS A PARTIR DO ENSINO DE FÍSICA (<i>Rosivete Coan Niehues; Anderson Volpato Alves</i>)	793

EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA SEGUNDO O CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2015 DO INEP (<i>Juliana Debiasi Menegasso; Carina da Luz; Ricardo Luiz de Bittencourt; Thaise Sutil; Danrlei De Conto; Marcilene Alberton dos Santos; Richard da Silva</i>)	798
ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DE EDUCADORES E EDUCANDOS DE UMA ESCOLA SUL-CATARINENSE (<i>Daiane Beza Cândido; Beatriz D'Agostin Donadel; Idê Maria Salvan Maccari; Rosani Hobold Duarte; Maria Marlene Schlickmann; Rosilane Damazio Cachoeira</i>)	810
ENSINO PROBLEMATIZADOR DA HISTÓRIA REGIONAL: APROPRIAÇÃO DO MUSEU AO AR LIVRE PRINCESA ISABEL EM VISITA TEATRALIZADA (<i>Beatriz D'Agostin Donadel; Valdirene Boger Dorigon; Idê Salvan Maccari</i>)	822
EQUOTERAPIA E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL (<i>Eliana Branco Ribeiro; Ana Maria Neto; Cláudio Sérgio da Costa; Luiza Liene Bressan; Fabiana Hoffmann; Rodrigo Moraes Kruehl; Adalberto Alves de Castro</i>)	836
GESTÃO DEMOCRÁTICA: O GRAU DE PARTICIPAÇÃO E A AUTONOMIA DA COMUNIDADE EDUCATIVA EM RELAÇÃO ÀS TOMADAS DE DECISÕES NO CONTEXTO ESCOLAR (<i>Tamy Warmeling Pacheco; Alcionê Damasio Cardoso; Maria Marlene Schlickmann; Miryan Cruz Debiasi</i>)	851
IMPLICAÇÕES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ENFOQUE A PARTIR DAS RELAÇÕES ESSENCIAIS DA CULTURA CORPORAL (<i>Gabriel Pessi da Rolt; Gustavo Amancio Bonetti Meneghel; Guilherme Neves; Márcio Justo Evaldt; Bruno Beloli Milioli; Eric Daros Coelho; João Fabrício Guimara Somariva</i>)	863
NEUROCIÊNCIA, EDUCAÇÃO E METODOLOGIAS ATIVAS: UM ESTUDO DE REVISÃO (<i>Eliana Branco Ribeiro; Thalia Estevam; Cláudio Sérgio da Costa; Luiza Liene Bressan; Adalberto Alves de Castro</i>)	878
O ENSINO DE MATEMÁTICA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA (<i>Thalia Estevam; William Casagrande Candioto; Eliana Branco Ribeiro</i>)	892
O ESTEREÓTIPO DA BELEZA HUMANA E A ACEITAÇÃO DAS DIVERSIDADES CORPÓREAS: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA INSPIRADA NA OBRA DE ARTE DO ARTISTA PLÁSTICO DUDU RODRIGUES (<i>Rosilete Amorin; Juliana Natal da Silva; Rosilane Damazio Cachoeira; Rosani Hobold Duarte</i>)	899
O PAPEL DO SEGUNDO PROFESSOR EM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE UMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SC: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA (<i>Marília Beza Mariano; Marlene Beckhauser de Souza</i>)	912
O USO DA TECNOLOGIA DIGITAL NA EDUCAÇÃO IBEROAMERICANA (<i>Carlos Eduardo Plens; Fresia Tamara Matamala Correa Plens</i>)	923
PARA UMA COMPREENSÃO TEÓRICA DAS ATIVIDADES DA CULTURA CORPORAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O MOVIMENTO DO PENSAMENTO SOB A LUZ DO MÉTODO DIALÉTICO (<i>Priscilla Semonetti Pizzetti; Guilherme Neves; João Fabrício Guimara Somariva; Bruno Beloli Milioli</i>)	932

- PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES: LITERATURA INFANTIL E LÚDICO COMO INSTRUMENTOS SOCIOEDUCATIVOS (*Jéssica Eiyng da Rosa; Luíza Liene Bressan; Marilete Willemann; Giovani Alberton Ascari; Alcionê D. Cardoso; Rosilane D. Cachoeira; Marlene B. de Souza*) 947
- PRESENÇA DOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM O MARCO DOUTRINAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA (*Laís Schilickmann; Morgana Padilha Debiasi; Taine de Souza; Ide Maria Salvan Maccari*) 962
- PROJETO DE EXTENSÃO “MUSEU E IMIGRAÇÃO”: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (*Vanessa Isabel Cataneo; Edina Furlan Rampineli*) 970
- RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS DIGITAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE APLICAÇÃO NO ESTUDO DOS CONCEITOS GEOMÉTRICOS (*Renata Manenti Da Silva, Michele Domingos Schneider, Volmar Madeira, Elisa Netto Zanette*) 981
- RELAÇÃO DOS PLANOS DE ENSINO COM A CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DESCRITA NO PPP DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO SUL DE SANTA CATARINA (*Juliana Canever; Ide Maria Salvan Maccari; Beatriz D’Agostin Donadel; Miryan Cruz Debiasi*) 997

Área temática: Engenharia e Tecnologia

- A CULTURA DA ESCOLA COMO NORTEADORA DE PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL (*Camila Porto de Medeiros; Joélia Walter Sizenando Balthazar*) 1012
- ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DO SOLO ATRAVÉS DO ENSAIO DE PROCTOR PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM LOTEAMENTO NO MUNICÍPIO DE ORLEANS – SC (*Evelyn Schug; Fernando Scremin; Josimar Monn; Maiane Virginio*) 1025
- ANÁLISE DE COMPACTAÇÃO DO SOLO: UTILIZANDO O ENSAIO DE PROCTOR NORMAL (*André Fernandes; Cássio Martins Coelho; Guilherme Pereira Pires; Jéssica de Oliveira; Larissa Miranda; Darlan Rodrigo Marchesi*) 1035
- APLICABILIDADE DA FÍSICA NA ENGENHARIA CIVIL (*Andrielle da Silva Raupp; Bruna Schlickmann; Douglas da Silva; Marcelo De Bona; Vinicius Carniato; Rosivete Coan Niehues; Fábio Boeing*) 1049
- AS MUDANÇAS CAUSADAS PELA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (*Rodrigo Galdino da Rosa; Nacim Miguel Francisco Junior; Dimas Ailton Rocha; Berto Varmeling; Glaucea Warmeling Duarte*) 1054
- COMPARATIVO DE CUSTOS ENTRE FUNDAÇÕES DO TIPO ESTACA ESCAVADA E HÉLICE CONTÍNUA MONITORADA: ESTUDO DE CASO COM UM EDIFÍCIO RESIDENCIAL EM ORLEANS-SC (*Chael Bosio; Júlio Preve Machado*) 1069
- COMPARATIVO ENTRE O DIÂMETRO CALCULADO VERSUS IMPLANTADO NO BAIRRO LADO DA UNIÃO NO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE/SC (*Bruno De Pellegrin Coan; Douglas Loch; Antônio De Luca*) 1084

CONTROLE DE ORDENS DE PRODUÇÃO: UTILIZANDO O SISTEMA ERP COM LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS (<i>Elaine Oliveira Brizola Silva; Fabiana Magagnin</i>)	1099
DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE MELHORIA NA EMBALAGEM DE UM CARREGADOR DE BATERIA (<i>Emerson Loch Boeing; Solange Vandresen; Glauce Warmeling Duarte</i>)	1112
ECOPONTO: UMA ALTERNATIVA PARA RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS EM SÃO LUDGERO (SC) (<i>Luana Della Giustina Stang; Marcia Raquel Ronconi de Souza; Claudio da Silva</i>)	1124
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ESTÁGIO CURRICULAR: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (<i>Ismael Dagostin-Gomes Márcia Raquel Ronconi de Souza; Otávio Macieski; Angelica Cavagnoli Geremias</i>)	1141
ENSAIOS MECÂNICOS COMPARATIVOS ENTRE AÇO ABNT 1020, ALUMÍNIO 6061 E AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 (<i>Evandro Corrêa; Leonardo Moraes; Lucas Crotti Zanini; André Ricardo Cargnin</i>)	1147
ESTIMATIVA DA VAZÃO DE ÁGUA DA CHUVA NO CAMPUS DO UNIBAVE EM ORLEANS/SC (<i>Karine Weber Meurer; Bruno De Pellegrin Coan</i>)	1162
ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DE CONCRETO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE PET (<i>Gustavo Canever Boneli; Márcio Mason; Luiz Felipe Madeira; Júlio Preve Machado; Ana Sônia Mattos; Camila Lopes Eckert</i>)	1173
ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DE UM LAVADOR DE GÁS EXPERIMENTAL DE UMA INDÚSTRIA METALÚRGICA EM URUSSANGA EXTREMO SUL DE SANTA CATARINA (<i>Graziela Elias; Franciéle Burgrever; Ana Sônia Mattos; Camila Lopes Eckert; Glauce Warmeling Duarte</i>)	1183
ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO RIO NA QUALIDADE DA ÁGUA DE POÇO UTILIZADA PARA ABASTECIMENTO DA LOCALIDADE DE BRUSQUE DO SUL NO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC (<i>Daniely Gonçalves; Fernando Scremin; Jéssica de Oliveira; Maiane Virgínio; Rossano Umberto Comelli; Carlos Eduardo Favaretto Menossi</i>)	1194
GEPOLÍMEROS UTILIZADOS COMO MATERIAL PARA IMPRESSÃO 3D E ADSORVENTES DE METAIS: UMA BREVE REVISÃO (<i>Ana Elise Chuch; Andrieli Germano da Silva; Josué Alberton; Maria Eduarda Neves Correa; Nathalia Policarpo; Vanessa da Silva</i>)	1207
GEPOLÍMEROS: ANÁLISE DAS PROPRIEDADES, MÉTODOS DE ENSAIO E DE PRODUÇÃO (<i>Glauce Warmeling Duarte; Josué Alberton; Maria Eduarda Neves Corrêa; Mônica da Silva dos Anjos; Vanessa da Silva</i>)	1217
LOGÍSTICA URBANA: ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA ATUAL (<i>Dimas Ailton Rocha; Maria Eduarda Neves Corrêa; Nathália Policarpo; Vanessa da Silva</i>)	1233
MODELO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM FORNO PAULISTA (<i>Mario Sérgio Rosso Bortolatto; Bruna Luciano Alberton; Berto Varmeling; Miriam Aparecida Silveira Mazzuco</i>)	1240
PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA KAIZEN NO SETOR DE ATENDIMENTO AO CLIENTE EM UMA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS FLEXÍVEIS (<i>Berto Varmeling; Karine Luciano; Mario Sérgio Rosso Bortolatto; Pedro Cechinel Junior; Alessandro Cruzeta; Claiton Uliano; Miriam Aparecida Silveira Mazzuco</i>)	1250

REUTILIZAÇÃO DE POLIESTIRENO EXPANDIDO PARA CONFEÇÃO DE CONCRETO LEVE (<i>Emily Cavalheiro Batista; Leandra Boeing Boeger; Marta Salvalagio Vidal; Júlio Preve Machado; Ana Sônia Mattos; Camila Lopes Eckert</i>)	1265
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: OS IMPACTOS AMBIENTAIS DO AVANÇO TECNOLÓGICO E POSSÍVEIS SOLUÇÕES (<i>Natan Hoffmann da Cruz; Glaucea Warmeling Duarte; Nacim Miguel Francisco Junior; Alessandro Zanini; Elvis Bloemer Meurer; Johnny Pereira</i>)	1278
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA (<i>Larissa Miranda; Luana Furlan Orbem; Milene Marques Da Corejo; Taynara Silvério</i>)	1293
Área temática: Saúde	
A ÉTICA NA PESQUISA COM CÉLULAS-TRONCO PARA O TRATAMENTO DA AIDS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA (<i>Alexandre Consoni; Ana Elisia Martins Delfino; Giovana Jacintho; Ivam Citadin Luciano; Jaqueline da Silva Peres; Kamila Fretta Fabro; Karla Martins</i>)	1303
A PSICOLOGIA E OS ASPECTOS LÚDICOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 14 ANOS (<i>Elisamara Paim da Silva; Rodrigo Moraes Krueel; Jucemara Felisbino</i>)	1314
ADEPTOS À ACADEMIA: A RELAÇÃO COM OS SINTOMAS DE ANSIEDADE (<i>Adalberto Alves de Castro; Claudio Sergio da Costa; Rodrigo Moraes Krueel; Juliana Cidade</i>)	1327
ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS I (<i>Eliziane de Fátima Wolff Oliveira; Rodrigo Moraes Krueel; Suzana Hilbert Cascaes Galvane</i>)	1335
CONHECIMENTO E USO DE PROBIÓTICOS ENTRE ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO (<i>Angela Carara Macalossi; Ana Paula Bazo; Morgana Prá; Luiz Fábio Bianco</i>)	1345
CUIDADOS PALIATIVOS NA VISÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA (<i>Alisson Jofre; Kelli Pazeto Della Giustina; Leila Custodio; Karini Silva Pereira; Tatiane Boeing Marcelino; Bruna Duarte</i>)	1358
DOENÇA CELÍACA: PATOLOGIA, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO (<i>Jaine Correa Mendes; Cleonice Maria Michelin; Alexandre Piccinini; Candice Steckert da Silva; Fabrício Eládio Felisbino</i>)	1367
EMPREENDEDORISMO NA ENFERMAGEM: REVISÃO NARRATIVA (<i>Bruna Duarte; Karini Silva Pereira; Tatiane Boeing Marcelino; Kelli Pazeto Della Giustina; Greice Lessa; Leila Eloísa Custódio; Alisson Jofre</i>)	1382
EXPERIÊNCIAS PSICOSSOCIAIS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (<i>Débora Bergmann; Rodrigo Moraes Krueel</i>)	1389
INTOXICAÇÃO MEDICAMENTOSA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS MÉTODOS ANALÍTICOS (<i>Amanda Vieira Nazário; Ana Carolina Walter Rodrigues; Jenifer Laiane Laureth da Rosa; Mábilly Martins Mendes; Vania Madalena Camilo; Luciano Giassi</i>)	1401

-
- INVESTIGAÇÃO DE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS, REAÇÕES ADVERSAS E ADESÃO FARMACOLÓGICA NO TRATAMENTO DE TRANSTORNO BIPOLAR EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO SUL DE SANTA CATARINA. (Eduarda Wolfart Lorenzi; Dieniffer Pinho da Silva; Eduardo Zanatta Medeiros; Andressa Córneo Gazola; Paulo Martins Fabro; Adalberto Alves de Castro) 1412
- MARKETING NA ENFERMAGEM: REVISÃO NARRATIVA (Bruna Duarte; Maicon Paz; Kelli Pazeto Della Giustina; Karini Silva Pereira; Tatiane Boeing Marcelino; Leila Eloísa Custódio; Alisson Jofre) 1427
- ÔMEGA 3 NO TRATAMENTO DA DOENÇA DE ALZHEIMER: UMA REVISÃO (Eduardo Zanatta Medeiros; Patrícia Dutra; Eduarda Wolfart Lorenzi; Fernando Matheus Scremin⁴; Cláudio Sérgio da Costa; Adalberto Alves de Castro) 1434
- OS SENTIDOS SUBJETIVOS APRESENTADOS POR PACIENTES COM CÂNCER NO PROCESSO DO ADOECER: UM ESTUDO DE CASO (Maria Eliane da Silva; Luciano Corrêa) 1449
- PANORAMA DOS FATORES QUE INTERFEREM NA ESCOLHA DO TIPO DE PARTO (Leila Eloisa Custódio; Kelli Pazeto Della Giustina; Alisson Jhofre; Karini Silva Pereira; Tatiane Boeing Marcelino; Bruna Duarte) 1461
- PSICOCIDADANIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS: INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS (Carla Silvano Lucktenberg; Francielle Ferreira; Salete Gazinski Orben; Rodrigo Moraes KrueI; Janaini Camilo Pereira) 1470
- (RE) CONSTRUA-SE: O RESGATE DE POTENCIALIDADES DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS (Amanda Kesting; Rafaela Vieira Silva; Rodrigo Moraes KrueI; Daiani Lessa) 1483
- SISTEMA WEB PARA CONTROLE DA DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM FARMÁCIAS BÁSICAS DE SAÚDE (Cristiano Jocken; Nacim Miguel Francisco Junior; Ismael Mazzuco; Richard da Silva; Alexandre João Martins Neto; Claudio Sergio da Costa; Adalberto Alves de Castro) 1496
- TRANSIÇÃO DA GRADUAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO (Karini Silva Pereira; Tatiane Boeing Marcelino; Kelli Pazeto Della Giustina; Bruna Duarte; Leila Eloisa Custódio; Alisson Jofre; Karla Pickler Cunha) 1506

**ÁREA TEMÁTICA:
ESTUDOS E EXPERIÊNCIAS EM ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

A COMUNICAÇÃO NAS EMPRESAS E O VALOR DA MARCA

Ana Karoline Arent¹; Bruna C. Cechin²; Luana Martins³; Luiza L. Bressan⁴; Maykelly de Oliveira Maccari⁵; Stefany C. Baggio⁶; Tiago Frol Cancelier⁷

1 Acadêmica de Administração- Unibave. Email: karol_atent@hotmail.com

2 Acadêmica de Administração- Unibave. Email: cechimb@gmail.com

3 Acadêmica de Administração- Unibave. Email:lu.martins2710@gmail.com

4 Professora do Unibave. Email: luizalbc@yahoo.com.br

5 Acadêmica de Administração- Unibave. Email: maykellymaccari@gmail.com

6 Acadêmica de Administração- Unibave. Email: sbaggio@gmail.com

7 Acadêmico de Administração- Unibave. Email: tiagofrol@gmail.com

Resumo: Este estudo tem por objetivo compreender a importância da comunicação no contexto das empresas. Também faz um estudo da semiótica e de como esta ciência auxilia na criação da marca e de sua valoração. Trata-se de uma pesquisa aplicada em que foram desenvolvidas e sugeridas algumas estratégias de comunicação para a empresa J.A. Tratamento de Madeiras. Como resultados, deixamos a sugestão de uma logomarca para a empresa como também uma nova opção de cartão de visitas.

Palavras-chave: Comunicação empresarial. Semiótica. Valor da marca. Imagem da empresa. Logomarca.

Introdução

O presente estudo tem por intuito compreender a importância da comunicação no contexto do curso de Administração e analisar suas implicações na prática organizacional. A relação teórico-prática é fundamental para a construção do conhecimento e a formação do profissional. No que diz respeito ao desenvolvimento profissional, Chiavenato (2002) considera que:

O desenvolvimento profissional é a educação que visa ampliar, desenvolver e aperfeiçoar o homem para seu crescimento profissional em determinada carreira, na empresa ou para que se torne mais eficiente e produtivo no seu cargo (CHIAVENATO, 2002, p. 496).

Assim, importante é compreender e estudar a importância da comunicação dentro das organizações. Uma empresa que se preocupa e desenvolve boas estratégias de comunicação tende a se desenvolver e conquistar uma clientela fiel à marca, pois,

a comunicação em e das organizações deve ser entendida de uma maneira integral, reconhecida como presente em todas as ações de uma empresa ou entidade, configurando de maneira permanente a construção de sua cultura e identidade, marcando um estilo próprio e, por fim, suas formas de projetar-se ao exterior. Cada vez está mais nítido como os processos comunicacionais contribuem para desenvolver formas de interrelação mais participativas e, portanto, mais comprometidas a dar maior flexibilidade às organizações como base de sua permanente transformação e a facilitar sua interação social de maneira responsável para conjugar seus interesses com as condições culturais, econômicas e políticas em que se inserem e se desenvolvem, para configurar com maior sentido nossa sociedade. Trabalhar estes aspectos se faz indispensável como parte das tarefas de qualquer organização. Ao se abordarem as organizações a partir de uma perspectiva comunicacional, reconhecem-se novas maneiras de ver o trabalho, as relações internas e os diversos processos de interação com seus diversos públicos externo (RESTREPO, 1996, p. 92).

Além de estudar a importância da comunicação no contexto empresarial, esta pesquisa também traz algumas abordagens a partir da semiótica e um breve estudo sobre o valor da marca. Por se tratar de uma pesquisa aplicada, desenvolveram-se uma logomarca e um novo cartão de visitas para a empresa em que se desenvolveu a pesquisa e que foi deixado como sugestão e contribuição deste estudo aos proprietários da empresa.

Comunicação Empresarial

Na atualidade, a comunicação empresarial tem ocupado espaço relevante tanto no meio acadêmico como no mundo corporativo. Deve-se reconhecer que a comunicação é essencial as organizações onde nos últimos tempos passou a assumir uma importância estratégica, sendo constituída de fato na sua gestão. Kreeps (1995) enfatiza a importância da comunicação humana nas relações das pessoas no ambiente organizacional, defendendo a comunicação como um processo da organização.

A comunicação é um processo dinâmico e contínuo. É o processo que permite aos membros da organização trabalhar juntos, cooperar e interpretar as necessidades e as atividades sempre mutantes da organização. A comunicação humana não começa e nem termina. As pessoas estão envolvidas constantemente com a comunicação consigo mesmas e com outras, especialmente na vida da organização. A vida da organização proporciona um sistema de mensagens especialmente rico e variado. Os membros da organização devem ser capazes de reconhecer e interpretar a grande variedade de

mensagens disponíveis, para que lhes permitam responder de maneira apropriada a distintas pessoas e situações. Não pode existir sem comunicar-se. A comunicação é uma realidade inevitável de pertinência a uma organização e da vida da em geral (KREEPS, 1995, p. 28).

A comunicação, em primeiro lugar, tem que ser entendida como parte da organização na qual são formadas por pessoas que se comunicam entre si e que, por meio de processos interativos, viabilizam o sistema funcional e a conquista dos objetivos organizacionais. Portanto, sem comunicação as organizações não existiriam, o verdadeiro sentido da comunicação humana pressupõe a compreensão e colocação de ideias em comum.

Introdução à Semiótica

Segundo Coelho Netto (2010), semiótica é uma teoria linguística que tem como objeto de estudo a linguagem, que não deve ser entendida como um simples sistema de sinalização, mas como matriz dos pensamentos humanos. Ela tem como objetivo a formação de um padrão de definição desse instrumento através do qual o homem se desenvolve.

A linguagem é um fundamento da sociedade humana, logo a teoria linguística acabaria por prestar contas do que ocorria em outros campos: das artes, da arquitetura, do cinema e do teatro, da psicanálise, da sociologia entre outras áreas. Ela acabou simplesmente invadindo esses domínios de acordo com Coelho Netto (2010).

Conforme o pensamento de Coelho Netto (2010), para que essa passagem pudesse ocorrer foi preciso que a teoria da linguagem se desenvolvesse. Ela não podia se apresentar de modo expandido como gramática, e desprovida de uma visão científica, isso implicava em uma perspectiva bastante limitada.

Quando uma coisa se apresenta em estado nascente, ela costuma ser frágil e delicado campo aberto a muitas possibilidades ainda não inteiramente consumadas e consumidas. Esse é justamente o caso da Semiótica: algo nascendo e em processo de crescimento. Esse algo é uma ciência, um território do saber e do conhecimento ainda não sedimentado, indagações e investigações em progresso (SANTAELLA, 2003, p. 8).

A Semiótica de Peirce

A semiótica tem como base a fenomenologia, que segundo Santaella (2002,

p.07), “pode se entender como fenômeno tudo que aparece a percepção e a mente”. Os estudos feitos por Peirce o levou a concluir que todos os fenômenos podem ser classificados em três categorias, chamados primeiridade, secundidade e terceiridade.

Parece, portanto, que as verdadeiras categorias são: primeira, sentimento, a consciência que pode ser compreendida como um instante do tempo, consciência passiva da qualidade, sem reconhecimento ou análise; segunda, consciência de uma interrupção no campo da consciência, sentido de resistência, de um fato externo ou outra coisa; terceira, consciência sintética, reunindo tempo, sentido, aprendizado, pensamento. [...] três concepções lógicas da qualidade, relação e mediação. A concepção da qualidade, que é absolutamente simples em si mesma e, no I 26 entanto, quando encarada em suas relações percebe-se que possui uma ampla variedade de elementos, surgiria toda vez que o sentimento ou a consciência singular se tornasse preponderante. A concepção de relação procede da consciência dupla ou sentido de ação e reação. A concepção de mediação origina-se da consciência plural ou sentido de aprendizado (PEIRCE, 2005, p. 14).

Essas categorias se referem as três fases do processo de percepção de qualquer signo. Primeiridade, o sentir, percepção primária, o signo é percebido por elementos da emoção, sensação e sentimento, temos como exemplos as cores, formas e as texturas. Já a secundidade é o reagir, a percepção secundaria, nela o signo é recebido como mensagem. E por fim a terceiridade, o pensar, a percepção final, onde a leitura é simbólica e tem um contexto amplo de significados.

Para Peirce (2005, p. 46), um “signo é aquilo que sob determinado aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém”. O signo pode ser dividido em ícone, índice e símbolo. Ícone é o signo que tem alguma semelhança com o objeto representado. Índice é um signo que se refere ao objeto ao objeto denotado em virtude de ser diretamente afetado por ele. “Símbolo é o signo que se refere ao objeto denotado em virtude de uma associação de ideias produzida por uma convenção” (COELHO NETO, 2010, p.58).

O valor da marca: algumas reflexões

A evolução do conceito de marca surge associada ao próprio desenvolvimento do marketing, ao longo da primeira metade do século XX, interessado em conhecer melhor as formas de influenciar o comportamento dos consumidores (RUÃO, s.d.).

Conforme define Sampaio (2002), marca é uma representação simbólica de uma identidade, podendo ser um signo, ícone ou apenas uma palavra que se refira a determinado produto ou instituição.

Ao analisarmos a definição trazida por Sampaio, já percebemos a importância da semiótica na construção da marca. Ao dizer que marca pode ser um signo/ícone ou, até mesmo, uma palavra, compreendemos o quanto a linguagem é significativa para se construir um valor de marca, pois,

a imagem de marca é considerada a mais poderosa forma de diferenciação de produtos, porque é virtualmente impossível um concorrente duplicá-la. Uma vez estabelecida não pode ser copiada, exceto para benefício do proprietário original (TAVARES, 1998, p. 67).

Corroborando com a discussão, Ruão (s.d.) afirma que o marketing descobre o potencial das marcas como forma única de apelo ao consumo, muito para além das funções clássicas de distinção da concorrência e identificação do produtor. E vai mais longe, atribuindo-lhes características intangíveis, ou valores, sentimentos, ideias ou afetos, que sobrevaloriza mesmo em relação ao produto e sua prestação funcional.

Outro estudioso do assunto, Aaker (2000) afirma que o valor da marca é um conjunto de ativos e passivos ligados à marca, ao seu nome e símbolo, que adicionam ou subtraem valor ao produto ou serviço. Este autor comenta, ainda, que os ativos da marca podem ser agrupados em quatro dimensões, a saber:

- * O valor da marca é um conjunto de ativos: lealdade, notoriedade, qualidade percebida e associações. Assim a gestão do valor da marca tem que contemplar estratégias de investimento que criem e mantenham esses ativos.
- * Cada ativo da marca gera valor de diferentes formas. Uns reduzem os custos de investimento em marketing, outros fomentam o estabelecimento de novas associações, outros ainda fornecem o motivo de compra e por último, os restantes facilitam a interpretação e o processamento de informação. Cada um destes aspectos pode ainda ser analisado de forma mais específica. Assim, torna-se extremamente relevante para a empresa identificar as diferentes formas através das quais a marca pode enriquecer o seu valor, adaptando as decisões de marketing e analisando o seu respectivo impacto.
- * A marca cria valor quer para os consumidores quer para as organizações. O valor da marca assente nestas quatro fontes de valor da marca, fornece valor

para as empresas e para os consumidores. Ao nível dos consumidores o valor da marca está intimamente ligado ao fato de permitir maior facilidade de interpretar, processar e armazenar toda a informação que os consumidores recebem sobre os diferentes produtos e marcas. A marca facilita então todo o processo de decisão do consumidor. No que respeita às organizações, a marca permite o aumento dos *cash flows* gerados. Este aumento decorre da lealdade dos consumidores, da eficiência dos programas promocionais, da possibilidade de praticar preços *premium*, do aumento do potencial de extensão de marca, da facilidade de acesso aos canais de distribuição, etc. A marca pode ainda converter-se numa forte barreira à entrada de concorrentes.

- * A força da marca vai depender da gestão integrada de todos os elementos da marca. Estes elementos devem estar associados ao nome e ao símbolo da marca. Uma alteração num deles pode afetar todos os restantes ativos da marca (AAKER, 2000).

A marca e a imagem da empresa

A marca como conceito mercadológico refere-se a um termo, sinal ou a combinação destes. Na visão legal, marca é um sinal de identidade que tem por objetivo diferenciar uma empresa ou produto dos demais concorrentes. A marca incorpora características e identidade, a marca é um signo, remetendo à noção peirceana de signo, “alguma coisa que representa algo para alguém”. A marca representa: uma empresa, produto, ideia, serviço para alguém (PEREZ, 2004, s.p.).

A marca está na mente do consumidor que é primeira instância a mente interpretadora do signo, ou seja, o público-alvo daquela marca. Ela cria uma conexão simbólica entre o objeto real ou potencial. O signo-marca carrega em si um potencial comunicativo que não depende, de certa maneira, da mente interpretadora; referimo-nos aqui ao interpretante imediato do signo, aquele que existe como potencial, antes do encontro da mente do consumidor. Peirce (1977) já afirmava que as imagens mentais, tais como sonhos, visões e alucinações são signos porque têm o poder de gerar efeitos de sentido.

Neste contexto Perez (2004), afirma que podemos dizer que a marca e suas expressões são um tipo específico de imagem. Uma imagem é construída visualmente e reforçada pela sua exposição reiterada. Quando a construção se dá por semelhança, a marca será um ícone; quando se constituir por meio de relações

indicativas, será um índice; e, quando resultar de uma construção convencional, será um símbolo. A construção da imagem da marca, para além da recepção de suas expressividades, envolve ainda um conjunto de experiências, impressões, posições e sentimentos que as pessoas apresentam em relação a um determinado objeto.

O mundo das imagens se divide em dois domínios. O primeiro é o domínio das imagens como representações visuais: desenhos, pinturas, gravuras, fotografias e as imagens cinematográficas, televisivas, holo e infográficas pertencem a esse domínio. Imagens, nesse sentido, são objetos materiais, signos que representam o nosso meio ambiente visual. O segundo é o domínio imaterial das imagens na nossa mente. Neste domínio, imagens aparecem como visões, fantasias, imaginações, esquemas, modelos ou, em geral, como representações mentais (SANTAELLA & NÖTH, 1998, p.15).

Dessa forma, as empresas precisam criar uma imagem que as represente de forma visual e que esta imagem desenvolva e agregue valores simbólicos, atraindo o público consumidor.

Procedimentos Metodológicos

Inicialmente, importante fazer menção ao termo metodologia que corresponde a um conjunto de ferramentas e instrumentos que serão devidamente utilizados como parâmetros e aplicados pelo pesquisador para nortear sua pesquisa e encontrar um resultado, solucionando o problema em questão.

Assim, metodologia seria “o emprego do conjunto dos métodos, procedimentos e técnicas que cada ciência em particular põe em ação para alcançar os seus objetivos” (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 31).

De acordo com Barros e Lehfeld (2000) a metodologia “consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não em nível das implicações de suas utilizações” (BARROS; LEHFELD, 2000, p.1).

Segundo Otani e Fialho, (2011, p.33): “pesquisar tem como finalidades principais: resolver problemas, formular teorias ou ainda testar teorias”.

Quanto à abordagem da natureza, a pesquisa foi aplicada e teve como objetivo buscar na literatura a fundamentação teórica e sua aplicação se deu na empresa J.A. Tratamento de Madeiras.

A pesquisa sendo aplicada, de acordo com Otani e Fialho (2011, p.36) “objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos.”

Quanto aos objetivos é uma pesquisa descritiva, em que os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador.

Quando à abordagem do problema a pesquisa terá caráter qualitativo, pois os dados foram analisados de forma descritiva.

Resultados e Discussões

A marca da empresa

A marca é uma forma gráfica de denominar uma organização, é a parte visível da identidade corporativa e auxilia na apresentação da face empresarial, dando-lhe personalidade, na forma de um símbolo (NAPOLES, 1988, p.19).

Analisando a empresa, percebemos que ela não faz o uso de nenhum tipo de marca, logo ou algo do gênero. Ela apenas faz sua apresentação por meio de um cartão de visitas (figura 1), simples e prático que contém as informações necessárias para o contato com a organização.

Figura 1 - Cartão de visita utilizado pela empresa



Fonte: Autores (2018).

Sabendo que apesar de não possuírem uma logomarca, a empresa se apresenta muito bem apenas com o cartão de visitas, porém a criação de uma identidade que viesse passar a mensagem da empresa para os clientes de uma forma mais prática, associada aos produtos que oferece ao público, seria interessante.

Foi feita uma observação à empresa sobre criar uma identidade visual, após conversas sobre o histórico da empresa, suas preocupações e ambições, desenvolvemos uma proposta de modo a auxiliar neste aspecto.

Temos o intuito de desenvolver um símbolo pra a empresa, algo que seus clientes olhem e logo associem com o trabalho que se realiza lá. Com um novo *design*, mais moderno e sofisticado, deixando transparecendo as características da empresa de uma forma diferenciada.

O símbolo é algo que representa alguma coisa para alguém, então vamos representar toda qualidade e comprometimento da empresa através desta logo marca.

Proposta de identidade visual

No senso comum, as identidades visuais corporativas são relativas aos símbolos, logotipos, cores e tipografias. Por fim, refere-se à aparência visual, design. Tem também a função de esclarecer como a empresa é organizada, se ela presa por suas parecerias, deixando também transparecer sua missão, visão e valores.

A proposta de logomarca foi criada (figura 2), visando deixar transparecer os melhores aspectos da empresa, associando o material de seu trabalho, a madeira, ao seu novo logotipo e inserindo seus principais ideais.

Figura 2 - Logo sugerida pelo grupo.



Fonte: Autores (2018).

O círculo feito em madeira de Itaúba, que é considerada uma madeira nobre, representa a consistência da empresa sua força e resistência frente às adversidades do mercado, sua qualidade na prestação de serviços. E que assim como a madeira de Itaúba que tem uma longa durabilidade, vai continuar no mercado por muitos anos servindo com qualidade e compromisso.

O triângulo no centro tem seu significado em cada ponta. No topo está a importância da família, por ser uma empresa pequena em que os conhecimentos foram passados de pai para filho, e também por saberem que em meio a uma crise o melhor lugar para se apoiar é na sua família, um ambiente familiar saudável é a principal arma aos problemas emocionais, que podem não só afetar a vida pessoal, mas também a profissional.

As duas pontas da base do triângulo são a representação dos colaboradores que sempre estão dando o melhor de si para o bem da empresa e mantêm, basicamente, tudo de pé, já que sem bons trabalhadores seria difícil de manter a organização. E também é a representação dos clientes e parceiros que estão sempre incentivando a melhorar e crescer, mantendo o mesmo padrão de qualidade para sempre servi-los bem.

Existe também um motivo pra o triângulo estar dentro do círculo de Itaúba: queremos dizer que todas essas relações estão protegidas e que terão uma longa duração de confiança e parceria.

Também foi criado um novo cartão de visitas (figura 3), com um layout moderno e diferenciado, agora utilizando a logo da empresa.

Figura 3 - Cartão de Visita sugerido pelo grupo.



Fonte: Autores (2018).

Esperamos que a sugestão agrade a empresa e mesmo que não seja utilizada abra caminho para um pensamento sobre o quão importante seria desenvolver esse marketing da organização.

Considerações Finais

O administrador é a pessoa, dentro do ambiente organizacional que tem a capacidade de analisar uma situação, considerando as diversas perspectivas e tomadas de decisões cabíveis para o crescimento da organização. Sendo assim, compreende-se que a relação teórico-prática do curso de Administração é relevante para a compreensão e o entendimento dos conteúdos e significativo para formação de excelentes profissionais. Dentre estes conteúdos está a comunicação empresarial e seus desdobramentos, como o estudo da semiótica e sua aplicabilidade na construção da marca.

A comunicação não é função de um ou de outro departamento específico, é função de todos na organização, desde a administração aos subordinados, tendo que ser praticada com responsabilidade pelos envolvidos para gerar os resultados pretendidos.

Conforme Marques (2004), a imagem que os funcionários têm da organização que trabalham é a base da imagem externa. Não existe melhor estratégia de comunicação do que transformar seus funcionários em verdadeiros embaixadores de sua empresa.

Dessa forma, podemos concluir que a comunicação empresarial se mostra essencial no processo de construção da imagem de uma corporação perante seu público interno e externo. A relação das empresas com seus clientes, funcionários e sociedade, reflete o “estado de saúde” da corporação no mercado. Transparência, credibilidade, boas condições de trabalho, produtos e serviços de excelência, tudo isso colabora para um ambiente saudável, que influenciará diretamente no reflexo da percepção da imagem dentro e fora da organização.

Referências

AAKER, D. A. & Joachimsthaler, E. Brand leadership. Free Press, USA, 2000.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza.

Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Makron Books, 2000.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, Informação e Comunicação**. 7.Ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KREEPS, Gary L. **La comunicación en las organizaciones**. 2a. ed. Buenos Aires: Addison-Wesley Iberoamericana, 1995.

- MARQUES, Ronaldo. **Comunicação Interna**. 2004. Disponível em:
<<http://www.rh.com.br/Portal/Comunicacao/Artigo/3715/comunicacao-interna.html>>
Acesso em 30 de maio de 2018.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da pesquisa científica**. 2.ed.
São Paulo: Atlas, 2012.
- NAPOLES, Veronica. **Corporate identity design**. New York: Van Nostrand Reinhold
Company, 1988.
- OTANI, Nilo; FIALHO, F. A. P. **TCC: métodos e técnicas**. 2. ed. Rev. Atual.
Florianópolis: Visual Books, 2011.
- PEREZ, C. **Signos da Marca: Expressividade e Sensorialidade**. 1Ed. São Paulo:
Thomson Learning, 2004.
- RESTREPO, Mariluz. **Comunicación para la dinámica organizacional**. Revista
Signo y pensamiento. Bogotá: Universidad Javeriana, n. 26 (XIV), p. 91-96, 1995.
- SAMPAIO, R. **Propaganda de A a Z**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. 1997.
- SANTAELLA, L. & NÖTH, W. **Imagem: Cognição, Semiótica, Mídia**. 5. Ed. São
Paulo: Iluminuras, 1998.
- TAVARES, M. C. **A força da marca. Como construir e manter marcas fortes**. São
Paulo: Editora Harbra, 1998.
- RUÃO, Teresa. **As marcas e o valor da imagem**. A dimensão simbólica das
actividades económicas. Universidade do Minho. Disponível em:
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/ruao-teresa-as-marcas-valor-da-imagem.pdf>. Acesso em
10 de marc.de 2018.

A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA - SC

Karin Roecker Warmling¹; Miriam Aparecida Silveira Mazzuco²; Mario Sérgio Rosso Bortolatto³; Ismael Mazzuco⁴; Luiz De Noni⁵; Volnei Margoti⁶; Berto Warmeling⁷

¹Contadora. Centro Universitário Barriga Verde. email: karin-rw@hotmail.com

²Professora. Centro Universitário Barriga Verde. email: miriam.asilveira@hotmail.com

³Professor. Centro Universitário Barriga Verde. email: mariobortolatto@hotmail.com

⁴Professor. Centro Universitário Barriga Verde. email: ismaelmz@gmail.com

⁵Professor. Centro Universitário Barriga Verde. email: luiz.denoni@unibave.net

⁶Professor. Centro Universitário Barriga Verde. email: volneimargotti@yahoo.com.br

⁷Professor. Centro Universitário Barriga Verde. email: berto_warmeling@hotmail.com

Resumo: A contabilidade rural tem papel significativo no setor agropecuário, sendo uma importante ferramenta de gestão para auxiliar os gestores na tomada de decisão, apoiado nas práticas administrativas e no controle. A pesquisa teve como objetivo identificar as principais características do uso da contabilidade rural como instrumento de gestão das propriedades rurais do município de Rio Fortuna - SC. O método utilizado foi através de um levantamento de dados com uma amostra de 50 questionários. Os resultados demonstraram que as propriedades rurais são de pequeno porte e com atividades variadas, com 86% da mão-de-obra familiar. Dos pesquisados 68% não fazem a separação das despesas particulares com as do negócio rural. Verificou-se que em 47,3% dos casos, o método de controle financeiro é informal e 38,2% faz anotações em caderno. Constatou-se também que 52% reconhece a finalidade da contabilidade. Conclui-se, portanto, a carência da utilização da contabilidade como um instrumento de suporte para as propriedades rurais.

Palavras-chave: Propriedades rurais. Contabilidade rural. Gestão do agronegócio.

Introdução

O agronegócio no Brasil tem seu papel de destaque na economia. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). O agronegócio representa 21,78% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, no entanto percebe-se uma necessidade de melhor apoio e investimentos neste importante segmento, para o seu desenvolvimento e gerenciamento de suas atividades.

O ramo da atividade rural abrange as atividades agrícola, zootécnica e agroindustrial. Rodrigues et al. (2015) salienta que na atividade agrícola se tem a exploração do solo com o propósito do plantio e produção vegetal. Na zootécnica incide na criação de animais, para serviços de lavoura, para consumo doméstico ou para fins industriais e comerciais. E na agroindustrial é o beneficiamento do produto agrícola e sua transformação.

Neste contexto se insere a contabilidade rural, como ferramenta de apoio e suporte para planejamento e controle das atividades rurais. De acordo com Martins (2003, p.323), “controle significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser e tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para sua correção”.

Desta forma Silva (2000, p.45) afirma que: “Partindo do pressuposto que gerenciar é tomar decisões e para tomar decisões é essencial o acesso a informações, certamente que a estruturação de um sistema de informações propiciará condições de melhorar o processo gerencial”, inclusive no contexto das empresas rurais.

O produtor rural que utiliza as informações geradas pela contabilidade tem inúmeros benefícios, como: controlar os custos e avaliar o resultado, estabelecer planos e traçar estratégias com eficiência na produção, mediante a observação das especificidades de cada tipo de cultura, do mercado e da tecnologia mais adequada para a atividade (OLIVEIRA, 2010).

A contabilidade rural é um instrumento gerencial pouco utilizada pelos produtores brasileiros, segundo Callado (2005), o agronegócio brasileiro ainda se desenvolve dentro de critérios tradicionais, o que não é diferente quando o produtor rural precisa tomar uma decisão.

Diante do exposto, surge à problemática da pesquisa: De que forma os produtores rurais do município de Rio Fortuna - SC, fazem uso da contabilidade no processo de gestão das propriedades rurais?

Assim, o objetivo geral da pesquisa é identificar as principais características do uso da contabilidade como instrumento de gestão das propriedades rurais do município de Rio Fortuna. Tendo como objetivos específicos: a) aplicar questionário para levantamento de dados; b) reconhecer o uso da contabilidade como instrumento de gestão; c) analisar e interpretar os resultados obtidos.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de conhecer melhor o perfil do produtor rural para poder auxiliá-lo no gerenciamento de suas atividades, visando crescimento e continuidade para que não haja o êxodo rural. Pois no Brasil o desenvolvimento agrícola se dá pela sua maioria por pequenas e médias propriedades rurais, onde os mesmos têm um papel primordial na economia brasileira. A ausência de estudos nesta área também propiciou a preocupação para novas pesquisas para contribuir no conhecimento e apresentar métodos que melhorem a gestão das pequenas e médias propriedades rurais.

Empresa rural

A empresa rural abrange as atividades agrícola, zootécnica e agroindustrial. Na atividade agrícola se tem a produção de vegetal, que se subdivide em dois grandes grupos: culturas hortícola e forrageira – que seriam cereais, hortaliças, fibras, floricultura etc.; e arboricultura que são os pomares, seringas, florestamento... Já na atividade zootécnica está a produção animal, compreendendo: apicultura, avicultura, pecuária etc.; e a agroindustrial que são as indústrias rurais, desenvolvidas em unidades empresariais onde ocorrem as etapas de beneficiamento, processamento e transformação, que estão divididas em agroindústrias não alimentares (fibras, couros, óleos não comestíveis...) e agroindústrias alimentares como sucos, extratos, lácteos, carnes etc. (MARION, 2002).

Por “Empresa Rural”, define o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), art.4, inciso VI, como:

[...] empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias.

Conforme Crepaldi (2006) a “empresa rural é a unidade de produção em que são exercidas atividades que dizem respeito a culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda”.

Ainda segundo o autor são três os fatores de produção: a terra, o capital e o trabalho. A terra é o fator de produção considerado o mais importante, é uma das principais preocupações do empresário rural conservar a capacidade produtiva da terra, evitando seu desgaste pelo mau uso ou erosão. O capital trata-se do conjunto de bens colocados sobre a terra, como as benfeitorias, os animais de produção, as máquinas e implementos agrícolas e os insumos agropecuários. E com a finalidade de ampliar a capacidade produtiva e facilitar e melhorar a qualidade do trabalho humano. E o último fator da produção, o trabalho que é o conjunto de atividades desempenhadas pelo homem.

Contabilidade rural

O objeto da Contabilidade Rural é o patrimônio das propriedades rurais. A ela também se aplica os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (RODRIGUES et al. 2015).

Considera-se que “a contabilidade pode ser estudada de modo geral (para todas as empresas) ou particular (aplicada a certo ramo de atividade ou setor da economia)” (MARION, 2014, p.3) para a contabilidade rural não seria diferente.

Dessa forma, segundo Crepaldi (2006), especificamente, a Contabilidade Rural tem as seguintes finalidades: medir o desempenho econômico financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente; controlar as transações financeiras; apoiar na tomada de decisão do planejamento da produção, das vendas e dos investimentos; auxiliar nas projeções de fluxos de caixa e gerar informações para a declaração do IR.

Sendo assim, para que a Contabilidade Rural tenha sua aplicabilidade, é necessária uma administração eficiente do patrimônio, tendo um profundo conhecimento do negócio e se adaptando as mudanças da modernização. Mas não apenas a modernização do setor produtivo, são necessárias também, novas técnicas administrativas e contábeis, para que haja uma melhor eficiência da gestão e principalmente melhores resultados.

O contador também tem um papel importante depois que gera as informações contábeis. Padoveze (2010) faz uma observação que o contador nunca deve impor sua visão da informação que está fornecendo. O contador deve apenas opinar, e o mesmo deve respeitar a posição do usuário e sua forma de enxergar e utilizar a informação contábil.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa se caracteriza quanto aos objetivos como descritiva, pois conforme Andrade (2002) esta, preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Para Gil (1999) descreve características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos procedimentos foi de levantamento de dados que de acordo com Gil (1999) as pesquisas de levantamento se caracterizam pela interrogação direta das

peças, onde procura identificar o comportamento. Busca-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, para assim com análise quantitativa obter as conclusões dos dados coletados.

E em relação à abordagem do problema caracteriza-se como quantitativa. Segundo Beuren (2013, p.92) “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”. Para análise dos dados, foi utilizada a estatística descritiva.

A pesquisa foi realizada através de um questionário contendo dezessete questões fechadas e aplicados a 50 proprietários rurais do município de Rio Fortuna - SC de forma aleatória. Buscou-se abordar os seguintes assuntos: dados pessoais do proprietário, informações sobre a propriedade e informações sobre o processo de gestão da propriedade. O questionário de pesquisa aplicado foi adaptado do modelo de Kruger (2014) e Zanin (2014). De acordo com o Censo Demográfico do IBGE 2010, o município de Rio Fortuna – SC possui 4.446 habitantes, destes 2.923 vivem na zona urbana e 1.523 na zona rural demonstrando dessa forma a importância e representatividade populacional neste segmento 34%.

Após a organização dos dados, foram elaboradas tabelas com a identificação da frequência absoluta e relativa, com o intuito de facilitar a compreensão do assunto e permitir a comparação e análise dos resultados da pesquisa.

Resultados e Discussão

Com o levantamento de dados por meio da aplicação de questionários com 50 proprietários rurais para identificar as principais características das propriedades rurais do município de Rio Fortuna – SC do uso da contabilidade como meio de gestão. Elaborou-se a análise e interpretação de dados conforme abaixo.

Inicialmente buscou-se identificar qual a extensão de terras que cada produtor rural possui e qual a extensão cultivada, conforme estão demonstradas nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Tamanho das propriedades rurais

Tamanho	Frequência	Porcentual
Entre 01 e 15 hectares	19	38%
Entre 15 e 25 hectares	14	28%
Entre 25 e 50 hectares	13	26%
Entre 50 e 75 hectares	04	8%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na Tabela 1, observa-se que 38% dos proprietários rurais entrevistados possuem entre 01 e 15 hectares de terra. Entre 15 e 25 hectares encontram-se 28% dos produtores rurais. E um percentual de 26% encontra-se entre 25 e 50 hectares. E apenas 8% têm entre 50 e 75 hectares. Observa-se que 92% dos produtores rurais pesquisados possuem propriedades de pequeno porte com até 50 hectares, sendo que destes, 66% possuem até 25 hectares.

Tabela 2 – Área cultivada nas propriedades rurais

Tamanho	Frequência	Porcentual
Entre 01 e 15 hectares	35	70%
Entre 15 e 25 hectares	11	22%
Entre 25 e 50 hectares	03	6%
Entre 50 e 75 hectares	01	2%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Já sobre a área cultivada, evidencia que, apesar de os produtores possuírem áreas de até 50 hectares, ou mais, cultivam, a maioria, no máximo, 15 hectares, exceto 01 produtor que representa 2% cultiva entre 50 e 75 hectares. A maioria dos produtores 70% cultivam entre 01 e 15 hectares e 22% entre 15 e 25. E apenas 6% cultivam entre 25 e 50 hectares.

Na tabela 3 estão dispostas as atividades desenvolvidas no meio rural. Evidencia-se que a atividade leiteira é a mais praticada com 20,50%, seguido de cultivo de milho 17,39% e reflorestamento também com o mesmo percentual. A bovinocultura de corte com 8,07% e a suinocultura quase se iguala com 7,45%. A piscicultura com 6,22% e o plantio de batata 5,59%. Em seguida aparecem hortaliças e verduras, frutas, fumo, feijão. Avicultura de postura com apenas 1,24%. Já Avicultura de corte, ovinocultura, plantio de mandioca e cana-de-açúcar, ambos com 0,62 %. Dos 50 respondentes foram obtidas 161 respostas de atividades desenvolvidas. No entanto os resultados indicam que os produtores não desenvolvem em sua maioria em apenas uma atividade, diversifica em duas ou mais atividades.

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas no meio rural

Atividades	Frequência	Porcentual
Bovinocultura de leite	33	20,50%
Milho	28	17,39%
Reflorestamento	28	17,39%
Bovinocultura de corte	13	8,07%
Suinocultura	12	7,45%
Piscicultura	10	6,22%
Batata	09	5,59%
Hortaliças e Verduras	07	4,35%
Fumo	06	3,73%
Frutas	05	3,11%
Feijão	04	2,48%
Avicultura de postura	02	1,24%
Avicultura de corte	01	0,62%
Ovinocultura	01	0,62%
Mandioca	01	0,62%
Cana de açúcar	01	0,62%
Total	161	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Quanto ao nível de escolaridade a maioria possui até o ensino médio com 64% dos produtores rurais pesquisados. Mas ainda 30% possui apenas o ensino fundamental. E apenas 6% tem um ensino superior (tabela 4).

Tabela 4 – Nível de escolaridade

Escolaridade	Frequência	Porcentual
Ensino fundamental	15	30%
Ensino médio	32	64%
Ensino superior	03	6%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na tabela 5 indica que 78% das propriedades rurais possuem até 3 trabalhadores da família e 20% de 3 a 5 pessoas. E somente 2% tem acima de 5 pessoas. Dentre eles 86% não há trabalhadores contratados. Apenas 12% tem até 2 pessoas contratadas e 2% acima de 2 pessoas contratadas. É notável que a mão-de-obra nas propriedades rurais é basicamente formada pelos integrantes da família.

Tabela 5 – Trabalhadores na empresa rural

Trabalhadores da Família	Frequência	Porcentual
Até 3 pessoas	39	78%
De 3 a 5 pessoas	10	20%
Acima de 5 pessoas	01	2%
Total	50	100%
Trabalhadores Contratados	Frequência	Porcentual
Não há	43	86%
Até 2 pessoas	06	12%
Acima de 2 pessoas	01	2%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Destaca-se que, dos 50 pesquisados apenas 7 das propriedades rurais tem algum tipo de vínculo empregatício. Sendo 43% de modo eventual, isto é, somente quando há necessidade pelos serviços, que geralmente são serviços em culturas temporárias. E 57% são contratos permanentes, ou seja, fixo (tabela 6).

Tabela 6 – Vínculo empregatício com a empresa rural

Vínculo Empregatício	Frequência	Porcentual
Contratos eventuais (temporário)	03	43%
Contratos permanentes	04	57%
Total	07	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Analisando as propriedades pesquisadas como um todo, nota-se na tabela 7 que o faturamento das empresas rurais há um equilíbrio entre os percentuais. Dos entrevistados 24% tem um faturamento de R\$ 24.001,00 até R\$ 48.000,00; 22% tem até 12.000,00 mil reais. Em seguida 20% têm de R\$ 12.001,00 até R\$ 24.000,00 e 18% tem acima de R\$ 80.000,00 e apenas 16% de R\$ 48.001,00 até R\$ 80.000,00.

Tabela 7 – Faturamento bruto anual da empresa rural

Faturamento	Frequência	Porcentual
Até R\$ 12.000,00	11	22%
De R\$ 12.001,00 até R\$ 24.000,00	10	20%
De R\$ 24.001,00 até R\$ 48.000,00	12	24%
De R\$ 48.001,00 até R\$ 80.000,00	08	16%
Acima de R\$ 80.000,00	09	18%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A tabela 8 demonstra que a maior parte dos proprietários rurais não separa as despesas particulares das despesas com a atividade rural, ou seja, 34% dos entrevistados informaram que não fazem este tipo de controle. E apenas 16% separam as suas despesas com as do negócio rural.

Tabela 8 – Separação das despesas particulares com as do negócio rural

Separação das Despesas	Frequência	Porcentual
Sim	16	32%
Não	34	68%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na tabela 9 procurou-se identificar se os produtores procuram fazer algum tipo de controle, anotações simples, ou alguém que auxilie na hora de tomar as decisões. Dos entrevistados apenas 9,09% possui contador próprio. O que surpreende é que 47,27% o controle financeiro é informal, ou seja, apenas um controle através da memória. Mas em contrapartida pelo menos 42% ao menos possui anotações em um caderno. E apenas 3% tem um controle em planilha Excel. Alguns ainda apresentaram mais de uma forma de controle.

Tabela 9 – Realização de controles financeiros

Controles Financeiros	Frequência	Porcentual
Informal	26	47,3%
Anota num caderno	21	38,2%
Possui contador próprio	05	9,1%
Planilha Excel	03	5,4%
Total	55	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

É expressivo o número de proprietários rurais que apenas tomam decisão por conhecimento próprio, com um percentual de 94%. E é notável a falta da procura de informações prestadas por um escritório de contabilidade. E sendo apenas 6% outros meios de buscar uma melhor tomada de decisão (tabela 10).

Tabela 10 – Fatores usados para a tomada de decisão

Tomada de Decisão	Frequência	Porcentual
Conhecimento próprio	47	94%
Outros	03	6%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se que 70% dos entrevistados disseram ter conhecimento do custo de cada unidade produzida em suas propriedades rurais. Os demais 30% alegam não ter conhecimento. Entende-se que o produtor que tem conhecimento do custo do seu produto, terá mais facilidade em saber administrar seu negócio rural.

Tabela 11 – Conhecimento do custo de cada unidade produzida

Custo de cada unidade produzida	Frequência	Porcentual
Sim	35	70%
Não	15	30%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em relação à formação do preço de venda, os entrevistados foram questionados se eles próprios definem o preço de venda dos produtos a serem comercializados, ou se possuem uma influência externa. Segundo demonstra na tabela 12 o preço de venda mais representativo é o valor oferecido pelo mercado com 90%. Apenas 6% o valor é oferecido pela cooperativa. E em seguida 2%, ambos é o próprio produtor rural que o define e outros.

Tabela 12 – Definição do preço de venda

Preço de venda	Frequência	Porcentual
Pelo valor oferecido pela cooperativa	03	6%
Produtor rural o define	01	2%
Pelo valor oferecido pelo mercado	45	90%
Outro	01	2%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na parte em que envolve conhecimento do lucro das atividades (tabela 13), dos entrevistados 84% dos agricultores admitem conhecer o lucro de suas atividades e apenas 16% admitem não saber ou não conhecer o lucro das atividades.

Tabela 13 – Conhecimento do lucro das atividades

Conhecimento dos Lucros	Frequência	Porcentual
Sim	42	84%
Não	08	16%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Conforme a tabela 14, se o produtor trabalha com tipo de orçamento ou previsão de receitas e gastos ambos 50% faz a previsão ou orçamento e os outros 50% não faz orçamento ou previsão de receitas e gastos algum. Sendo assim, nota-se que uma parte tem conhecimento da importância que o orçamento tem no desenvolvimento das atividades.

Tabela 14 – Orçamento ou previsão de Receitas e Gastos

Orçamento ou previsão	Frequência	Porcentual
Sim	25	50%
Não	25	50%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Fazendo um comparativo conforme demonstra a tabela 15 acima, questionou-se ao produtor rural se ele se informa com algum tipo de consultoria. Dos entrevistados 58% às vezes procura se informar com algum tipo de consultoria. Os demais 24% não utilizam nenhum tipo de consultoria e 9% se informa com mais frequência. Perguntou-se também os tipos de consultoria. Dos que procuram uma segunda sugestão nota-se que procura mais de um tipo de consultoria. A maioria com 34,67% ainda se informa com o Veterinário; 28% com engenheiro agrônomo e 18,67% com técnico agrícola. Os que têm vínculo com uma cooperativa procuram o agente da cooperativa atingindo um percentual de 12% dos entrevistados. O contador aparece apenas com 6,67%. Isso demonstra que o agricultor reconhece em pouca frequência a importância do profissional contábil na gestão de sua atividade.

Tabela 15 – Informa-se com algum tipo de consultoria

Consultoria	Frequência	Porcentual
Sim	9	18%
Não	12	24%
Às vezes	29	58%
Total	50	100%

Tipos de consultorias	Frequência	Porcentual
Contador	5	6,66%
Agente da Cooperativa	9	12%
Engenheiro Agrônomo	21	28%
Técnico Agrícola	14	18,67%
Veterinário	26	34,67%
Total	75	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na tabela 16 consegue-se evidenciar a visão que o proprietário rural tem da finalidade da contabilidade. Dos entrevistados 32% desconhecem a finalidade da contabilidade e 16% ainda acreditam na ideia de que a contabilidade serve apenas para fins de prestar contas ao fisco. Mas ao menos 52% sabem que a finalidade é fornecer informações para auxiliar no processo de gestão das empresas.

Tabela 16 – Finalidade da contabilidade

Finalidade da Contabilidade	Frequência	Porcentual
Prestar contas ao fisco	08	16%
Auxiliar no processo de gestão	26	52%
Desconhece suas finalidades	16	32%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em questão à satisfação no meio rural (tabela 17), ainda existem produtores insatisfeitos com 18% e totalmente insatisfeito com 8%. A insatisfação já gerou e ainda pode continuar gerando o abandono de algumas atividades no meio rural ou a migração para o meio urbano. Para os satisfeitos com 60% e plenamente satisfeitos com 14%, só tendem a melhorar o desenvolvimento de suas atividades, porque sentem mais motivados a prosseguir as atividades rurais.

Tabela 17 – Avaliação da satisfação no meio rural

Satisfação	Frequência	Porcentual
Plenamente satisfeito (10-8)	07	14%
Satisfeito (8-6)	30	60%
Insatisfeito (6-4)	09	18%
Totalmente insatisfeito (4 ou menos)	04	8%
Total	50	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De modo geral o estudo corrobora com o estudo de Kruger et al. (2014), pois em ambos os estudos se percebe que as propriedades rurais são de pequeno porte e predominância da mão-de-obra familiar. Na pesquisa de Kruger 61% dos gestores não separam seus gastos particulares com as do negócio rural, neste estudo constatou 68% dos entrevistados. Outro aspecto que coincidiu foi que no estudo anterior 48% desconhecem das finalidades da contabilidade e no estudo atual 32% desconhecem.

Comparando-se com o estudo de Zanin et al. (2014), em ambas as regiões pesquisadas constatou-se a predominância de pequenas propriedades rurais. E a carência da utilização de controles contábeis. Assim como na pesquisa de Metzner et al. (2013), também se identifica com o estudo atual o uso do conhecimento próprio para a tomada de decisão. E uma das formas mais simples de controle também constou a anotação em cadernos. Em um outro estudo de Hofer et al. (2011), que também constatou que poucos são os produtores que fazem controle financeiro. E que existe uma certa resistência em aderir a contabilidade como instrumento de gestão.

Considerações Finais

Primeiramente o que pôde-se identificar é que a extensão das propriedades em sua maioria tem uma média entre 15 e 25 hectares, sendo então propriedades de pequeno porte. Mesmo com diversidade das culturas praticadas, as propriedades não são cultivadas totalmente. Outro ponto que deve ser destacado é que os produtores que possuem atividades diversificadas declaram ter um maior faturamento.

Um dos fatores que justifica a falta do uso de controles gerenciais é o fato de que a contabilidade não é obrigatória para os produtores rurais com faturamento indicado pela maioria da amostra. Mesmo sem controles contábeis os produtores em sua grande maioria declaram ter conhecimento do custo de cada unidade produzida,

terem conhecimento dos lucros das atividades praticadas e ainda, a metade declarou que faz algum tipo de orçamento ou previsão de receitas e gastos.

Os achados evidenciam que, quando o proprietário rural precisa tomar uma decisão ele leva em consideração o conhecimento próprio que foi adquirido de antepassados, experiência própria que foi adquirindo com o passar do tempo, ou conhecimentos que foi adquirindo de outras formas. E que quando acabam pedindo auxílio para algum tipo de consultoria, seria de interesse voltado para a parte produtiva e não no processo de gestão do agronegócio.

A realidade encontrada na amostra da pesquisa aponta que mesmo 52% dos produtores informam que a finalidade da contabilidade é de auxiliar no processo de gestão, bem como os que consideram a função do contador ser apenas de prestar contas ao fisco, sendo 16% dos pesquisados. Além disso, uma parcela significativa de 32% desconhece as finalidades da contabilidade. Em decorrência dessa situação, mesmo que 52% entendem da finalidade contábil, não aderem esse controle na propriedade, não só pelo fato que não são obrigados, mas porque da forma como conduzem suas atividades acreditam que não irá interferir nos resultados.

Considera-se que o gestor do agronegócio precisa se conscientizar que a contabilidade é uma das ferramentas essenciais para a tomada de decisão. Principalmente no setor de agronegócios que lida com fatores sazonais. A contabilidade proporciona auxílio para o gestor no controle de gastos, na previsão de investimentos e nas reservas necessárias para uma busca melhor no desempenho econômico e financeiro da empresa rural.

Neste contexto, a classe contábil precisa mostrar a importância deste instrumento para a gestão das atividades. Para estudos futuros recomenda-se ampliar a pesquisa com uma amostra maior e estender para outros municípios, sob o argumento de que o seu uso pode trazer muitos benefícios para um melhor gerenciamento das atividades agrícolas.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilsen Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CALLADO, Antônio André Cunha; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Gestão de custos no agronegócio. In: CALLADO, Antônio André Cunha. (ed.). **Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisória. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOFER, Elza; PACHECO, Vicente; SOUZA, Alceu. PROTIL, Roberto Max. A Relevância do Controle Contábil para o Desenvolvimento do Agronegócio em pequenas e médias propriedades Rurais. **Revista de Contabilidade e Controladoria, Universidade Federal do Paraná, Curitiba**, v.3, n.1, p. 27- 42, 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção de pecuária municipal 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/ppm/2010/ppm2010.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

KRUGER, Silvana Dalmutt; MAZZIONI, Sady; GLUSTAK, Ediane; ZANIN, Antônio. **A Contabilidade como Instrumento de Gestão dos Estabelecimentos Rurais**. Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 4, n.2, p. 134-153, 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda-pessoa jurídica**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

METZNER, Cláudio Marcos; BRAUN, Loreni Maria Santos; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; MARTINI, Odair José. Gestão de Custos nas Propriedades Rurais de Toledo com o Uso das Ferramentas Contábeis. **CAP Accounting and Management**, v.7, n.7, p. 134-150, 2013.

OLIVEIRA, Neuza Corte. **Contabilidade do Agronegócio**: teoria e prática. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, Aldenir; BUSCH, Cleber; GARCIA, Edino; TODA, William. **Contabilidade Rural**. 3. ed. São Paulo: IOB-SAGE, 2015.

SILVA, José Dionísio Gomes da. **Investigação da prática da gestão econômica na atividade hoteleira**. 2000. 295 F. Tese (Doutorado em Controladoria e

Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ZANIN, Antônio; OENNING, Vilmar; TRES, Naline; KRUGER, Silvana Dalmutt; GUBIANA, Clésia Ana. Gestão das Propriedades Rurais do Oeste de Santa Catarina: As Fragilidades da Estrutura Organizacional e a Necessidade do uso de Controles Contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil- CRCSC - Florianópolis**, v.13, n. 40, p. 9-19, 2014.

ANÁLISE DE CENÁRIOS UTILIZANDO A FERRAMENTA DRE: UM ESTUDO DE CASO APLICADO A UMA FÁBRICA DE FOLHAS DE PAPEL A4

Wagner Crozetta¹; Alessandro Cruzetta²; Berto Varmeling³; Claiton Uliano⁴; Pedro Cechinel Júnior⁵

¹Acadêmico. Unibave. wagner_crozetta@hotmail.com.

²Docente. Unibave. ale.cru@hotmail.com

³Docente. Unibave. berto_warmeling@hotmail.com

⁴Docente. Unibave. claitonuliano@gmail.com

⁵Docente. Unibave. pedro.cechinel@hotmail.com.

Resumo: O atual cenário econômico atravessa períodos instáveis, e para que as organizações sobrevivam a este ambiente turbulento estão utilizando ferramentas de gestão. Neste contexto se insere o presente estudo, que tem como objetivo principal avaliar o resultado econômico de um negócio de fabricação de folhas de papel A4. Para isso foram revisadas literaturas sobre DRE, Receitas, deduções e despesas e sobre indicadores de desempenho econômicos. Aprofundando, dessa forma, os conhecimentos teóricos a respeito da DRE e de indicadores de desempenho. A pesquisa está caracterizada como descritiva, de revisão bibliográfica, com discussão e apresentação de resultados utilizando um estudo de caso com abordagem quantitativa. O levantamento de dados foi realizado utilizando números projetados. Avaliando-se os resultados, percebe-se que o negócio é lucrativo, mesmo no pior cenário projetado, considerando a ocupação de apenas 35% da capacidade produtiva de apenas um turno.

Palavras-chave: Demonstrativo do resultado de exercício. Fabricação de Folhas de papel A4. Indicadores de desempenho.

Introdução:

Para um empreendimento ser bem-sucedido é necessário planejamento. Por essa razão qualquer organização, independentemente de seu tamanho, deve realizar constantes análises para conhecer e controlar os gastos e investimentos. A análise de cenários é utilizada em várias situações diferentes. Contudo, quando empregada em favor da viabilidade econômica, apresenta a possibilidade prever as melhores ou piores situações que o empreendimento pode enfrentar.

Uma das ferramentas mais usadas nessa análise de cenário é a DRE ou demonstrativo do resultado do exercício, pois permite a avaliação da evolução da organização, a receita, custos e despesas, para saber o quanto a instituição ganhou e o quanto gastou ao longo do ano (VASCONCELOS, 2012).

Para isso, é necessário a análise dos resultados da empresa para definição de parâmetros para acompanhamento e controle pelos gestores da organização.

Neste contexto, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa, como avaliar o resultado econômico de um negócio de fabricação de folhas de papel A4?

Com isto posto, se apresenta como objetivo, avaliar o resultado econômico de fabricação de folhas de papel A4. Isto gerou os seguintes desdobramentos: identificar os custos de uma máquina de corte de bobina para papel A4; implantar um modelo de demonstrativo de resultados do negócio, avaliar a margem de contribuição e ponto de equilíbrio do negócio.

Este trabalho se justifica para a classe administrativa por demonstrar como cenários diferentes podem projetar a organização. A análise de DRE é imprescindível para uma gestão assertiva, tendo em vista a atual crise que atinge várias organizações e a população em geral.

Para o meio acadêmico a pesquisa se destaca pela relevância em demonstrar de modo prático o que é estudado na teoria, durante o curso de Administração.

Para a empresa este estudo auxiliará como instrumento demonstrativo da importância e da necessidade de se verificar os resultados econômicos obtidos. Pois a economia brasileira atravessa momentos incertos, sendo imprescindível que as empresas criem cenários e estabeleçam ações, auxiliando na tomada de decisão.

Demonstração do resultado do exercício (DRE)

A demonstração dos resultados consolidará as receitas de vendas, as deduções e impostos, os custos de produção e as despesas administrativas, financeiras e comerciais do período. Desta maneira, apurando o resultado previsto, a previsão de impostos, bem como a distribuição dos resultados, já com as definições de destinação de reservas, gratificações a empregados, partes beneficiárias e remuneração a acionistas (ROSSETTI et al., 2008).

Ross et al., (2015) explica que a DRE afere a atuação da organização por determinado período, que pode ser um mês, um trimestre ou mais. Portanto a DRE deve sempre indicar o período específico abrangido.

Na DRE todos os elementos de receitas e despesas são reconhecidos dentro do período determinado. O confronto entre esses elementos evidenciará os resultados da entidade no respectivo momento da apuração. Esse resultado corresponderá ao

lucro ou prejuízo do exercício, que será determinado pela diferença entre receitas reconhecidas menos as despesas incorridas (LIMEIRA; et al., 2015).

A correta elaboração e interpretação da DRE é uma ação decisiva no que tange a vida financeira das empresas. Por meio da DRE são diagnosticados os problemas da empresa e permitem definir quais serão as intervenções a serem realizadas nos mesmos (ALMEIDA, 2015).

A DRE na forma projetada toma por referência os orçamentos auxiliares. Visando avaliar a situação econômica para períodos futuros, com base nas premissas orçamentárias; antecipar-se a possíveis variações de contexto; utilizar a peça como elemento de acompanhamento e controle (VASCONCELOS, 2012).

Receitas

Receitas vêm a ser o ingresso de recursos na entidade, oriundo de maneira geral de suas atividades normais. Difere do conceito de ganho porque enquanto a geração de receita gera esforço, o ganho consiste na obtenção de recursos sem que se verifique esforço por parte da organização. As contas de receita são aquelas que têm como contrapartida o acréscimo de ativos, dinheiro ou direitos (VASCONCELOS, 2012).

A maioria das receitas obtidas por uma empresa origina-se de suas vendas. As receitas podem ser projetadas por meio da previsão de vendas, que constitui um plano de vendas futuras da empresa, para determinado período de tempo (SANVICENTE, 2008).

Custos

Custos são os gastos com bens ou serviços que são usados na produção de outros bens ou serviços; ou seja, é considerado um custo, os gastos relativos ao processo produtivo, incorridos dentro da fábrica para produção de bens e serviços (CORBARI; MACEDO, 2012; GUIMARÃES NETO, 2012; ALMEIDA, 2015).

Conforme fundamenta Pinto et al., (2008) as terminologias mais utilizadas com relação ao ambiente de custos são: gastos, investimento, despesa e perda além do próprio conceito de custo:

- Gasto: Representa o esforço que a entidade faz para a obtenção de um bem ou serviço;

- Investimento: Representa o gasto com um bem ou serviço atribuíveis a períodos futuros;
- Despesa: São os gastos consumidos de forma direta ou indireta com o objetivo de obtenção de receitas;
- Perda: Decorre de um gasto de forma não-intencional em consequência de fatores externos.

Despesas

As despesas segundo Almeida (2015) são todos os desembolsos e gastos decorrentes da atividade operacional da instituição, do consumo de bens e da utilização dos serviços em geral. Podendo ser:

- Despesas com vendas;
- Despesas financeiras
- Despesas administrativas
- Outras despesas operacionais.

Vasconcelos (2012) detalha o conceito das referidas despesas citadas anteriormente como:

- Despesas de vendas: inclui todos os gastos necessários ao processo de venda, distribuição e entrega dos produtos (bens ou serviços);
- Despesas financeiras: representa os juros que a empresa deve pagar aos seus credores oriundos de empréstimos por ela contraídos. O aporte de capital externo (empréstimos e financiamentos) e descontos concedidos sobre o resultado econômico da empresa;
- Despesas administrativas: compreende gastos com pessoal, material de escritório, energia elétrica da área administrativa, honorários da diretoria etc. São despesas de natureza fixa e/ou frequente;
- Despesas operacionais: são aquelas decorrentes do curso normal das atividades da organização.

Indicadores de Desempenho: Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio

Na gestão de uma organização, um dos itens de maior importância é a análise dos índices de desempenho, que permitem acompanhar a situação econômico-financeira da empresa em qualquer momento (VASCONCELOS, 2012).

Dentre os indicadores econômicos aplicados na gestão empresarial que podem ser obtidos por meio da análise da DRE estão a Margem de Contribuição e o Ponto de Equilíbrio.

Margem de contribuição

Margem de contribuição é o montante que resta da receita de vendas depois que são deduzidas as despesas variáveis. Dessa forma, é o montante que a empresa dispõe para cobrir as despesas fixas e após isto, gerar lucros no período. A margem de contribuição funciona então na seguinte sequência: primeiro é usada para cobrir as despesas fixas e então o que sobra vai para os lucros. Por essa razão se a margem de contribuição não for suficiente para liquidar as despesas fixas, gera prejuízo no período (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013).

Para cada unidade produzida e vendida, a empresa obterá de lucro determinado valor (descontando os custos e despesas variáveis); multiplicando-se esse valor pelo total vendido, teremos a margem de contribuição total do produto para a empresa (GUIMARÃES NETO, 2012).

Apurando a margem de contribuição unitária, a organização pode analisar qual é o seu melhor produto ou serviço, compreendendo de forma clara quais são os custos gerados e quanto que produto ou serviço traz de sobra à empresa para que ela suporte os seus gastos fixos. Por meio da apuração e conseqüentemente análise da margem de contribuição é que muitas decisões em relação a custo, volume e lucro podem ser tomadas, como incentivar ou descontinuar produtos ou serviços, reduzir preços de vendas para aumentar as vendas e muitas outras (ROSSETTI et al., 2008).

A margem de contribuição possibilita ainda o cálculo do ponto a partir do qual a empresa começa a lucrar que é o chamado ponto de equilíbrio. Ela representa um importante e fundamental indicador para embasar decisões de curto prazo, pois possibilita ao administrador inúmeras análises no âmbito gerencial que vem auxiliar no controle e planejamento dos custos dos produtos fabricados e vendidos pela empresa (CUNHA, 2010).

Ponto de equilíbrio

O ponto de equilíbrio pode ser entendido como o ponto no qual as receitas geradas cobrem os custos e despesas totais. Sejam eles fixos ou variáveis. A receita representa o ingresso de ativo (VASCONCELOS, 2008).

Pode-se caracterizar o ponto de equilíbrio como o momento em que a empresa não tem lucro nem prejuízo. Esse é o momento no qual o nível de vendas e conseqüentemente as receitas são geradas, são suficientes para cobrir apenas os custos e despesas. Ou seja: é uma situação em que o lucro é igual a zero. A receita total é igual ao custo total (GONÇALVES, 2009).

O ponto de equilíbrio surge da junção dos custos e despesas totais com as receitas totais. O ocorre quando o somatório de todos os custos e despesas é igual às receitas (ARAÚJO, 2016).

Procedimentos metodológicos

Quanto aos objetivos de pesquisa a pesquisa é classificada como descritiva. A pesquisa descritiva interpreta por meio de observações, de registros e de análise de fatos e fenômenos a realidade (FONSECA, 2009).

Quanto a abordagem a pesquisa se enquadra como quantitativa. Por meio desta abordagem, foi possível compilar as informações do objeto de estudo e aplicar a técnica de análise de cenários utilizando a ferramenta DRE.

Quanto ao método foi realizado um estudo de caso propondo a projeção de três diferentes cenários, variando quase que exclusivamente o volume produzido na mesma planta fabril. Para as projeções foram considerados: o orçamento de vendas, de produção e de despesas operacionais da empresa. Isto permitiu prever o resultado alcançado em cada cenário projetado.

O estudo de caso analisa acontecimentos rotineiros que criam situações comuns ou fenômenos que aparecem como um problema ou acontecimento. Tem como vantagem, o estímulo a novas descobertas, a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos (RAMPAZZO, 2005).

Como objeto deste estudo temos uma pequena empresa familiar, fabricante de folhas de papel A4, situada na cidade de Orleans – SC. Por motivos de sigilo, a mesma não foi identificada neste trabalho.

Resultados e discussão

O processo produtivo da empresa em estudo é bastante automatizado, empregando apenas dois colaboradores por turno de trabalho. O equipamento utilizado na operação é um conjunto de corte e embalagem de papel no valor de R\$ 480.000,00.

Por ser um equipamento específico e não se acreditar na revenda futura do mesmo, não foi considerado nenhum valor residual ao final da vida útil. Considerando a taxa de depreciação ao ano de 20%, obtém-se o valor de R\$ 96.000,00 ao ano de depreciação. Esse R\$ 96.000,00 é dividido por 12 meses, gerando um valor de R\$ 8.000,00 ao mês.

O Processo de produção consiste no desenrolar de um grande rolo de papel de 500 quilos. A máquina então corta esse rolo em partes menores, transformando em folhas de papel A4. Após a máquina realizar o corte, os materiais são separados em pacotes, que formam resmas de 500 folhas, embalando-as e distribuindo-as para serem colocadas nas caixas.

O equipamento opera em turnos de 8 horas de trabalho produzindo até 5.670 caixas de resmas de papel A4 (500 folhas cada). Existe demanda para a capacidade total do equipamento. O preço de venda projetado é de R\$ 136,00 a caixa. Mesmo produzindo o máximo nos 3 turnos não se acredita em impacto negativo como a redução nos preços de venda, fato que poderia ocorrer em função do acréscimo da oferta do produto ao mercado.

Como componentes de custo do produto tem-se: papel, caixa e embalagem:

Para **o papel**: os custos de aquisição de uma tonelada de papel são de R\$ 2.722,50. Apresenta um rendimento de 42 caixas, o que gera um custo **64,82 R\$/caixa**. Considerando o volume atribuído ao primeiro cenário de 2.500 caixas, chega-se ao custo total de papel no valor de R\$ 162.053,57. Todos os valores são líquidos de impostos (PIS; COFINS, ICMS e IPI).

Para **a caixa**: os custos de aquisição de uma unidade são de **4,31 R\$/unidade**. Cada unidade de produto acabado utiliza uma caixa. Considerando o volume atribuído ao primeiro cenário de 2.500 caixas, chega-se ao custo total de papel no valor de R\$ 10.781,55. Todos os valores são líquidos de impostos (PIS; COFINS, ICMS e IPI).

Para **a embalagem**: os custos de aquisição de uma unidade são de 0,219 R\$/unidade. Cada unidade de produto acabado utiliza 10 embalagens. Considerando o volume atribuído ao primeiro cenário de 2.500 caixas, chega-se ao custo total de

papel no valor de R\$ 5.478,26. Todos os valores são líquidos de impostos (PIS; COFINS, ICMS e IPI).

Com relação aos custos fixos de produção a empresa possui gastos com salários, encargos, equipamentos de proteção, exames e uniformes dos funcionários da produção. Mais água, energia, depreciação e aluguel da fábrica. Tem custos com manutenção predial, materiais de consumo e para manutenção das máquinas e equipamentos. Todos os valores estão sendo considerados a previsão de gastos anuais, divididos por doze meses, ajustando os valores para obter a média mensal.

O negócio também conta com despesas administrativas, comerciais, financeiras e tributárias. Sendo os salários, encargos e pró-labore dos setores responsáveis pelo comercial, financeiro e administrativo. As despesas de telefone, correio, material de expediente, material de consumo e de limpeza, manutenção informática, combustíveis e pedágio, seguros e rastreamento, manutenção veículos, serviços de terceiros, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos. Todos os valores estão sendo considerados a previsão de gastos anuais, divididos por doze, ajustando os valores para a média mensal.

Existem ainda as despesas financeiras: consulta de crédito, juros sobre o financiamento de máquinas e tarifas bancárias. Despesas comerciais: comissões e fretes de terceiros e despesas tributárias: Impostos e taxas federais, Impostos e taxas estaduais e Impostos e taxas municipais

Para a análise de resultados do empreendimento, foi realizado um estudo com base em três cenários, estabeleceram-se as seguintes projeções de venda e seus respectivos cenários:

- **O cenário 1:** apresenta uma previsão de vendas de 2.500 caixas de resmas de folhas de papel A4. O valor de venda para esse cenário é de R\$ 136,00 a caixa.

- **O cenário 2:** representa a produção total de um único turno de produção. Nesse único turno são fabricadas 5.760 caixas. O preço de venda é constante sendo o mesmo de R\$ 136,00 a caixa. Trabalhando com um turno completo a empresa consegue um resultado muito mais satisfatório em relação ao cenário 1.

- **O cenário 3:** representa a produção total em dois turnos de produção. Sendo fabricadas 11.520 caixas. O valor de venda foi considerado o mesmo apresentado nos outros cenários.

A tabela 1, exibida na página seguinte, traz os 3 cenários projetados para a empresa de forma detalhada, por meio de uma DRE projetada, onde foi possível analisar cada cenário e compará-los entre si.

As principais diferenças entre cada cenário são a receita bruta que aumenta significativamente em cada cenário. No cenário 1 com cerca de 35% de ocupação da capacidade produtiva diária chega-se ao faturamento de R\$ 340.000,00. No cenário 2 com a capacidade de produção de um turno de 8 horas a receita de vendas passa a ser de R\$ 783.360,00. No cenário 3 com dois turnos de produção de 8 horas cada, a receita sobe para 1.556.720,00.

Após a dedução de impostos de vendas os cenários ficam com Receita Líquida de R\$ 238.809,52 cenário R\$ 550.217,14 cenário 2 e R\$ 1.100.434,29.

Os custos de produção são maiores no cenário 3 por ele trabalhar em 2 turnos, sendo R\$ 178.313,38 para o cenário 1, R\$ 410.834,03 para o cenário 2 e R\$ 821.668,05 para o 3 cenário.

Com relação aos custos fixos de produção as principais diferenças entre os cenários estão relacionadas aos salários, sendo iguais para o cenário 1 e 2 de R\$ 4.300,00 por trabalharem com apenas 1 turno de produção e de R\$ 8.600,00 para o cenário 3, onde são empregados dois turnos de produção. Consequente ocorre aumento nos encargos, férias e décimo terceiro sendo de R\$ 2.384,11 para os cenários 1 e 2. Para o cenário 3 o valor foi de R\$ 4.768,22. Resultando em um lucro bruto de R\$ 39.572,02 para o cenário 1, de R\$ 118.459,00 para o cenário 2 e de R\$ 249.268,01.

As despesas comerciais também possuem significativas diferenças entre os cenários pelo volume de vendas de cada um, por vender mais o cenário 3 paga mais comissões e fretes.

Encerrando o período com um resultado do exercício satisfatório para os 3 cenários. Com um montante muito maior no cenário 3, com R\$ 145.817,79, seguido de R\$ 57.742,34 do cenário 2 e um resultado mais modesto no cenário 1 de R\$ 3.639,63.

Tabela 1 - Demonstração de resultado projetada para os três cenários

	CENÁRIO 1 - 2500 CX		CENÁRIO 2 - 5760 CX		CENÁRIO 3 - 11520 CX	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
RECEITA BRUTA	340.000,00	100,0	783.360,00	100,0	1.566.720,00	100,0
Receita de produtos com IPI	340.000,00	100,0	783.360,00	100,0	1.566.720,00	100,0
(-) DEDUÇÕES DA	101.190,48	29,8	233.142,86	29,8	466.285,71	29,8
IPI (5%)	16.190,48	4,8	37.302,86	4,8	74.605,71	4,8
Pis (1,65%)	5.342,86	1,6	12.309,94	1,6	24.619,89	1,6
Cofins (7,6%)	24.609,52	7,2	56.700,34	7,2	113.400,69	7,2
ICMS (17%)	55.047,62	16,2	126.829,71	16,2	253.659,43	16,2
(=) RECEITA LÍQUIDA	238.809,52	70,2	550.217,14	70,2	1.100.434,29	70,2
(-) CUSTOS DE	178.313,38	52,4	410.834,03	52,4	821.668,05	52,4
Custo Matéria Prima (sem	162.053,57	47,7	373.371,43	47,7	746.742,86	47,7
Embalagens (sem impostos)	5.478,26	1,6	12.621,91	1,6	25.243,83	1,6
Caixa (sem impostos)	10.781,55	3,2	24.840,69	3,2	49.681,37	3,2
CUSTOS FIXOS DE	20.924,11	6,2	20.924,11	2,7	29.498,22	1,9
Salários	4.300,00	1,3	4.300,00	0,5	8.600,00	0,5
Encargos+férias+13°	2.384,11	0,7	2.384,11	0,3	4.768,22	0,3
Água	50,00	0,0	50,00	0,0	50,00	0,0
Energia	1.110,00	0,3	1.110,00	0,1	2.220,00	0,1
Uniformes	30,00	0,0	30,00	0,0	60,00	0,0
Equip. Proteção Indiv / Laudos	50,00	0,0	50,00	0,0	100,00	0,0
Manutenção prédio	300,00	0,1	300,00	0,0	300,00	0,0
Material de Consumo	200,00	0,1	200,00	0,0	400,00	0,0
Manutenção de máquinas e	500,00	0,1	500,00	0,1	1.000,00	0,1
Depreciação	8.000,00	2,4	8.000,00	1,0	8.000,00	0,5
Aluguel	4.000,00	1,2	4.000,00	0,5	4.000,00	0,3
LUCRO BRUTO	39.572,03	11,6	118.459,00	15,1	249.268,01	15,9
DESPESAS	12.216,11	3,6	12.216,11	1,6	12.216,11	0,8
Salários	2.500,00	0,7	2.500,00	0,3	2.500,00	0,2
Encargos	1.386,11	0,4	1.386,11	0,2	1.386,11	0,1
Pró-labore	5.000,00	1,5	5.000,00	0,6	5.000,00	0,3
Telefone	500,00	0,1	500,00	0,1	500,00	0,0
Correio	30,00	0,0	30,00	0,0	30,00	0,0
Combustíveis / pedágio	300,00	0,1	300,00	0,0	300,00	0,0
Seguros e Rastreamento	50,00	0,0	50,00	0,0	50,00	0,0
Manutenção Veículos	50,00	0,0	50,00	0,0	50,00	0,0
Serviços Terceiros	1.050,00	0,3	1.050,00	0,1	1.050,00	0,1
Material de Expediente	400,00	0,1	400,00	0,1	400,00	0,0
Material de Consumo/Limpeza	100,00	0,0	100,00	0,0	100,00	0,0
Máquinas e equipamentos	150,00	0,0	150,00	0,0	150,00	0,0
Manutenção Informática	500,00	0,1	500,00	0,1	500,00	0,0
Móveis e utensílios	200,00	0,1	200,00	0,0	200,00	0,0
DESPESAS FINANCEIRAS	5.667,00	1,7	7.567,00	1,0	9.867,00	0,6
Consulta de crédito	400,00	0,1	800,00	0,1	1.600,00	0,1
Juros sobre Financiamentos	3.767,00	1,1	3.767,00	0,5	3.767,00	0,2
Tarifas bancárias	1.500,00	0,4	3.000,00	0,4	4.500,00	0,3
DESPESAS COMERCIAIS	17.549,29	5,2	40.433,55	5,2	80.867,11	5,2
Comissões	9.714,29	2,9	22.381,71	2,9	44.763,43	2,9
Frete de Terceiros	7.835,00	2,3	18.051,84	2,3	36.103,68	2,3
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	500,00	0,1	500,00	0,1	500,00	0,0
Impostos e taxas federais	83,33	0,0	83,33	0,0	83,33	0,0
Impostos e taxas estaduais	166,67	0,0	166,67	0,0	166,67	0,0
Impostos e taxas municipais	250,00	0,1	250,00	0,0	250,00	0,0
(=) RESULTADO	3.639,63	1,1	57.742,34	7,4	145.817,79	9,3

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Para o cálculo dos indicadores, foram usados a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio.

Tabela 2 - Indicadores

INDICADORES	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
CUSTO FIXO R\$	39.307,22	41.207,22	52.081,33
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	12,63%	12,63%	12,63%
PONTO DE EQUILÍBRIO (R\$)	311.221,06	326.227,71	412.315,41

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com relação aos indicadores de desempenho percebe-se alteração nos cenários 2 e 3. Estas alterações refletem a mudança de volume processado no cenário 2 e o segundo turno implantado no cenário 3.

Uma margem de contribuição de 12,63% sobre o preço de venda foi considerada atrativa, tendo em vista o volume significativo de vendas e o reduzido custo fixo da operação. Em termos práticos isso representa para a empresa que o cenário 3 tem o maior montante do que resta da receita de vendas depois que são deduzidas as despesas variáveis é maior.

O ponto de equilíbrio é o outro indicador analisado no qual as receitas geradas cobrem os custos e despesas totais. Neste indicador o cenário 2 apresentou o menor ponto de equilíbrio. Cenário 1: 311.221,06, Cenário 2: 326.227,71 e Cenário 3: 412.315,41. O ponto de equilíbrio para esses cenários mostra que quando a empresa atingir um faturamento superior a esses valores, começará a obter lucro. Os números se mostram promissores e atrativos em todos os cenários até mesmo no cenário mais pessimista, o cenário 1.

Em termos práticos a empresa pode optar pelos cenários já sabendo quanto precisa vender para no mínimo pagar as contas, sem que ela apresente em constante prejuízo.

Usando o ponto de equilíbrio a empresa teve a possibilidade de averiguar o nível das vendas que são necessárias para liquidar os custos fixos operacionais e mensurar a lucratividade em diversos níveis de vendas. Quanto mais baixo for o ponto de equilíbrio, maior é a segurança da operação.

Por meio da DRE fica evidenciado que todos os cenários desenvolvidos contribuíram para a maximização do negócio dessa empresa, por sua vez o cenário 3 tornou-se o mais vantajoso.

Diante das análises dos indicadores financeiros projetados, se pode verificar a viabilidade econômica do negócio nos três cenários apresentados.

Considerações Finais

Independente de qual seja a atividade ou negócio é preciso fazer uma avaliação dos empreendimentos, com a visão ampla na parte econômica e financeira.

Este trabalho teve por objetivo principal avaliar o resultado econômico de um negócio de fabricação de folhas de papel A4, o qual foi realizado através do cumprimento dos objetivos específicos. Cabe salientar, que o planejamento foi elaborado dentro de cenários prováveis, baseado nos dados projetados.

A presente pesquisa abordou a análise de 3 cenários de empreendimento voltado para manufatura de resmas de papel A4, por meio da DRE. O propósito de verificar se a avaliação de resultados de um negócio pode contribuir para a gestão de uma fábrica já em funcionamento mostrou positiva permitindo-se confirmar que o empreendimento é viável. Diante dos resultados que a pesquisa apresentou, foi possível identificar os custos envolvendo a produção de folhas de papel A4.

Os modelos de DRE projetados foram feitos em 3 cenários distintos, cada um com um volume produzido diferente. O primeiro com um resultado de R\$ 3.639,64, o segundo de R\$ 57.742,34 e o terceiro e mais vantajoso de R\$ 145.817,79. Os resultados mostraram que o empreendimento obteve resultados positivos em todos os cenários.

A margem de contribuição é constante nos três cenários se mantendo em 12,63. O ponto de equilíbrio mostrou de R\$ 311.221,06 para o cenário 1, de R\$ 326.227,71 para o cenário 2 e de R\$ 412.315,41 para o cenário 3.

A maior limitação da pesquisa esteve no fato dos dados serem projetados, o que pode ocasionar erros quando for colocado em prática.

Para trabalhos futuros é possível sugerir a continuidade da pesquisa com uma avaliação das projeções confrontando com o que for realizado comparando o nível de assertividade do estudo.

Conclui-se afirmando as perspectivas para a empresa são positivas. Por meio desta pesquisa foi possível perceber a necessidade de planejar cada passo do empreendimento com o intuito de minimizar erros que possam comprometer o seu futuro.

Referências

ALMEIDA, José Elias Feres de. **Fundamentos de contabilidade para os negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

ARAÚJO, Luana Priscila. **Contabilidade empresarial: um estudo de caso sobre a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio entre receitas e despesas, em uma empresa comercial do ramo ótico**. 2015. 43 f. Monografia (Ciências Contábeis) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó. Curso de Ciências Contábeis. Caicó: UFRN, 2016.

CORBARI, Ely Célia; MACEDO, Joel de Jesus. **Administração de estratégica de custos**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

CUNHA, Erica Batista da. **O emprego da margem de contribuição como indicador de desempenho gerencial de uma loja de varejo do setor supermercadista**. 2010. 62 f. Monografia do Curso de Administração, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2010.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade gerencial**. Tradução Christiane de Brito. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

GUIMARÃES NETO, Oscar. **Análise de custos**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

GOBE, A. et al. **Administração de Vendas**. 2.ed. São Paulo:Saraiva, 2007.

GONÇALVES, Wanderley. **Economia e negócios**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

LIMEIRA, André Luiz Fernandes; et al. **Gestão contábil financeira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

PINTO, Alfredo Augusto Gonçalves; et al. **Gestão de custos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2005.

ROSS, Stephen A. et al. **Administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Bookman, 2015.

ROSSETTI, José Paschoal; et al. **Finanças corporativas: teoria e prática empresarial no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SANVICENTE, Antônio Zoratto. **Orçamento na administração de empresas: Planejamento e controle**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. **Orçamento e indicadores**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

COMPARATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL ENTRE DOIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA

Maiara Schuelter¹; Jose Sadi Borges²; Marcos Volpato³; Jádina De Nez⁴; Vanessa Isabel Cataneo⁵; Luiz De Noni⁶; Jose Antonio Redivo⁷

¹Academico. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. maiara.schuelter@hotmail.com

²Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. borges.sadi@gmail.com

³Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. marcoslubave@gmail.com

⁴Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. jadinadenez@gmail.com

⁵Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. vanessaisacataneo@gmail.com

⁶Professor. Centro universitário Barriga Verde Unibave. luiznoni@brturbo.com.br

⁷Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. joseredivo@hotmail.com

Resumo: Na contabilidade pública as despesas com pessoal passaram a ter um grande destaque nos últimos anos devido ao surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. A referida pesquisa tem por objetivo comparar as despesas com pessoal entre dois municípios da região sul de Santa Catarina, sendo eles, São Ludgero e Urussanga. Propõe-se verificar por meio de dados disponibilizados no portal da transparência de cada município, se os municípios estão obedecendo aos limites estabelecidos. Para a abordagem da pesquisa foi utilizado o método quantitativo e como método de pesquisa, para se alcançar os objetivos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, já para a abordagem do tema foi aplicado o método descritivo que permite análises de várias formas. Com o estudo observou-se que ambos os municípios obedeceram aos limites previstos na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), dentro de suas peculiaridades.

Palavras-chave: Contabilidade pública. Despesa. Receita. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Introdução

A contabilidade pública é um ramo da contabilidade aplicada às entidades públicas, logo possui algumas características diferentes da contabilidade aplicada nas empresas privadas. Em vista disso, o campo de atuação será o orçamento das entidades públicas e seus respectivos patrimônios (JACINTHO, 1989).

Na contabilidade pública um dos assuntos de maior discussão dentre as despesas públicas é a despesa com pessoal, devido às limitações estabelecidas na Lei Complementar n.º 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A despesa pública pode ser definida como os gastos previamente fixados no orçamento público, realizados pela entidade pública. Despesas com pessoal é todo e qualquer recurso gasto pela entidade na remuneração de seus funcionários, assim como, os encargos sociais previstos em lei e os benefícios oferecidos

espontaneamente, ou concedidos em razão de previsão legal, de acordos firmados entre empregador e empregados ou de decisões judiciais.

Seguindo esse contexto, tem-se o seguinte problema de pesquisa: quais os valores gastos com as despesas com pessoal em dois municípios da região sul de Santa Catarina? O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar e comparar as despesas com pessoal de dois municípios da região sul de Santa Catarina, ainda que embora não sejam do mesmo porte, pretende-se examinar os gastos em valores e conhecê-los em percentuais, para comparar seus índices de forma analítica, visando assim o conhecimento destes valores.

Sendo assim, tem-se por objetivos específicos: a verificação da receita corrente líquida de cada município; fazer um comparativo das despesas com pessoal entre ambos; e observar se os municípios estão cumprindo os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considera-se que o tema de despesas com pessoal é um dos assuntos amplamente abordados em relação às despesas públicas, porém é visto que ainda não foram desenvolvidos trabalhos que trazem um comparativo das despesas com pessoal entre municípios da região sul de Santa Catarina. Portanto, o tema escolhido torna-se original.

Receita Pública

Considera-se receita pública “como uma entrada de recursos financeiros que se reflete no aumento das disponibilidades” (PISCITELLI; TIMBÓ, 2009, p. 138).

Segundo Slomiski (2011, p. 21):

Entende-se por receita pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos que derivem direitos em favor da entidade pública classificável como receita orçamentária – quando figurar como depositária de valores que não lhe pertençam será classificada como receita extraorçamentária.

Assim, pode-se definir receita pública como o montante total recebido e incorporado ao patrimônio do Estado, que serve para financiar as necessidades de investimentos públicos e quitar as despesas públicas. A receita pública divide-se em receita orçamentária e receita extraorçamentária.

Receita orçamentária

São consideradas receitas orçamentárias as receitas que estão previstas no orçamento, de modo que serão consideradas quando da fixação das despesas públicas.

Araújo e Arruda (2009, p. 82) descrevem que a receita orçamentária “representa valores constantes no orçamento, tais como tributos, rendas, transferências, alienações, amortizações de empréstimos concedidos e operações de crédito [...]”. Receita orçamentária é aquela que pertence de fato à entidade, faz parte do orçamento público.

Receita extraorçamentária

As receitas extraorçamentárias são aquelas que não podem ser previstas no orçamento público ou que tem caráter transitório, ou seja, são valores arrecadados que não pertencem ao orçamento público. Slomski (2010, p. 309) diz que “a receita extraorçamentária é representada no balanço patrimonial como passivo financeiro, ou seja, são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos”.

Arruda e Araújo (2009, p. 83) afirmam que por não pertencer ao Estado “as receitas extraorçamentárias representam apenas valores recebidos pelo Estado, mas que não são de sua propriedade e terão de ser devolvidos, portanto, não deveriam ser denominados receitas, mas ingressos transitórios”.

Portanto, as receitas extraorçamentárias podem ser classificadas como recursos de terceiros que não pertencem ao orçamento público.

Receita corrente

Receita corrente são as receitas arrecadadas dentro do exercício financeiro para aplicação as despesas correspondentes.

De acordo com Slomski (2011, p. 22) receita corrente:

É uma definição genérica do conjunto das chamadas receitas tributárias; de contribuições; patrimoniais; agropecuárias; industriais; de serviços e outras, ainda, provenientes de recursos financeiros recebidos de pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis como despesas correntes.

Receita de capital

As receitas de capital são resultantes dos recursos financeiros adquiridos na constituição de dívidas, de bens e direitos, na conversão, na alienação em espécie, recebimento de outras pessoas de direito público ou privado, destinadas a atender as despesas de capital e o superávit do Orçamento Corrente (SLOMSKI, 2010).

As receitas de capital alteram o patrimônio duradouro do Estado, dessa forma, estas receitas servem para cobrir as despesas de capital.

Receita Corrente Líquida

Receita corrente líquida mais conhecida como RCL é à base de cálculo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e sobre ela serão calculados os percentuais de gastos previstos na lei (SILVA, 2009).

A RCL consiste no somatório das receitas tributárias de um Governo, referente a contribuições industriais, patrimoniais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;
- b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição (BRASIL, 2000).

Despesa Pública

Despesa pública é o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para financiar os serviços públicos e garantir o bem-estar da sociedade.

Para Lima e Castro (2003, p. 58):

Define-se despesa pública como o conjunto de dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público, para funcionamento dos serviços públicos. Nesse sentido, a despesa, como parte do orçamento, compreende as autorizações para gastos com várias atribuições e funções governamentais.

De acordo com Araújo e Arruda (2009, p. 100) “representa desembolso efetuado pelos agentes pagadores do Estado, ou mesmo a promessa desse pagamento, em face de serviços prestados ou bem consumido”.

Despesa Orçamentária

De acordo com os ensinamentos de Kohama (2013, p. 99) a despesa orçamentária “é aquela cuja realização depende da autorização do legislativo. Não pode se realizar sem crédito orçamentário correspondente; em outras palavras, é aquela que integra o orçamento, despesa discriminada e fixada no orçamento público”.

Despesa Extraorçamentária

As despesas extraorçamentárias não dependem da autorização do poder legislativo, por advirem de receitas extraorçamentárias.

Segundo Araújo e Arruda (2004) a despesa extraorçamentária é aquela onde o pagamento é à margem do orçamento, ou seja, a despesa que não estava fixada no orçamento.

É aquela paga a margem da lei orçamentária e, portanto, independente de autorização legislativa, pois se constitui em saídas do passivo financeiro, compensatórias de entradas no ativo financeiro, oriundas de receitas extraorçamentárias, correspondendo à restituição ou entrega de valores, como cauções, depósitos, consignações e outras (KOHAMA, 2013, p. 99).

Despesa Corrente

Classificam-se como despesa corrente as despesas que não auxiliam de modo direto para a aquisição ou formação de um bem de capital (LIMA; CASTRO, 2003).

Despesas correntes são os “desembolsos ou aplicações das quais não resulta compensação patrimonial” (SLOMSKI, 2011, p. 26). Referem-se às despesas designadas ao custeio e às transferências correntes, tais como: despesas com pessoal, serviços de terceiros, aquisição de bens de consumo e etc.

Despesa de Capital

Define-se como despesa de capital, as despesas de investimento, transferência de capital e inversões financeiras “contribuem, diretamente, para a formação de ou aquisição de um bem de capital” (LIMA; CASTRO, 2003, p. 59).

São as despesas constituídas do desembolso ou aplicação que resultam na mutação compensatória dos elementos do patrimônio (SLOMISKI, 2011), tais como: aquisição de imóveis, aquisição de máquinas e equipamentos, realizações de obras públicas, concessão de empréstimos, amortização da dívida pública e etc.

Despesa com Pessoal

Despesas com pessoal são todos e quaisquer recursos consumidos ou aplicados pela entidade na remuneração direta ou indireta de seus funcionários, também são consideradas despesas com pessoal, os encargos sociais previstos em lei e os benefícios oferecidos ou concedidos em razão legal.

Segundo o art. 18 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

Entende-se por despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros do Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

De acordo com o art. 169 da Constituição Federal, a Lei Complementar deve definir quais são os limites para a despesa com pessoal ativo e inativo da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios (MOTTA; FERNANDES, 2001).

Limites Estabelecidos para União, Estados e Municípios

A Lei Complementar 101 estabeleceu limites para as despesas com pessoal, que não poderá exceder os percentuais da Receita Corrente Líquida, assim distribuídos:

- União tem como limite máximo para despesas com pessoal 50% da Receita Corrente Líquida que serão distribuídos da seguinte forma:
 1. 2,5 % para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas da União;
 2. 6% para o Judiciário;

3. 0,6 % para o Ministério Público da União;
 4. 3% para o custeio de despesas do DF e de ex- territórios; e
 5. 37,9% para o Poder Executivo.
- Nos estados o limite máximo de despesas com pessoal é de 60% da Receita Corrente Líquida, assim distribuído:
 1. 3% para o poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado;
 2. 6% para o poder Judiciário;
 3. 2% para o Ministério Público dos Estados; e
 4. 49% para as demais despesas com pessoal do Executivo.
 - Para os municípios o limite máximo de despesas com pessoal é de 60% da Receita Corrente Líquida, distribuídos da seguinte forma:
 1. 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e
 2. 54% para o Executivo.

As penalidades decorrentes do descumprimento da exigências legais no que se refere às despesas de pessoais estão descritas no quadro 1.

Quadro 01 - Lei Complementar nº101/00 e suas penalidades a respeito do limite da Despesa com Pessoal

Exigências da Lei Complementar nº 101/00	Penalidades
Ultrapassar o limite de Despesa Total com Pessoal em cada período de apuração (Art. 19 e 20, LRF)	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, Art. 4º, inciso VII).
Expedir ato que provoque aumento da Despesa com Pessoal em desacordo com a lei (Art. 21, LRF).	Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, Art. 2º)
Expedir ato que provoque aumento da Despesa com Pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão (Art. 21, LRF).	Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, Art. 2º)
Deixar de adotar as medidas previstas na LRF, quando a Despesa Total com Pessoal do respectivo Poder ou órgão quando exceder a 95% do limite (Art. 22, LRF).	Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, art. 2º).
Deixar de adotar as medidas previstas na lei, quando a Despesa Total com Pessoal ultrapassar o Limite Máximo do respectivo Poder ou órgão (Art. 23, LRF).	Reclusão de um a quatro anos (Lei nº 10.028/2000, Art. 2º).
Manter gastos com inativos e pensionistas acima do limite definido em lei (Art. 18 a 20, Art. 24 § 2º, Art. 59, § 1º, inciso IV, LRF).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, Art. 4º, inciso VII).
Não cumprir limite de Despesa Total com Pessoal em até dois anos, caso o Poder ou órgão tenha estado acima desse limite em 1999 (Art. 70, LRF).	Cassação do mandato (Decreto-Lei nº 201, Art. 4º, inciso VII).

Fonte: Adaptação do quadro de Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, 2000.

Procedimentos Metodológicos

O presente artigo foi realizado através de uma análise das despesas com pessoal, onde os principais dados foram coletados dos relatórios disponibilizados no portal da transparência dos municípios de São Ludgero e Urussanga.

Quanto à abordagem utilizada, a pesquisa é quantitativa, sendo que a abordagem quantitativa traduz tudo o que pode ser quantificável, ou seja, compreende os resultados da pesquisa em quantidade. Lira (2014, p. 26) diz que a pesquisa quantitativa “busca a explicação dos fatos e centra-se em números e tabelas, caracterizando-se, portanto pelo emprego da quantificação na coleta de informações por meio de técnicas estatísticas”. Portanto define-se como quantitativo os resultados que descrevem a análise do comparativo em sua quantidade.

Com relação aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois “na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles” (CIRIBELLI, 2003, p. 54). Ou seja, o presente trabalho tem o intuito de descrever e comparar as características das despesas com pessoal dos municípios de São Ludgero e Urussanga.

Em relação ao procedimento da pesquisa, ele se dá por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica porque é um estudo acerca de tudo o que já foi elaborado. Didio (2014, p. 42) diz que a pesquisa bibliográfica “consiste em pesquisar todo material escrito: livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, periódicos, relatórios, anais de congressos, documentos de qualquer natureza e internet”. O procedimento utilizado ainda pode ser considerado como documental que “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (BEUREN et. al., 2013, p. 89). Enquadra-se em documental pois é um estudo baseado em relatórios dos demonstrativos das despesas com pessoal disponibilizado nos sites do portal da transparência dos municípios.

São Ludgero possui 10.993 habitantes de acordo com a pesquisa do IBGE em 2010. A agricultura, pecuária e a indústria são as principais atividades econômicas do município. Contribuem de forma considerável para a economia do município a produção avícola, gado leiteiro, os cultivos de fumo, milho, feijão, legumes, frutas e hortaliças. Destacam-se também indústrias de derivados do plástico.

Urussanga abriga 20.223 habitantes, sua economia é mista, baseada nas indústrias de artigos plásticos, cerâmicos, móveis, esquadrias de alumínio, metalurgia,

equipamentos para suinocultura e avicultura. No setor primário, o destaque é para as culturas do milho, feijão, arroz, fumo, viticultura, fruticultura e a criação de aves e suínos.

A pesquisa foi realizada com base nas informações disponíveis no portal da transparência de cada município. Foram analisados e comparados os relatórios dos municípios nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 para que assim a pesquisa chegasse ao seu objetivo.

Resultados e Discussão

Para a realização da pesquisa os dados foram coletados dos relatórios das despesas de pessoal disponibilizados no Portal da Transparência dos municípios. Foram analisados os relatórios de cada município nos anos de 2013 a 2016.

A tabela 1 demonstra a evolução da RCL do município de São Ludgero nos anos de 2013 a 2016. Observa-se que o ano 2014 teve um aumento de 12,67% em relação a 2013. Em 2015 o aumento foi de 7,54% em relação a 2014, já no ano de 2016 em relação a 2015 o aumento foi de 10,31%. Com isso, pode-se observar que a Receita Líquida Corrente aumentou 33,66% nos últimos anos.

Tabela 1 - Evolução da Receita Líquida Corrente do município de São Ludgero nos anos de 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
RCL	25.898.402,01	29.179.025,38	31.380.145,53	34.615.676,42
Acréscimo em R\$		3.280.623,37	2.201.120,15	3.235.530,89
Acréscimo em %		12,67%	7,54%	10,31%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 2 apresenta a evolução da RCL do município de Urussanga nos anos de 2013 a 2016. Pode-se observar que o ano de 2014 em relação ao ano de 2013 aumentou em 13,12%, já no ano de 2015 aumentou 5,93% em relação ao ano de 2014, em 2016 o aumento foi de 10,88% em relação ao ano de 2015. Nota-se então que nos últimos anos a RCL de Urussanga teve um aumento de 32,86%.

Tabela 2 - Evolução da Receita Líquida Corrente do município de Urussanga nos anos de 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
RCL	44.721.832,25	50.590.258,86	53.588.612,24	59.418.367,65
Acréscimo em R\$		5.868.426,61	2.998.353,38	5.829.755,41
Acréscimo em %		13,12%	5,93%	10,88%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

A tabela 3 demonstra a evolução das despesas com pessoal do município de São Ludgero nos anos de 2013 a 2016. Fica demonstrado que no ano de 2014 a despesa com pessoal teve um aumento de 12,17% em relação ao ano de 2013. Em 2015 o aumento foi de 11,77% em relação ao ano anterior, já em 2016 vê-se que o aumento foi de 8,03% em relação ao ano de 2015. No geral o aumento foi de 35,44% nos últimos anos.

Tabela 3 - Evolução das Despesas com Pessoal do município de São Ludgero nos anos de 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
Despesas com Pessoal	13.150.468,51	14.751.304,60	16.487.070,45	17.811.093,04
Acréscimo em R\$		1.600.836,09	1.735.765,85	1.324.022,59
Acréscimo em %		12,17%	11,77%	8,03%

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 4 demonstra a evolução das despesas com pessoal do município de Urussanga nos anos de 2013 a 2016. Pode observar-se que no ano de 2014 resultou num aumento de 9,58% nas despesas com pessoal em relação ao ano anterior, já no ano de 2015 o aumento foi de 16,68% em relação a 2014. No ano de 2016 pode-se verificar que o aumento foi de 8,36% em relação a 2015. Com isso, observa-se que nos últimos anos o município de Urussanga teve um aumento de 38,55% com despesas com pessoal.

Tabela 4 - Evolução das Despesas com Pessoal do município de Urussanga nos anos de 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
Despesas com Pessoal	23.991.628,62	26.290.660,69	30.675.511,37	33.240.603,00
Acréscimo em R\$		2.299.032,07	4.384.850,68	2.565.091,63
Acréscimo em %		9,58%	16,68%	8,36%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 5 demonstra o percentual das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida do município de São Ludgero nos anos de 2013 a 2016. Verifica-se que no ano de 2014 São Ludgero teve uma redução de 0,23% de despesas

com pessoal em relação ao ano de 2013, já em 2015 o município teve um aumento de 1,99% em relação ao ano anterior, observa-se ainda que em 2016 São Ludgero teve uma redução de 1,08% em relação a 2015. Observa-se também que nos anos de 2013 a 2016 o município teve um aumento de 0,68% com despesas com pessoal. Em todos os anos o município de São Ludgero obedeceu aos limites de despesas com pessoal em relação à RCL, atendendo os requisitos da LRF.

Tabela 5 - Percentual das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida do município de São Ludgero nos anos de 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
Percentual das Despesas com Pessoal	50,78%	50,55%	52,54%	51,46%
Evolução das Despesas com Pessoal		-0,23%	1,99%	-1,08%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 6 traz o percentual das despesas com pessoal em relação à RCL do município de Urussanga nos anos de 2013 a 2016. Em 2014 Urussanga teve um aumento de 0,62% em relação a 2013, em 2015 o município teve um aumento de 1,15% em despesas com pessoal comparado ao ano anterior, já em 2016 obteve-se uma redução de 0,92% em relação ao ano de 2015. No geral percebe-se que houve um aumento de 0,85% nos últimos anos. Em todos os anos o município de Urussanga obedeceu aos limites de despesas com pessoal em relação à RCL, atendendo os requisitos da LRF.

Tabela 6 - Percentual das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida do município de Urussanga nos anos de 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
Percentual das Despesas com Pessoal	52,09%	52,71%	53,86%	52,94%
Evolução das Despesas com Pessoal		0,62%	1,15%	-0,92%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 7 apresenta a comparação da RCL entre os municípios de São Ludgero e Urussanga. Vê-se que a diferença entre a Receita Corrente Líquida dos municípios no ano de 2013 é de 42,09%, já no ano de 2014 a diferença foi de 42,32%. No ano de 2015 obteve-se uma diferença de 41,44% e em 2016 uma diferença de 41,74%. Pode-se observar que no geral Urussanga obteve a RCL 41,90% em média maior que o município de São Ludgero. Essa diferença se dá devido ao porte de cada município.

Tabela 7 - Comparativo da Receita Líquida Corrente entre os municípios de São Ludgero e Urussanga nos anos de 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
RCL Urussanga	44.721.832,25	50.590.258,86	53.588.612,24	59.418.367,65
RCL São Ludgero	25.898.402,01	29.179.025,38	31.380.145,53	34.615.676,42
Diferença entre os municípios em R\$	18.823.430,24	21.411.233,48	22.208.466,71	24.802.691,23
Diferença entre os municípios em %	42,09%	42,32%	41,44%	41,74%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 8 mostra a comparação das despesas com pessoal entre os municípios de São Ludgero e Urussanga. Pode-se perceber que no ano de 2013 a despesa com pessoal no município de Urussanga foi 45,19% maior em relação a São Ludgero, em 2014 a diferença foi de 43,89%, já no ano de 2015 observa-se uma diferença de 46,25% e no ano de 2016 a diferença foi de 46,42%. No geral, percebe-se que Urussanga, na média, apresenta 45,44% mais despesas com pessoal em relação ao município de São Ludgero, essa diferença se dá devido ao porte de cada município.

Tabela 8 - Comparativo das Despesas com Pessoal entre os municípios de São Ludgero e Urussanga nos anos de 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
Despesas com Pessoal Urussanga	23.991.628,62	26.290.660,69	30.675.511,37	33.240.603,00
Despesas com Pessoal São Ludgero	13.150.468,51	14.751.304,60	16.487.070,45	17.811.093,04
Diferença entre os municípios em R\$	10.841.160,11	11.539.356,09	14.188.440,92	15.429.509,96
Diferença entre os municípios em %	45,19%	43,89%	46,25%	46,42%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A tabela 9 demonstra o comparativo em porcentagem das despesas com pessoal dos municípios de São Ludgero e Urussanga. Observa-se que os municípios obedeceram a LRF em todos os anos e que em média o município de Urussanga teve 1,57% de despesas com pessoal maior em relação ao município de São Ludgero.

Tabela 9 - Comparativo das Despesas com Pessoal em relação à RCL entre os municípios de São Ludgero e Urussanga

	2013	2014	2015	2016
São Ludgero	50,78%	50,55%	52,54%	51,46%
Urussanga	52,09%	52,71%	53,86%	52,94%
	1,31%	2,16%	1,32%	1,48%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Considerações Finais

O estudo apresentou análises das despesas com pessoal, bem como das receitas líquidas correntes dos municípios de São Ludgero e Urussanga, fazendo assim um comparativo entre eles.

Pode-se concluir que, o objetivo geral dessa pesquisa foi alcançado, da melhor maneira possível, tendo em vista que foi possível identificar, analisar e comparar as despesas com pessoal de ambos municípios. Os objetivos específicos dessa pesquisa também foram alcançados, uma vez que, que foi possível analisar as despesas com pessoal em valores e conhecê-los em percentual, podendo assim repassar de forma clara e transparente. Pode-se observar que ambos os municípios obedeceram aos limites previstos na LRF em todos os anos analisados. Percebe-se que mesmo com a diferença entre o número de habitantes dos municípios os percentuais das despesas com pessoal são semelhantes em todos os anos.

O presente estudo pode servir como base de conhecimento para futuras pesquisas sobre o tema. Além disso, pode oferecer contribuições aos municípios trazendo um modelo de comparativo das despesas com pessoal.

Pode-se sugerir que para pesquisas futuras faça-se a realização de uma nova análise de novos resultados de diversas regiões, a fim de compará-la para um novo resultado.

Referências

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Contabilidade pública**: Teoria e Pratica. São Paulo: Saraiva. 2009.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 195 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 maio. 2017.

_____. Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento; Orçamento e Gestão- MP. **LEI COMPLEMENTAR nº 101 de 04 de maio de 2000** (Lei de Responsabilidade Fiscal). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Ministério da Marinha; Ministério da Guerra; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Fazenda; Ministério da Viação e Obras Públicas; Ministério da Educação e Cultura; Ministério do Trabalho E Previdência Social; Ministério da Saúde; Ministério da Indústria e do Comércio; Ministério das Minas e Energia; Ministério da Aeronáutica. **LEI FEDERAL nº 4.320 de 17 de março de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 20 maio 2017

BRASÍLIA. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de contabilidade do sistema CFC/CRCs**. Brasília: CFC, 2009.

CIRIBELLI, M. C. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003, 54 p.

DIDIO, Lucie. **Como produzir monografias, dissertações, teses, livros e outros trabalhos**. São Paulo: Atlas, 2014, 127p.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIRA, Bruno Carneiro. **O Passo a passo do trabalho científico**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho; FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar 101 de 4/5/2000**. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em: <<http://www.saoludgero.sc.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Disponível em: <<http://www.urussanga.sc.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

SILVA, Moacir Marques da. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal:** abordagem contábil e orçamentária para os municípios. 1 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SLOMSKI, Valmor; **Manual de Contabilidade Pública:** um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 475 p.

_____. **Mensuração do resultado Econômico nas entidades Públicas:** uma proposta. Chapecó: Argos, 2011. 86p.

TESOURO NACIONAL. **Infrações da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas penalidades.** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/infracoes-da-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-suas-penalidades>> Acesso em: 19 ago. 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA; **Guia da Lei de Responsabilidade Fiscal.** Florianópolis: Tribunal de Contas, 2001. 136p.

COMPARATIVO ENTRE O LUCRO PRESUMIDO E LUCRO REAL EM UMA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA

Sabrina da Silva¹; Jose Sadi Borges²; Marcos Volpato³; Jádina De Nez⁴; Julio Preve⁵; Luiz De Noni⁶; Jose Antonio Redivo⁷

¹Acadêmico. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. sabrina_fontanela@hotmail.com

²Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. borges.sadi@gmail.com

³Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. marcoslubave@gmail.com

⁴Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. jadinadenez@gmail.com

⁵Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. juliopreve@hotmail.com

⁶Professor. Centro universitário Barriga Verde Unibave. luiznoni@brturbo.com.br

⁷Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. joseredivo@hotmail.com

Resumo: Diante do cenário tributário que se encontra o Brasil, com uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo, as empresas devem avaliar com muita cautela a melhor forma de recolhimento de seus tributos. Neste sentido o presente trabalho tem por objetivo geral analisar e identificar a melhor modalidade de tributação para uma empresa Prestadora de Serviços de Terraplenagem da região Sul de Santa Catarina, Lucro Presumido ou Lucro Real. Para o alcance de tal objetivo, elaborou-se de forma descritiva, uma pesquisa bibliográfica, e também um estudo de caso. Sendo que, no estudo de caso, foram apurados e confrontados os montantes devidos no regime de apuração pelo Lucro Presumido em relação ao Lucro Real, considerando IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, INSS Patronal e ISSQN. Com o término do trabalho, verificou-se que a forma de tributação mais vantajosa economicamente para a empresa estudada é a tributação com base no Lucro Real.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Prestação de serviços. Lucro real. Lucro presumido.

Introdução

Diante da necessidade de manter-se no mercado, as empresas buscam uma alternativa de redução da carga tributária. E nessa busca pela redução dos impactos tributários faz-se necessário utilizar ferramentas adequadas, que atendam ao fisco, de forma a não ocasionar problemas futuros para a empresa.

Seguindo nesse contexto, identifica-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a melhor modalidade de tributação para uma empresa prestadora de serviços de terraplenagem da região sul de Santa Catarina, lucro presumido ou lucro real?

Diante deste problema tem-se por objetivo geral analisar e identificar a melhor modalidade de tributação para uma empresa prestadora de serviços de terraplenagem da região sul de Santa Catarina, lucro presumido ou lucro real. Para alcançar este objetivo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: conceituar lucro

presumido e lucro real, suas alíquotas, forma de apuração, obrigações e vedações; compreender o planejamento tributário e seus tipos de regimes tributários para uma empresa prestadora de serviços; identificar o regime mais vantajoso à empresa; analisar as formas de tributação lucro presumido e lucro real.

Sendo assim, espera-se, que a pesquisa contribua para aprimorar o conhecimento dos empresários e contadores, permitindo que os mesmos avaliem melhor o enquadramento tributário de sua empresa, visando sempre a economia tributária e a prosperidade dos negócios.

Lucro Presumido

O Lucro Presumido é uma forma de tributação que utiliza como base de cálculo a apuração de IRPJ e da CSLL, o valor apurado mediante a presunção de um percentual sobre a receita bruta. A preferência pela forma de tributação com base no Lucro Presumido deverá ser confirmada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido, correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano calendário.

Conforme Young (2012, p. 11), “lucro presumido é o lucro que se presume obtido pela empresa sem escrituração contábil, para efeito do pagamento do imposto de renda, calculado por um coeficiente aplicado sobre a receita bruta”.

A apuração do Lucro Presumido é realizada trimestralmente, concluídos nos meses de março, junho, setembro e dezembro. A empresa apura o faturamento do período e é aplicado o percentual de presunção de acordo com a atividade exercida pela empresa. Assim que se encontra essa presunção aplica-se o percentual do IRPJ e CSLL e encontra-se o valor a ser pago de impostos.

Percentuais de Presunção

Os percentuais de presunção do lucro (base de cálculo do IRPJ e CSLL) a serem aplicados sobre a receita bruta do trimestre estão previstos no Artigo 15, §1 da Lei nº 9.249/95 e são os seguintes:

Empresas que podem optar pelo Lucro Presumido

Segundo o art. 13 da Lei nº 9.718/98 alterada pela Lei nº 10.637/02, em seu art. 46, poderão optar pelo Lucro Presumido as pessoas jurídicas que tenham auferido no ano-calendário anterior uma receita bruta total igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00,

ou no caso deste período ser inferior a 12 meses, considera-se R\$ 6.500.000,00 multiplicado pelo número de meses de atividade da empresa.

A opção pelo Lucro Presumido ocorre com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração do ano-calendário.

Poderá optar pelo Lucro Presumido toda pessoa jurídica que não esteja obrigada à tributação pelo Lucro Real.

A base de cálculo do Lucro Presumido é a presunção do lucro. Para encontrá-lo aplica-se um percentual de acordo com o ramo de atuação da entidade e após utiliza-se a alíquota do IRPJ.

Os percentuais, segundo art. 15 da Lei nº 9.249/95, são:

I – 1,6% na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural; II – 8% na venda de mercadorias e produtos; III – 8% na prestação de serviços de transporte de cargas; IV – 8% na prestação de serviços hospitalares; V – 8% na venda de imóveis das empresas com esse objeto social; VI – 8% nas indústrias gráficas; VII – 8% na construção civil por empreitada com emprego de materiais; VIII - 16% na prestação de serviços de transportes, exceto de cargas; IX - 16% na prestação de serviços em geral das pessoas jurídicas com receita bruta anual de até R\$ 120.000, exceto serviços hospitalares, de transportes e de profissões regulamentadas; X - 32% na prestação de demais serviços não incluídos nos incisos anteriores.

Fabretti (2014, p. 231) diz que “No caso de atividades diversificadas, será aplicado o percentual correspondente à cada atividade”.

A Lei nº 9.249/95 diz que alíquota do IRPJ nesse regime de tributação será de 15%, sendo que a parcela do Lucro Presumido que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses que compõe o período de apuração, estará sujeito à aplicação de 10% sobre este valor excedido a título de adicional de imposto de renda.

De acordo com a Lei nº 8.541/92, em seu art. 14, § 4º “Na receita bruta não se incluem as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante, e do qual o vendedor dos bens ou prestador dos serviços seja mero depositário”.

Lucro Real

A tributação pelo Lucro Real é assim chamada, pelo fato das empresas pagarem o IRPJ e a CSLL sobre o lucro realmente apurado pela contabilidade, com base na escrituração contábil e fiscal, diferentemente de outras formas onde presume-se o lucro com base no faturamento.

Segundo o RIR/99, em seu art. 247 “Lucro Real é o lucro líquido do período de apuração, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto”.

As pessoas jurídicas que optarem pela apuração com base no Lucro Real poderão apurar seus impostos com base no lucro levantado pelo balanço anual (levantado em 31 de dezembro) ou mediante levantamento de balanços trimestrais, em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro do respectivo ano calendário, sendo esta opção irreversível para todo o ano-calendário (HIGUCHI, 2012, p.38).

Lucro Real Trimestral

Nessa forma de apuração a empresa deve levantar trimestralmente as suas demonstrações contábeis para que se possa com base nelas efetuar o recolhimento do IRPJ e da CSLL correspondente ao período de apuração, sendo que os mesmos incidirão sobre o lucro apurado no trimestre.

A apuração trimestral tem uma grande desvantagem com relação ao anual, no que diz respeito à compensação de prejuízos fiscais.

No Lucro Real trimestral, o lucro do trimestre anterior não pode ser compensado com prejuízo fiscal de trimestres seguintes, ainda que dentro do mesmo ano-calendário. O prejuízo fiscal de um trimestre só poderá reduzir até o limite de 30% do lucro real dos trimestres seguintes (HIGUCHI, 2012, p. 38).

No que diz respeito ao pagamento destes impostos, o mesmo deverá ocorrer em quota única no mês seguinte ao encerramento do trimestre. A apuração do lucro líquido deverá ser efetuada em observância às normas estabelecidas na legislação comercial e fiscal, sendo que o mesmo deverá ser ajustado pelas adições e exclusões e compensações permitidas pela legislação tributária (OLIVEIRA et al. 2013).

Pessoas Jurídicas Obrigadas

De acordo com o art. 14 da Lei 9.718/98, estão obrigadas a apurar seus impostos e contribuições com base no Lucro Real as seguintes pessoas jurídicas:

I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013) (Vigência)

II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 1996;

VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

Em síntese, conclui-se que para a pessoa jurídica se enquadrar no regime de apuração com base no Lucro Real ela deve obedecer critérios determinados em lei como o limite de faturamento, ramo de atividade exercida pela empresa, a não obtenção de rendimentos vindos do exterior, entre outros fatores.

Base de Cálculo e Alíquotas

A base de cálculo no Lucro Real será apurada a partir do resultado contábil do período-base, que pode ser positivo ou negativo. Logo, pressupõe escrituração contábil regular e mensal.

No que diz respeito à base de cálculo, Higuchi (2012) diz que na apuração anual pode-se utilizar por base de cálculo a apuração por estimativa, com base nos balancetes de suspensão ou redução, ou pode também utilizar por base de cálculo a receita bruta do mês, acrescida dos ganhos de capital, rendimentos de aplicação financeira e das demais receitas e resultados positivos auferidos pela empresa, onde

sobre estes valores será aplicado as mesmas alíquotas pertinentes à apuração pelo Lucro Presumido para determinação da base de cálculo. No caso de atividade diversificada será aplicado o percentual correspondente a cada atividade. E tem-se ainda a apuração trimestral, onde a base de cálculo será o lucro líquido obtido pela empresa em cada trimestre.

Sobre o lucro, em ambas as formas de cálculo, incidirá a alíquota de 15% de IRPJ, com seu respectivo adicional de 10% sobre a parcela mensal da base de cálculo que exceder R\$ 20.000,00, multiplicado pelo número de meses que compõe o período, e 9% de CSLL (HIGUCHI, 2012).

Procedimentos Metodológicos

A metodologia científica, segundo Costa (2006, p. 21) “é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática”.

Para a composição do desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado procedimentos bibliográficos, fazendo uso de materiais já elaborados, tratados e revisados, tais como livros, artigos científicos, leis e resoluções legais, dentre outros materiais encontrados com relevância no tema, com o objetivo de compreender e aprofundar o conhecimento no caso.

Costa (2006, p. 77), opina que “a pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o problema objeto da investigação”.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados para a elaboração deste artigo, o mesmo pode ser classificado como estudo de caso, visto que ele demonstra o planejamento tributário de uma empresa específica. De acordo com Gil (2007, p. 54), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo.

O método utilizado para o delineamento da pesquisa foi pesquisa descritiva, na qual se tem por finalidade a observação e análise dos dados a serem estudados, sem intervenção nos mesmos. Fonseca (2007, p. 31) comenta que “A pesquisa descritiva, expõe uma realidade tal como esta se apresenta, conhecendo-a e interpretando-a por meio da observação, do registro e da análise dos fatos ou fenômenos (variáveis)”.

A forma metodológica de abordagem da pesquisa será qualitativa. A abordagem qualitativa trata da análise dos dados para que se possa entender o tema

da pesquisa em sua forma mais abrangente. “Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado” (RAUPP; BEUREN, 2013, p. 92).

Como instrumento, a presente pesquisa utilizou-se da coleta de dados efetuada em consultas nas demonstrações contábeis e fiscais da empresa em questão, como os relatórios de Demonstração de Resultados do Exercício e balancetes mensais.

Essa pesquisa será desenvolvida pela metodologia comparativa, onde será realizada uma comparação de dados reais da empresa citada neste artigo, observando a carga tributária mais vantajosa para o ano de 2016.

Resultados e Discussão

O presente estudo foi realizado em uma empresa prestadora de serviços, atuante no ramo de terraplenagem, localizada em uma cidade, no sul do estado de Santa Catarina. A empresa não autorizou a divulgação de seu nome, os valores e dados utilizados são reais, porém com aplicação de percentuais nos dados a fim de manter sigilo as informações. Para tanto, foram utilizadas informações do ano de 2016 para a coleta dos dados da pesquisa e simulações de cálculos, na qual o regime de tributação era o lucro presumido.

No quadro1 estão os dados econômicos fornecidos pela empresa. Os valores são referentes ao faturamento mensal, receita financeira, devolução sobre vendas (ISS, PIS e COFINS), as despesas e custos incorridos.

Quadro 1 - Dados econômicos do ano de 2016.

Meses	Faturamento	Receita financeira	Deduções s/ Vendas	Despesas/ Custos	Resultado
Janeiro	R\$ 537.501,04	R\$ 10.750,02	R\$ 35.743,82	R\$ 352.493,18	R\$ 160.014,06
Fevereiro	R\$ 591.251,14	R\$ 11.825,02	R\$ 39.318,20	R\$ 387.742,50	R\$ 176.015,46
Março	R\$ 621.485,58	R\$ 12.429,71	R\$ 41.328,79	R\$ 407.570,24	R\$ 185.016,26
Abril	R\$ 490.469,70	R\$ 9.809,39	R\$ 32.616,24	R\$ 321.650,02	R\$ 146.012,83
Maior	R\$ 550.938,57	R\$ 11.018,77	R\$ 36.637,41	R\$ 361.305,52	R\$ 164.014,41
Junho	R\$ 658.438,77	R\$ 13.168,78	R\$ 43.786,18	R\$ 431.804,14	R\$ 196.017,23
Julho	R\$ 581.173,00	R\$ 11.623,46	R\$ 38.648,00	R\$ 381.133,26	R\$ 173.015,20
Agosto	R\$ 608.048,05	R\$ 12.160,96	R\$ 40.435,20	R\$ 398.757,91	R\$ 181.015,90
Setembro	R\$ 571.094,86	R\$ 11.421,90	R\$ 37.977,81	R\$ 374.524,01	R\$ 170.014,94
Outubro	R\$ 517.344,75	R\$ 10.346,90	R\$ 34.403,43	R\$ 339.274,68	R\$ 154.013,54
Novembro	R\$ 416.563,31	R\$ 8.331,27	R\$ 27.701,46	R\$ 273.182,22	R\$ 124.010,90
Dezembro	R\$ 574.454,23	R\$ 11.489,08	R\$ 38.201,20	R\$ 376.727,09	R\$ 171.015,02
Totais	R\$ 6.718.763,00	R\$ 134.375,26	R\$ 446.797,74	R\$ 4.406.164,77	R\$ 2.000.175,75

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Apuração de INSS Patronal e ISSQN no Lucro Real e no Lucro Presumido

Os valores de INSS Patronal e ISSQN, são os mesmos tanto para o lucro real como para o lucro presumido, em razão da legislação não diferenciar os cálculos para as ambas as formas de tributação federal.

Na tabela 1 estão os valores referentes ao INSS patronal devido, sendo que a alíquota de 27,3% se divide em 20% de INSS patronal, 5,8% de terceiros e 1,5% sobre acidentes, aplicável sobre o total da folha de pagamento, ou seja, sobre o total da remuneração paga mensalmente pela empresa a seus funcionários. Para o salário de diretores é aplicável somente 20%.

Tabela 1 – Cálculo de INSS Patronal no exercício 2016

Valores em R\$	TOTAL
Base de Cálculo Salário Funcionários	1.666.253,22
Base de Cálculo Pro labore	201.562,89
(=) INSS Patronal – Alíquota 27,3%	454.887,13
(=) INSS Patronal – Alíquota 20%	40.312,58
(=) Total INSS Patronal a Recolher	495.199,71

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os dados da tabela 2 são referentes aos valores de ISSQN, um tributo de competência dos municípios e do Distrito Federal aplicável sobre prestação de serviço de qualquer natureza. As alíquotas variam de 2% a 5% incidentes sobre o faturamento das empresas prestadoras de serviço. Identificou-se que no município em que a empresa está sediada é 3% para sua atividade.

Tabela 2 - Cálculo de ISSQN, exercício de 2016.

Valores em R\$	TOTAL
Base de Cálculo	6.718.763,00
(=) ISSQN – Alíquota 3%	201.562,89
(=) Total ISSQN a Recolher	201.562,89

Fonte: Dados da pesquisa, (2016).

Baseada nas informações contábeis do ano de 2016, da empresa em estudo, demonstra-se a apuração dos tributos nos regimes tributários do Lucro Presumido e

Lucro Real, apresentando ao final, o regime mais vantajoso o qual apresentou a menor carga tributária.

Cálculo Lucro Presumido

A empresa tem como atual modalidade de tributação o Lucro Presumido, sendo assim, o percentual de presunção para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL é de 32%. Para poder apurar o valor dos impostos a pagar é aplicado às alíquotas de 15% para o IRPJ e de 9% para CSLL, considerando o valor de 10% do adicional quando a base de cálculo do IRPJ ultrapassa o limite de R\$ 60.000,00 por trimestre.

Nessa modalidade de tributação o PIS e COFINS são cumulativos e são aplicados percentuais de 0,65% e 3% respectivamente, sobre a receita bruta de vendas.

Apuração PIS e COFINS

A tabela 3 demonstra os valores do PIS e COFINS, calculados sobre a receita anual. Sendo apurado na modalidade cumulativa, aplica-se a alíquota de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS.

Tabela 3 - Cálculo de PIS e da COFINS Cumulativos, exercício de 2016

Valores em R\$	
	TOTAL
Faturamento	6.718.763,00
(=) PIS Alíquota 0,65%	43.671,93
(=) COFINS Alíquota 3%	201.562,89
(=) Total PIS e COFINS a Recolher	R\$ 245.234,85

Fonte: Dados da pesquisa, (2016)

Conforme exposto na tabela 3, no decorrer do ano de 2016 a empresa pagou de PIS a quantia de R\$ 43.671,93 e de COFINS a quantia de R\$ 201.562,89, totalizando um montante no valor de R\$ 245.234,85.

Apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ

O cálculo do IRPJ utilizando o Lucro Presumido como modalidade de tributação está exposto na tabela 4:

Tabela 4 - Cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, exercício 2016.

Valores em R\$

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
(+) Faturamento	1.750.237,76	1.699.847,04	1.760.315,91	1.508.362,29	6.718.763,00
(=) Base de Cálculo IRPJ-32%	560.076,08	543.951,05	563.301,09	482.675,93	2.150.004,16
(+) Receita Financeira	35.004,75	33.996,94	35.206,32	30.167,25	134.375,26
(=) Base de Cálculo do IRPJ	595.080,83	577.947,99	598.507,41	512.843,18	2.284.379,42
(=) IRPJ a Recolher – 15%	89.262,12	86.692,20	89.776,11	76.926,48	342.656,91
(+) Adicional do IRPJ – 10%	53.508,08	51.794,80	53.850,74	45.284,32	204.437,94
(=) IRPJ a Recolher	142.770,20	138.487,00	143.626,85	122.210,80	547.094,85

Fonte: Dados da pesquisa, (2016).

O IRPJ pelo Lucro Presumido é calculado de forma trimestral, encerrando-se em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro.

Conforme a tabela 4 de alíquotas de presunção de Lucro Presumido, para as empresas cuja atividade seja Prestação de Serviços, utiliza-se a alíquota de 32%, sobre a receita líquida. Após encontrar a base presumida, calcula-se o valor de IRPJ a pagar, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10%, obtendo assim um valor de R\$ 547.094,85 de IRPJ a pagar no exercício de 2016.

Apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL

Para encontrar a base de presunção para apurar a CSLL, aplica-se o percentual de 32% sobre a receita líquida e o percentual de 9% sobre a base de cálculo, encontrando-se o valor devido. Na tabela 5 será demonstrado o cálculo da CSLL nesta forma de tributação.

Tabela 5 - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, exercício 2016

Valores em R\$

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
(+) Faturamento	1.750.237,76	1.699.847,04	1.760.315,91	1.508.362,29	6.718.763,00
(=) Base de Cálculo CSLL- 32%	560.076,08	543.951,05	563.301,09	482.675,93	2.150.004,16
(+) Receita Financeira	35.004,75	33.996,94	35.206,32	30.167,25	134.375,26
(=) Base de Cálculo da CSLL	595.080,83	577.947,99	598.507,41	512.843,18	2.284.379,42
(=) CSLL a Recolher – 9%	53.557,27	52.015,32	53.865,67	46.155,89	205.594,15

Fonte: Dados da pesquisa, (2016).

A tabela expõe os valores que foram apurados por trimestre de CSLL, a soma dos trimestres é de R\$ 205.594,15 a pagar.

Cálculo Lucro Real

Para apurar o IRPJ é aplicado à alíquota de 15% e CSLL 9%, considerando o valor de 10% do adicional quando a base de cálculo do IRPJ ultrapassa o limite de R\$ 20.000,00 mensais, totalizando o valor de R\$ 240.000,00 anual. Em contrapartida, o PIS e a COFINS são não-cumulativos, com percentuais de 1,65% e 7,60% respectivamente.

Apuração PIS e COFINS

Na tabela 6 é apresenta-se o cálculo dos valores do PIS e COFINS pela modalidade não-cumulativa que terá alíquota para o PIS de 1,65% e para a COFINS 7,60%. A base de cálculo para a apuração será o valor total do faturamento, que corresponde à receita bruta.

As apurações dos créditos foram feitas de acordo com a legislação do PIS e da COFINS, que permitem créditos de alguns custos diretos, como no caso do combustível, depreciação de máquinas, manutenção mecânica e despesa com peças, na qual estão diretamente relacionados com a atividade da empresa.

Tabela 6 - Cálculo de PIS e da COFINS Não-Cumulativos, exercício 2016.

Valores em R\$	
	TOTAL
(+) Faturamento	6.718.763,00
(=) PIS Alíquota 1,65% - Débito	110.859,59
(=) COFINS Alíquota 7,60% - Débito	510.625,99
CRÉDITOS SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
(+) Combustível	1.007.814,45
(+) Depreciação	134.375,26
(+) Manutenção Mecânica	201.562,89
(+) Despesa com Peças Veículos e Máquinas/Tratores	134.375,26
(=) Base de Cálculo dos Créditos	1.478.127,86
(=) PIS Alíquota 1,65% - Crédito	24.389,11
(=) COFINS Alíquota 7,60% - Crédito	112.337,72
(=) Total PIS a Recolher	86.470,48
(=) Total COFINS a Recolher	398.288,27

Fonte: Dados da pesquisa, (2016).

No decorrer do ano de 2016 a empresa pagou de PIS e COFINS o montante de R\$ 484.758,75. Considerando que o valor do PIS foi de R\$ 86.470,48 e o de COFINS foi de R\$ 398.288,27.

Apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ

A demonstração do cálculo do IRPJ está na tabela 7.

Tabela 7 - Cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, exercício 2016

Valores em R\$	
Resultado do Exercício	Total
Receita Líquida	6.166.816,62
(-) Despesas do Exercício	(4.406.164,77)
(=) Lucro Contábil	1.760.651,85
(+) Adições	-
(-) Exclusões	-
(=) Base de Cálculo	1.760.651,85
(=) Valor IRPJ Alíquota - 15%	264.097,78
(+) Adicional do IRPJ – 10%	152.065,19
(=) IRPJ a Recolher	112.032,59

Fonte: Dados da pesquisa, (2016).

Conforme a tabela 7, a receita líquida é referente ao valor do faturamento, somando junto com a receita financeira, diminuindo as deduções sobre vendas. Ao IRPJ é aplicada a alíquota de 15% e adicional de 10%.

Observa-se que a base de cálculo ultrapassa o valor de 240.000,00, então é calculado o valor do adicional. Logo é encontrado o valor de R\$ 112.032,59 de imposto a pagar.

Neste último exercício a empresa não teve nenhum valor de adições e exclusões para serem acrescentados ou excluídos aos cálculos.

Apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL

Apresenta-se na tabela 8 o cálculo para apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Tabela 8 – Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, exercício 2016.

Valores em R\$	
Resultado do Exercício	Total
Receita Acumulada Líquida	6.166.816,62
(-) Despesas do Exercício	(4.406.164,77)
(=) Lucro Contábil	1.760.651,85
(+) Adições	-
(-) Exclusões	-
(=) Base de Cálculo	1.760.651,85
(=) Valor CSLL Alíquota - 9%	158.458,67

Fonte: Dados da pesquisa, (2016).

Conforme a tabela 8, identificou-se no cálculo da CSLL que a empresa apresentou um montante de R\$ 158.458,67 de imposto a pagar no decorrer do ano de 2016.

Análise dos resultados obtidos

Segue na tabela 9 o comparativo das modalidades de tributação: Lucro Presumido X Lucro Real.

Tabela 9 – Comparativo Lucro Presumido X Lucro Real no exercício de 2016

Valores em R\$	Lucro Presumido	Lucro Real
INSS Patronal	495.199,71	495.199,71
ISSQN	201.562,89	201.562,89
PIS	43.671,96	86.470,48
COFINS	201.562,89	398.288,27
IRPJ	547.094,85	112.032,59
CSLL	205.594,15	158.458,67
Lucro Presumido x Lucro Real	1.694.686,45	1.452.012,61

Fonte: Dados da pesquisa, (2016).

Como pode-se observar na tabela 9, a melhor modalidade de tributação para a empresa é o Lucro Real. O montante que foi pago de impostos por meio do Lucro Real foi de R\$ R\$ 1.452.012,61, enquanto se houvesse sido tributada pelo Lucro Presumido seria pago um montante de R\$ 1.694.686,45. Obteve, assim, uma economia tributária de R\$ 242.673,84. Esses são impostos relativos à INSS Patronal, ISSQN, CSLL, IRPJ, PIS e COFINS.

Considerações Finais

A utilização do planejamento tributário mostra-se uma ótima ferramenta de gestão tributária para as empresas, visto que demonstra formas de redução da carga tributária para que a empresa possa escolher pela tributação que mais lhe convém, sem que se tenham problemas com o fisco posteriormente.

Para que se possa realizar um bom planejamento tributário é necessário que o profissional que o vá executar tenha conhecimento acerca da legislação tributária brasileira, e, além disso, que conheça a realidade da empresa a ser estudada e seu ramo de atividade.

O presente estudo teve por objetivo geral analisar e identificar a melhor modalidade de tributação para uma empresa prestadora de serviços de Terraplenagem da região Sul de Santa Catarina, Lucro Presumido ou Lucro Real. Portanto, com base na análise efetuada, pode-se afirmar que o objetivo geral do estudo foi alcançado com êxito, sem desrespeitar as leis tributárias vigentes e por ter sido possível identificar o Lucro Real, como a menos onerosa.

O Lucro Real, melhor adequa-se como forma de tributação da empresa, mostrando que com um bom planejamento tributário, a empresa economiza o valor de 242.673,84 de impostos a pagar.

A abordagem da realização dessa pesquisa se justificou também na atenção e precisão no cumprimento do trabalho, para oferecer à empresa outra forma de tributação. Levou-se em conta a comparação com outro modelo tributário, sendo o Lucro Real o escolhido para fazer o confronto.

Por meio das análises realizadas no estudo conclui-se que um correto planejamento tributário, em conformidade com a legislação tributária vigente é importante para o bom desempenho financeiro da empresa, pois, com esta ferramenta a empresa consegue analisar se está ou não na direção correta, no que diz respeito ao pagamento de tributos sem cometer nenhum tipo de evasão fiscal.

A pesquisa realizada em uma empresa Prestadora de Serviços de Terraplenagem buscou mostrar o quanto é necessário o planejamento tributário para a verificação de outras direções para redução de custos e conseqüentemente, o aumento de seus lucros.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.429/17, de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 25 maio 2017

_____. **Lei nº 10.406/02, de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 23 maio 2017.

_____. **Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10637.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **Lei nº 9.718/98, de 27 de novembro de 1998.** Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **Lei nº 9.430/96, de 27 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9430.htm>. Acesso em: 23 maio 2017.

_____. **Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.** Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **Lei nº 9.249/95, de 26 de dezembro de 1995.** Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992.** Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8541.htm>. Acesso em: 07 maio 2017.

COSTA, Arlindo. **Metodologia científica.** Mafra, SC: Editora Nosde, 2006.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Incorporação, Fusão, Cisão e outros eventos societários:** tratamento jurídico, tributário e contábil. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

_____. **Contabilidade Tributária.** 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Como elaborar projetos de pesquisa e monografias: guia prático.** Curitiba, PR: Imprensa Oficial, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior.** 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 2007.

HIGUCHI, Hiromi. **Imposto de Renda das Empresas.** 37 ed. São Paulo: IR Publicações, 2012.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Luis Martins de et al. **Manual de Contabilidade Tributária.** 12 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade:** Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2013.

RIR/99. **DECRETO Nº 3.000, DE 26 DE MARÇO DE 1999.** Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm>. Acesso em: 19 abr. 2017.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Lucro presumido.** 12 ed. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. **Lucro real.** 6 ed. Curitiba: Juruá, 2009.

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E SEMIÓTICA: UM ESTUDO DE CASO DA MARCA APAE

Lara Lehmkuhl Zomer¹; Luiza Liene Bressan ²; Maria Eduarda C. Gonçalves³;
Nadini Wernke⁴; Volnei Margotti⁵

¹ Acadêmica de Administração- Unibave. Email: laralzomer@gmail.com

² Professora do Unibave. email: luizalbc@yahoo.com.br

³ Acadêmica de Administração- Unibave. Email:maria.eduarda_azm@outlook.com

⁴ Acadêmica de Administração- Unibave. Email:nadiniwernke@hotmail.com

⁵ Professor do Unibave. Email:volneimargotti@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo estudar a comunicação empresarial aplicada à marca APAE de Orleans-SC. Para tanto, fez-se um estudo sobre a comunicação empresarial, abordando seus principais conceitos e aspectos. Também se buscou na Semiótica os fundamentos para analisar o valor da marca, traduzida no símbolo nacional que representa o movimento apaeano. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com estudo de caso que aponta os resultados positivos de uma boa comunicação em empresas, sejam elas de qualquer natureza.

Palavras-chave: Comunicação. Comunicação interna e externa. Semiótica. Marca. APAE.

Introdução:

Consequência do desenvolvimento exponencial da sociedade e o aumento significativo do número de concorrentes, o mercado de trabalho solicita profissionais cada vez mais preparados, dinâmicos e atualizados. O fenômeno ocorre em todas as áreas, estando a administração entre elas.

Conforme afirma Drucker (2014), a administração se tornou uma profissão para a qual é obrigatório o enriquecimento constante em conhecimento e experiência adquirida, sendo assim, os trabalhadores que apresentarem esses requisitos se tornarão o grupo dominante nas organizações. Portanto, torna-se indispensável a relação teórico-prática durante a formação acadêmica dos futuros profissionais de Administração.

Drucker (2014) afirma que, quando ocorre o surgimento de novos desafios ou problemas, é indispensável que os administradores se adaptem a esses desafios conforme sua necessidade para se chegar à melhor solução para o problema, gerando assim novas fontes de conhecimento, criatividade e experiência. A administração está

ganhando reconhecimento no passar dos anos por gerar grandes contribuições para a sociedade e, principalmente para as organizações em geral. Sendo que para os administradores se tornou uma profissão satisfatória por ter grandes obstáculos e desafios a serem cumpridos.

No âmbito das organizações, a comunicação é compreendida como meio de promoção da interação entre as pessoas e suas respectivas tarefas. Assim, por serem os administradores que conseguem uma boa atuação da organização, ou seja, o administrador faz com que os colaboradores sejam motivados e consigam realizar suas respectivas tarefas com coerência e disciplina (DRUCKER, 2014). Assim, o objetivo do estudo é compreender de que forma marca da APAE está presente nos serviços prestados à sociedade por essa entidade. Por estar presente cotidianamente na vida social, o estudo se justifica por sua relevância social e também como forma de compreender como se dá a comunicação empresarial em uma instituição pública, sem fins lucrativos.

O diálogo entre as diversas disciplinas e áreas do conhecimento é imprescindível para entender o funcionamento de uma organização em todas as suas dimensões. A interdisciplinaridade nas instituições é uma possibilidade de ensino em que o estudante é induzido a elaborar um projeto de fundamentação teórico-prática para todas as unidades curriculares cursadas no devido semestre, sendo que isso acarreta em uma elaboração do conhecimento como um todo (JANTSCH; BIANCHETTI, 2008).

Na era da informação e em um momento em que a tecnologia é disponibilizada, a habilidade no processamento de dados e a transformação desses dados em informações prontas para serem usadas nas tomadas de decisões, representa uma oportunidade valiosa na melhoria do processo de comunicação no mundo dos negócios. Só por meio de uma comunicação eficiente, é que acontece a troca de informações.

Assim sendo, o objetivo desse estudo é buscar a importância da comunicação dentro do ambiente apaeano, fundamentados pelas teorias comunicacionais e pela semiótica.

Comunicação empresarial: alguns pressupostos

Os administradores têm valorizado cada vez mais a comunicação em suas organizações, seja ela no âmbito interno ou externo. Para entender melhor o que a comunicação consiste, é necessário buscar seu significado.

Pimenta (2010), afirma que a origem da palavra comunicação é do latim, *comunnicaitione*, tornar comum, ou seja, se uma pessoa consegue fazer que sua ideia seja captada e compreendida por outras, nesse momento, ocorre o fenômeno da comunicação.

Dentro de uma empresa, a comunicação auxilia para a determinação de metas e objetivos e, ainda, viabiliza a integração e a concordância entre seus colaboradores de diferentes departamentos (PIMENTA, 2010).

Podemos dividir a comunicação organizacional entre duas vertentes estratégicas, a comunicação interna e a externa.

Comunicação interna

Formada pelos colaboradores da empresa - funcionários, fornecedores e parceiros - a comunicação interna ganhou valorização a partir do momento que se percebeu a relação entre a motivação dos funcionários e os resultados da empresa.

Segundo Pimenta (2010, p.161) “o foco desse tipo de comunicação é o compartilhamento de mensagens por todos sem perda de conteúdo”. A participação do colaborador é imprescindível: a comunicação deve ser honesta e direta, visando maior produtividade e interatividade. Auxilia também os funcionários a se sentirem valorizados e indispensáveis no cenário organizacional.

O modo de comunicação se altera conforme a área do negócio e a planta da empresa. Fatores como a quantidade e proximidade das pessoas, por exemplo, determinarão a maneira que ocorrerá a comunicação.

Comunicação externa

Ao analisar a comunicação externa, temos como público alvo a sociedade de uma maneira geral: o governo, os políticos, os formadores de opinião e os consumidores. Tendo como principais responsáveis os setores de relações públicas, assessoria de imprensa e também o marketing (PIMENTA, 2010).

A participação de eventos na comunidade em que a empresa está inserida, a promoção de campanhas solidárias, como a organização de solenidades cabem ao

setor de relações públicas. Para a assessoria de imprensa, fica a tarefa de elaborar jornais institucionais, produção de *press-kits*, como a prestação de informações quando existe demanda – em casos de acidentes, avaliação pública, por exemplo. O setor de marketing fica responsável pela criação da propaganda dos produtos e serviços da organização. Devendo adequar, sempre, ao perfil e filosofia da empresa e dentro de princípios éticos e morais (PIMENTA, 2010).

Comunicação organizacional

Atualmente, a comunicação empresarial é caracterizada pela somatória de todas as atividades de comunicação da empresa. Dentro de uma organização, segundo Pimenta (2010) a comunicação contribui para a definição e concretização de metas e objetivos, além de possibilitar a integração e o equilíbrio entre seus componentes (departamentos, áreas, etc.)

A comunicação pode ser verbal, quando utiliza palavras na forma oral ou escrita, como pode ser não verbal, o que ocorre quando as mensagens são propagadas por meio de um olhar, um gesto, a maneira de vestir – por exemplo.

Em uma de suas obras, Rego (1986) defende que a função básica da comunicação na empresa é promover o consentimento e a aceitação. Defendendo a ideia de que a comunicação não pode ser dividida, temos a contribuição a seguir:

A comunicação organizacional deve ser conduzida por um centro de coordenação responsável pelas pesquisas, as estratégias, as táticas, as políticas, as normas, os métodos, os processos, os canais, os fluxos, os níveis, os programas, os planos, os projetos, tudo isso apoiado por técnicas que denotem uma cultura e uma identidade organizacional (REGO, 1986, p.105).

Alguns grandes veículos da comunicação de uma organização são representados pela identidade cultural e visual, prospecção, seleção e tratamento da informação – assim como seu armazenamento e disseminação, pelo jornalismo, marketing cultural, publicidade institucional e comercial. Ainda segundo Rego (1986, p.105), “esses vetores quando orientados e conduzidos por um único centro de coordenação, somam valores, aumentando suas potencialidades”.

É necessário que as ações de comunicação sejam articuladas juntamente ao planejamento estratégico da empresa. Como elenca Pimenta (2010), alguns dos objetivos da comunicação são representados pela construção da imagem institucional

da empresa, adequação à competitividade do mercado, atender às exigências dos consumidores. Ao alcançar os objetivos, obtêm-se a melhoria dos serviços, aumento da produtividade e também do lucro.

A contribuição dos estudos da Semiótica

A Semiótica estuda o mundo das representações e da linguagem. A Semiótica é a ciência dos signos e dos processos significativos ou semiose, que ocorrem na natureza e na cultura. Conforme Nöth (2003), a palavra semiótica tem sua origem na expressão grega “sêmeion”, que quer dizer “signo”, e “sêma”, traduzido por “sinal” ou “signo”.

Corroborando com o conceito de semiótica, Fernandes (2011, p. 168) afirma que ela “é a ciência que estuda a vida dos signos no interior da convivência social”.

Santaella (2007), ainda, diz que:

A semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significação e de sentido (SANTAELLA, 2007, p. 14).

A semiótica, portanto, é a ciência que estuda a vida dos signos no interior da convivência social. Ela vai das mecânicas relativas ao conhecimento até as reorientações formais e, por consequência, às apropriações de conteúdo, ou de sentido.

E porque trabalha linguagem, o objeto de estudo da semiótica são os signos linguísticos, assim definidos por Peirce:

um signo ou representamen, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do representamen (PEIRCE, 1990, p. 46).

Peirce criou denominações para as três categorias: respectivamente, primeiridade, secundidade e terceiridade. Ele também dividiu os signos em ícones, índices e símbolos. Veja o quadro a seguir:

Quadro 1 - A tríade peirciana

Categoria	Natureza	Características
Primeiridade	Quali-signo	Refere-se ao ícone, pertence à natureza da qualidade de sentimento. Representa o estado de ser, o que é sem estar ligado a mais nada. Associa-se a expressões como intuição, instante, sentimento, espontâneo.
Secundidade	Sin-signo	Refere-se a índice; tem as características do real. Representa algo “conectado” a alguma coisa. Aqui o sentimento se corporifica ou se encarna em algo.
Terceiridade	Legi-signo	Símbolo. É uma representação mais ampla, em que algo pode estar com uma multiplicidade de relações, apontada pelas hastes em várias direções. É a instância em que se formam os conceitos.

Fonte: ALVES, 2007, p. 6.

A Semiótica estuda o mundo das representações e da linguagem. Pierce ao estudar os signos se debruçou na forma como os objetos chegam a nossa mente.

É deste modo que, conforme diz Nicolau (et al, 2010, s/p):

nos situamos no mundo em nossa volta: primeiro os objetos surgem em nossa mente como qualidades potenciais; segundo, procuramos uma relação de identificação e terceiro, nossa mente faz a interpretação do que se trata. Por isso a Semiótica se baseia numa tríade de classificações e inferências, ao demonstrar que existem os objetos no mundo, suas representações em forma de signos e nossa interpretação mental destes objetos. E uma das explicações mais citadas de Charles Pierce é a de que o signo é aquilo que substitui o objeto em nossa mente; são eles que constituem a linguagem, base para os discursos que permeiam o mundo. É disso que trata a Semiótica de Pierce: o modo como nós, seres humanos reconhecemos e interpretamos o mundo à nossa volta, a partir das inferências em nossa mente. As coisas do mundo, reais ou abstratas, primeiro nos aparecem como qualidade, depois como relação com alguma coisa que já conhecemos e por fim, como interpretação, em que a mente consegue explicar o que captamos ao que Pierce chamou de *Primeiridade*, *Secundidade* e *Terceiridade*. E todo esse processo é feito pela mente a partir dos signos que compõem o pensamento e que se organizam em linguagens.

Dessa forma, os estudos de Semiótica, como ciência geral dos signos, são fontes importantes que auxiliam na compreensão da comunicação empresarial e seus

conceitos são aplicados na construção da marca, imprimindo valores simbólicos a mesma.

Procedimentos Metodológicos

Segundo Prodanov e Freitas (2013), metodologia é a utilização de técnicas e procedimentos que têm de ser apreciados para a construção do conhecimento, com o objetivo de constatar sua validade e utilidades em vários âmbitos da sociedade.

De acordo com o conhecimento do autor supracitado, entende-se por método a forma, o modo de pensar, o caminho percorrido e a maneira de abordagem. Os métodos gerais ou de abordagem concedem normais genéricas designadas a determinar uma ruptura entre objetivos científicos e não científicos denominados de senso comum.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste artigo estão concentrados em revisão bibliográfica e documental de caráter qualitativo. Vieira e Zouian (2005) explicam que a abordagem qualitativa é um termo 'guarda-chuva', pois nela se abrigam várias formas de investigações que auxiliam nas pesquisas.

Fleury (2012) menciona que a abordagem qualitativa se contrapõe ao esquema quantitativista, defendendo uma visão holística dos fenômenos, levando em conta os componentes das situações em suas interações e influências recíprocas.

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem em um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (CRESWELL, 2010, p.26).

Por meio dessas abordagens e métodos utilizados, o desenvolvimento da presente pesquisa se tornou possível, auxiliando como forma de instrumento para estudo e proporcionando aos pesquisadores um maior conhecimento em relação ao fenômeno estudado. Também a pesquisa envolveu um estudo de caso, pois trata-se de um estudo profundo de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento (YIN, 2001). O estudo de caso possui uma metodologia de pesquisa classificada como aplicada, na qual se busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais (BOAVENTURA, 2004). Gil

(2008) complementa afirmando que as pesquisas com esse tipo de natureza estão voltadas mais para a aplicação imediata de conhecimentos em uma realidade circunstancial, relevando o desenvolvimento de teorias.

Resultado e Discussões

Contextualizando a Empresa: APAE de Orleans

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) nasceu diante da ineficiência do Estado em promover políticas públicas sociais que garantam a inclusão dessas pessoas. São famílias empenhadas em quebrar paradigmas e buscar soluções alternativas para que seus filhos com deficiência intelectual ou múltipla alcancem condições de serem incluídos na sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão. Com objetivo principal de promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla, a APAE nasceu no Rio de Janeiro, em 1954.

A APAE de Orleans – Santa Catarina foi fundada em 30 de agosto de 1982. Atualmente conta com mais de trinta funcionários e centenas de voluntários. No qual, prestam atendimento às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, e também contam com profissionais que prestam atendimento as crianças com atraso no desenvolvimento. Uma das funcionárias relata que “são centenas de crianças, jovens, adultos e idosos atendidos diariamente nas áreas da educação, saúde e assistência social”, sem qualquer custo as famílias atendidas.

A Associação conta com as doações e também realiza projetos como pedágios e bazares para arrecadação de dinheiro para sua sobrevivência. Uma das soluções que além de envolver os alunos e mantê-los ocupados, desenvolvendo alguma atividade, a APAE também está envolvida com a fabricação de estopas (paninhos utilizados para limpar carros, móveis e demais utensílios domésticos). Para a fabricação duas das professoras atuam como supervisoras e, dezessete alunos no serviço de cortar, organizar, costurar e embalar as estopas.

Missão, Visão, Valores e Objetivo Geral da APAE- Orleans

Missão: promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços, atendimento e apoio à família, direcionada a

melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla e a construção de uma sociedade justa e solidária.

Visão: movimento de pais, amigos e pessoas com deficiência intelectual e /ou múltipla de excelência e referência no país na defesa dos direitos e prestação de serviços nas áreas de assistência social, educação e saúde.

Valores:

- ✓ Respeito às diferenças – individualidade;
- ✓ Solidariedade – dedicação;
- ✓ Sabedoria – fraternidade;
- ✓ Comprometimento;
- ✓ Transparência;
- ✓ Honestidade.

Objetivo geral: possibilitar ao aluno com deficiência intelectual o acesso ao conhecimento para que o mesmo possa construir a sua independência para o exercício da cidadania visando o efetivo processo da inclusão social.

Identidade Visual

A marca do movimento apaeano (figura 1) foi desenvolvida no ano de 1961 pelo Diretor de Arte e Criação de uma das maiores agências de publicidade do mundo, a McCANN-Erickson, que possui sede em São Paulo - SP. Nos últimos anos, percebeu-se a necessidade de atualizar a logomarca desenvolvida pelo Sr. Roland Humberto de Matos. Foram renovados cores e traços, mantendo os ícones já utilizados. A fim de fortalecer e integrar a instituição em âmbito nacional houve a padronização da marca.

Por meio do Projeto Sinergia foi criado o Manual de Identidade Visual da Rede APAE, documento que rege a aplicação da marca.

Figura 1 – Identidade visual da marca APAE.



Fonte: google imagens, 2018

A identidade visual da APAE Orleans segue o padrão instituído em âmbito nacional. É formada por uma margarida amarela, duas mãos e uma rama de louro, todos os símbolos carregam significados que enaltecem o trabalho realizado na instituição. Sua imagem central, a margarida amarela. A cor amarela está associada à vitalidade, é a cor mais luminosa, alegre e tonificante, cálida. É a cor do sol e da luz. Também significa inocência, juventude, sensibilidade, pureza, paz, bondade e afeto – simbolizando os alunos atendidos pela APAE. A margarida, apesar de ser uma flor frágil, consegue se adaptar a vários tipos de solo, demonstrando sua capacidade de resiliência. A flor está rodeada pela imagem de duas mãos desniveladas. Uma delas, ao lado esquerdo, está em posição de amparo, enquanto a outra, a sua direita, de orientação. A cor cinza das mãos expressa o centro do todo. Ocupa lugar intermediário entre o branco e o negro, é um centro passivo, neutro, e por isso um fator de equilíbrio.

O ramo de louro localizado logo abaixo é símbolo da recompensa pelas lutas, resultado dos esforços e da conquista da vitória. A cor verde dos ramos de louro evoca mais o tranquilo e o sedante. Associa-se à vegetação e ao frescor, é uma cor calma, indiferente, não transmite alegria, tristeza ou paixão. Ao se associar à cor amarela da margarida atua como uma força ativa.

Todo o material de comunicação e papelaria utilizado segue o padrão do Manual de Identidade Visual, qual especifica a tipografia, código cromático, espaçamento e outras características que devem ser aplicadas.

Comunicação Interna

A comunicação interna envolve os membros da diretoria, os colaboradores da escola e os alunos – por estes fazerem parte da instituição.

Entre os funcionários ela acontece de maneira informal, por meio de conversas e somente em casos extremos são utilizados ofícios, cartas e outras ferramentas formais. As reuniões, entretanto, são sempre registradas em ata para poder comprovar suas ocorrências, deliberações, decisões e conclusões sem questionamento.

Com os alunos é necessária a utilização de métodos alternativos de comunicação: imagens, gesto, olhares e até mesmo a sensibilidade somada ao contexto familiar. Observa-se a inviabilidade da padronização do método de comunicação, pois os alunos possuem perfis e limitações bastante variadas.

As indicações dentro da APAE são adaptadas para melhor atender o público alvo. Na porta do banheiro, por exemplo, é colocada uma imagem com uma pia ou um vaso sanitário para orientar (figura 2), pois nem todos os alunos conseguiriam entender uma placa escrita.

Figura 2 – Papel informativo na porta do banheiro



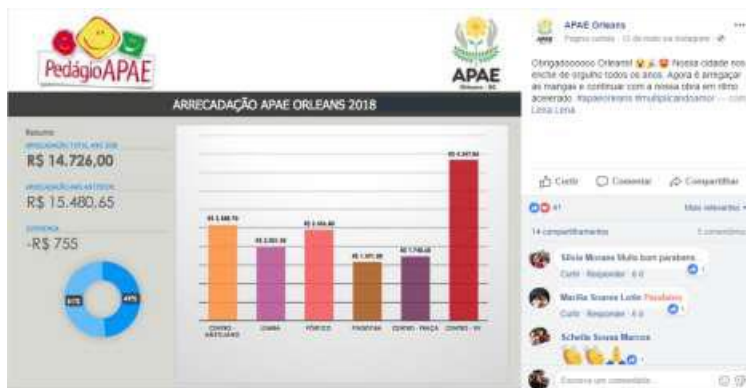
Fonte: Os autores (2018)

Comunicação Externa

Presente ativamente nas redes sociais *Instagram* e *Facebook*, a associação compartilha em seus perfis conteúdos relacionados ao cotidiano da instituição – imagens dos alunos, da obra de ampliação – como também publica informações sobre campanhas – anúncio das ações como o pedágio e suas arrecadações. O grande

índice de interação prova que a aproximação da instituição com a comunidade realmente acontece. Por se tratar de uma instituição filantrópica, as redes sociais auxiliam na transparência de informações (figura 3).

Figura 3 - Publicação no *Facebook* com os resultados do Pedágio



Fonte: Perfil no *Facebook* APAE Orleans

Além da atividade no ambiente virtual, rádios e jornais locais costumam disponibilizar espaço para a instituição em seus veículos, realizando entrevistas ao vivo com membros da APAE e publicando matérias, anúncios entre outros materiais de imprensa. *Outdoors* também são utilizados esporadicamente como método de divulgação. É importante lembrar que todo o material visual utilizado pela APAE é desenvolvido de forma voluntária pela Nexa Brand, empresa orleanense de *design* e desenvolvimento de marcas.

Na comunicação entre a instituição e as famílias do público atendido, a relação é de bastante proximidade. Os canais utilizados entre a APAE e as famílias são bilhetes, telefonemas e mensagens no aplicativo para celular *WhatsApp*, visto que a linguagem de alguns bilhetes não era compreendida pelos membros da família, surgiu a necessidade de escrever de maneira simplificada ou realizar ligações para garantir que a comunicação seja eficaz. A substituição do adjetivo vespertino pela expressão “no período da tarde” é um exemplo de adaptação que se fez necessário.

É visível que a instituição não mede esforços para que sua comunicação com o público, família e comunidade seja eficaz. A APAE sempre busca se adequar às necessidades de cada um de seus interlocutores e se posiciona de forma responsável e amiga.

Considerações Finais

Ficou constatado que a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Orleans mesmo tratando-se de uma instituição filantrópica, faz o uso constante das teorias da administração, principalmente aquelas voltadas para a comunicação empresarial.

Empregando as teorias estudadas em sala na realidade da instituição, conseguimos ampliar os conhecimentos pré-estabelecidos. Todo o aprendizado no âmbito social também se fez válido, pois o estudo aconteceu em um ambiente de grande responsabilidade social, no qual recebemos diversas lições que servirão para toda a vida.

Por se tratar de uma empresa filantrópica, a transparência é indispensável e a boa administração imprescindível. Todos os setores envolvidos – recursos humanos, financeiro, marketing e outros – precisam ser bem geridos para um funcionamento eficiente da organização.

Dessa forma, o objetivo de se estudar, via semiótica, a marca APAE e as formas como a instituição se comunica com a sociedade se constituiu como prática exitosa, no sentido de que foi mostrado de que maneira a instituição cria os vínculos com a comunidade em que está inserida, comunicando suas ações e construindo interações.

Este estudo mostrou que, por meio da comunicação e da semiótica, pode-se extrair informações que muitas vezes passam despercebidas pelas pessoas diante de uma imagem, de um símbolo. Como resultado final, procuramos contribuir com a análise sobre os mais diferentes instrumentos de comunicação. Evidentemente seria muita pretensão o exaurimento do tema preposto, até mesmo pela impossibilidade científica de fazê-lo. Portanto, deixamos uma contribuição e apontamos para que novas pesquisas possam ser desenvolvidas sobre tão rico e pertinente tema.

Referências

ALVES, Raphael Freire. **O Instante Decisivo**: uma estética anárquica para o olhar contemporâneo. Universidade Estadual de Londrina. Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação Lato Sensu em Fotografia: Práxis e o Discurso Fotográfico, Londrina, 2007.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.

CRESWELL, W. John. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 3.ed. Tradução: Magda França Lopes. São Paulo: Bookman, 2010.

DRUCKER, Peter. **Introdução à Administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

FERNANDES, J. D. C. Introdução à semiótica. In: ALDRIGUE, A. C. de S.; LEITE, J. E. R. (Org.). **Linguagens: usos e reflexões**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011, v. 8, p. 159-185. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/clv/images/docs/modulos/p8/p8_4.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FLEURY, Afonso et al. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. 2.ed. Campus. 2012.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NICOLAU, Marcos. ABATH, Daniel. LARANJEIRA, Pablo Cezar. MOSCOSO, Társila. MARINHO, Thiago e. **Comunicação e Semiótica: visão geral e introdutória à Semiótica de Peirce**. Disponível em: www.inside.pro.br. Revista eletrônica. Dados obtidos em 05/05/18.

NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1995.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1990.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação empresarial**. 7 ed. São Paulo, Alínea Editora, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso: 06 mar. 2018.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas**. 2. ed. Santo André, SP: Summus, 1986.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUIAN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GERENCIAMENTO E PLANEJAMENTO DE ESTOQUE: APLICAÇÃO EM UMA EMPRESA DE IMPLEMENTOS PARA CHURRASCO

Pâmela Orbem Brighente ¹; Jacira Aparecida de Souza Wagner Zanatta²

¹UNIBAVE. pamela_orbem@outlook.com

²UNIBAVE. Jacira@unibave.net

Resumo: Os estoques são de fundamental importância para as empresas, pois com um bom planejamento e organização, a empresa alcança níveis maiores de competitividade. O estoque representa significativamente investimentos e capital de giro. Esta pesquisa foi elaborada com o intuito de analisar o controle dos estoques para a empresa Brighente Indústria e Comércio de Utilidades LTDA ME. O objetivo foi mensurar o estoque necessário e, para tal, foi adotado um sistema de revisão periódica. Fez-se a classificação ABC dos produtos acabados, verificou-se o ponto de pedido, estoque máximo e estoque de segurança. O estudo trata-se de uma abordagem qualitativa, quantitativa por meio de uma pesquisa descritiva, estudo de caso e de campo. Verificou-se que alguns níveis de estoques estão acima do tolerável de acordo com os cálculos, e outros produtos estão em falta, causando a ruptura do estoque.

Palavras-chave: Logística. Estoque. Curva ABC. Planejamento.

Introdução

A logística empresarial tem por objetivo planejar, implantar e controlar os fluxos de mercadorias, serviços e informações relativas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, de maneira eficiente e eficaz, “[...] abrange noção de que o fluxo das mercadorias deve ser acompanhado desde o ponto em que existem como matéria prima até quando são descartadas” (BALLOU, 2006, p.27).

Com o alto nível de competitividade que há nas empresas, as organizações precisam se renovar. Para manter-se no mercado com preço competitivo é necessário sempre estar atento aos custos. Por meio de um bom planejamento e gerenciamento de estoque é possível que as empresas efetuem corte dos custos desnecessários sem que falem produtos para a demanda e assim, terão tempo para a fabricação de seus produtos em tempo hábil.

Esta pesquisa teve como objetivo geral verificar o controle e gerenciamento de estoque existente em uma empresa de implementos para churrasco e como objetivos específicos: verificar a situação atual do estoque da empresa; analisar as formas de controle existentes; propor alternativas para o gerenciamento de estoque adequado às necessidades da empresa Brighente Indústria e Comércio.

Gestão de estoque

Com a competitividade que há hoje, precisa-se cada vez mais de estratégias e planejamentos para se sobressair. A gestão de estoque é consideravelmente uma estratégia competitiva, pois com o planejamento de estoques a organização passará mais confiança para seus clientes, entregando mercadorias na hora certa, no preço certo. De acordo com Dias (2010), o estoque deve ser feito com base na previsão de demanda:

A programação de produção deita com o objetivo de colocar disponível um número suficiente de produtos acabados, para satisfazer a demanda pela previsão de vendas, sem criar estoques em excesso, e auxiliar na minimização dos custos totais (DIAS, 2010, p.23).

Toda a gestão deve estar pautada na previsão de consumo dos materiais fabricados. De acordo com Dias (2010), a previsão de consumo estabelece, portanto, quais, quantos e quando serão comprados pelos clientes. A previsão possui algumas características básicas que são “[...] o ponto de partida de todo o planejamento empresarial; não é uma meta de vendas e sua previsão deve ser compatível com o custo de obtê-la” (DIAS, 2010, p.24).

Função e objetivo do controle de estoques

A função do controle de estoque é controlar os desperdícios e desvios, apuram-se valores para fins de análise, bem como apuram-se os investimentos desnecessários, o que prejudica o capital de giro.

Os objetivos dos departamentos de compras, de produção, de vendas e financeiro, deverão ser conciliados pela administração de controle de estoques, sem prejudicar a operacionalidade da empresa. A responsabilidade da divisão de estoques já é antiga; os materiais caem sobre o almoxarife, que zela pelas reposições necessárias (BARDINE, 2012, p.[s.p.]).

O controle de estoques objetiva, de acordo com Ching (2006), determinar valores que o estoque terá com o decorrer do tempo, as datas de entrada e saída dos materiais e pontos de pedido de material, ou seja, consiste no registro dos dados atuais da empresa, proporcionalmente aos planejados para o futuro (CHING, 2006, p. 36).

Pode-se entender então que o objetivo do controle de estoque é otimizar o investimento em estoque, aumentando o uso dos meios internos da empresa,

diminuindo as necessidades de capital investido. Deve-se, então, efetuar uma análise do estoque de segurança, estoque máximo, ponto de pedido e classificação ABC entre outros, para efetuar um controle mais eficiente dos estoques existentes na empresa.

Estoque de Segurança

Percebe-se com Dias (2010) que para a administração de estoques é muito importante a determinação do estoque de segurança. O estoque de segurança ou também estoque mínimo é o mínimo de estoque que uma empresa precisa ter para cobrir eventuais atrasos no ressurgimento, garantindo assim ao seu cliente um funcionamento ininterrupto e eficiente dos processos produtivos, sem risco de faltas.

Dias (2010, p.54) ainda afirma que se pode citar as seguintes causas que ocasionam essas faltas:

- Oscilação no consumo,
- Oscilação nas épocas de aquisição (atraso no tempo de reposição)
- Variação na qualidade, quando o controle de qualidade rejeita um lote,
- Remessas por parte do fornecedor, divergente do solicitado,
- Diferenças de inventário.

Segundo Ballou (2006, p.312), para que não ocorram esses atrasos na entrega da mercadoria para o cliente, utiliza-se a seguinte equação:

$$ES=K.\sigma d.\sqrt{TR}$$

Onde: **ES** = Estoque de segurança;

K = Nível de serviço desejado;

σd = Desvio padrão da demanda;

TR = Tempo de reposição.

Estoque Máximo

De acordo com Execom (2015), o estoque máximo serve para definir o ponto máximo que o estoque pode chegar, sabendo de todos os custos inerentes ao mesmo como, por exemplo: “o espaço disponível de seu almoxarifado, o custo financeiro do estoque, lotes que demandam muito tempo para serem consumidos e produtos voláteis ou que tenham características modificadas com o tempo”. Ainda segundo Execom (2015), a fórmula para o cálculo do estoque máximo será:

$$E.max. = E.min. + L.R$$

Onde: **E.max.**= estoque máximo;

E.min.= estoque mínimo;

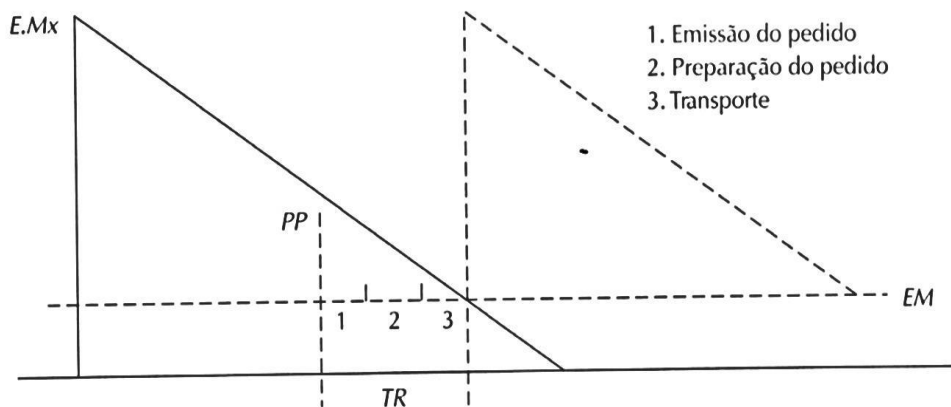
L.R= lote de reposição.

Ponto de Pedido

O ponto de pedido ou de ressuprimento é o controle de reposição de estoque antes que ele chegue ao estoque de segurança. Ele se baseia na avaliação de quantidades sempre que ocorre um consumo ou retirada do estoque, a fim de identificar se é o momento de fazer a reposição do item. Dias (2010, p.49) divide esse tempo em três partes, como demonstrado no quadro 1:

- a) Emissão do pedido: tempo que leva desde a emissão do pedido de compra até ele chegar ao fornecedor;
- b) Preparação do pedido: tempo que leva desde o fornecedor fabricar os produtos, separar os produtos, emitir faturamento até deixá-los em condições de serem transportados;
- c) Transporte: tempo que leva de saída do fornecedor até o recebimento dos materiais encomendados.

Gráfico 1 - Gráfico dente de serra com ponto de pedido (PP) e estoque mínimo (EM)



Fonte: DIAS, 2010, p.49

O cálculo utilizado para se ter o ponto de ressuprimento é de fácil compreensão. Assim, de acordo com Dias (2010, p.51), o ponto de pedido é representado pelo saldo do item em estoque, quantidade de reposição até a entrada do novo ressuprimento no almoxarifado, pode ser determinado pela seguinte fórmula:

$$PP = C \times TR + E.Mn$$

Onde: **PP**= ponto de pedido

C= consumo médio mensal

TR= tempo de reposição

E. Mn= estoque mínimo.

Classificação ABC

A curva ABC se entende por classificar os itens estocados entre os mais importantes e que merecem mais atenção, bem como os menos importantes que não requerem a mesma disponibilidade.

De acordo com Ching (2006), o método da curva ABC é um dos métodos mais antigos e ainda aplicados em muitas indústrias, por mostrar resultados que ajudam nas tomadas de decisões.

A Curva ABC é um método de categorização de estoque. Seu objetivo principal é deixar claro quais são os produtos mais importantes para a empresa. Segundo Ballou (2006), a curva ABC pode ser definida como 80-20, ou seja, 80% dos produtos são da classe B e C e 20% dos produtos são da classe A, porém a classe A se refere a 80% do valor e as classes B e C são referentes a 20% do valor total.

O conceito 80-20 é formalizado depois da observação de padrões de produtos de muitas empresas, a partir do fato de que a parte maior das vendas é gerada por um conjunto de relativamente poucos produtos das respectivas linhas e a partir do princípio conhecido como a lei de Pareto. Raramente se observa uma proporção exata a 80-20, mas a desproporção entre as vendas e número de produtos é geralmente verdadeira (BALLOU, 2006, p.77).

Como se pode ver, segundo Ballou (2006), dificilmente nas empresas o resultado da curva ABC dará exatamente 80-20, mas a proximidade dos valores normalmente sempre acontece.

Aplicação e Montagem – Curva ABC

Dias (2010) mostra que para aplicação e montagem da curva ABC são necessários os seguintes dados: material, preço unitário, consumo anual (unidades), valor consumo (ano) e o grau (valor de consumo).

Logo após a coleta de dados, são feitas as ordenações dos materiais, ou seja, por em ordem decrescente os valores do consumo ao ano (montante), elaborar o valor de consumo acumulado e calcular a porcentagem sobre o valor do consumo total como mostra a figura 1

Figura 1 - Ordenação dos dados.

Grau Ordenado	Material	Montante Ordenado	Montante Acumulado	Percentual Acumulado
1º	C	270.000	270.000	46 %
2º	B	122.400	392.400	67 %
3º	E	70.000	462.400	79 %
4º	D	27.000	489.400	83 %
5º	G	25.200	514.600	88 %
6º	E	24.000	538.600	92 %
7º	H	22.400	561.000	95 %
8º	A	10.000	571.000	97 %
9º	I	7.800	578.800	98 %
10º	J	7.200	586.000	100 %

Fonte: DIAS, 2010, p.73.

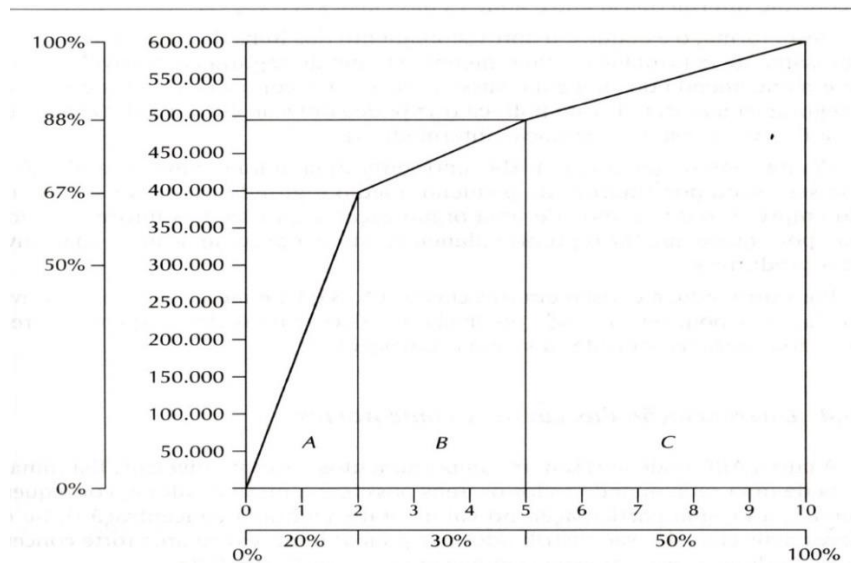
Com esses dados, pode-se realizar então a tabela das abcissas e ordenadas para a construção da curva, conforme figura 2

Figura 2 - Ordenadas e abcissas para a construção da curva ABC.

Eixo \ Classe	A	B	C
Ordenadas	67 – 75%	15 – 30%	5 – 10%
Abcissas	10 – 20%	20 – 35%	50 – 70%

Fonte: DIAS, 2010, p.74

E, por fim, a realização completa da curva ABC, “colocando os números de ordem em abcissas e as respectivas porcentagens sobre o valor do consumo total em ordenadas”, como visualizado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Curva ABC


Fonte: DIAS, 2010, p.75

As classes ficaram definidas então como:

- Classe A: 20% dos itens correspondem a 67% do valor;
- Classe B: 30% dos itens correspondem a 21% do valor;
- Classe C: 50% dos itens correspondem a 12% do valor.

Nesse caso, os produtos C, B e E (classe A) merecem uma atenção maior a respeito com controle de estoque, pois tem um valor mais significativo para a organização, já os itens da classe C (F, H, A, J e I) são submetidos a tratamentos administrativos mais simples, e os da classe B (D e G) terão um controle intermediário entre os das classes A e C.

Dessa forma, o estoque e o provisionamento dos itens de classe A devem ser rigorosamente controlados, com o menor estoque de segurança possível. O estoque e a encomenda dos itens da classe C devem ter controles simples e estoque de segurança maior, pois esta política traz pouco ônus ao custo total. Os itens de classe B deverão estar em situação intermediária. (DIAS,2010).

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso, procura-se descrever o processo de gestão de estoque de uma indústria de implementos para churrasco, procurando encontrar formas de controlar de maneira mais eficiente os

estoques dos produtos fabricados pela empresa. O estudo de caso pode abranger análise de exame de registros, observação de acontecimentos, entrevistas estruturadas e não-estruturadas ou qualquer outra técnica de pesquisa. Seu objeto pode ser um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações, ou até mesmo uma situação (DENCKER, 2000, p. 127).

Quanto à abordagem do problema, as pesquisas podem ser quantitativas ou qualitativas. Esta pesquisa pode ser classificada como quantitativa, pois focou na mensuração de fenômenos, envolvendo a coleta e análise de dados numéricos e aplicação de testes estatísticos (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa buscou analisar o desenvolvimento da gestão do estoque de uma indústria de implementos para churrasco. Caracterizou-se, portanto, como descritiva na qual, segundo Gil (2008), é uma metodologia indicada para orientar a forma de coleta de dados quando se pretende descrever determinados acontecimentos, sendo que a forma mais comum de apresentação é o levantamento, em geral realizado mediante questionário ou observação sistemática que oferecem uma descrição da situação no momento da pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa para a formação da curva ABC foi efetuada fazendo-se um levantamento dos estoques de material acabado dos últimos 12 meses, ou seja, todos os produtos prontos para a comercialização.

Para o cálculo do estoque mínimo, estoque máximo e ponto de reposição, foi utilizado relatório da demanda média esperada dos últimos 10 dias do mês de maio, e para o desenvolvimento dos gráficos, tabelas e cálculos, utilizou-se de planilhas do Excel elaboradas pela autora.

Resultados e Discussão

A empresa em estudo não efetuava o controle de estoque, podendo ocasionar estoques desnecessários e em outras ocasiões não ter o suficiente para atender à demanda, deixando seus processos interrompidos e não passando a confiança necessária para os clientes.

A empresa possui 43 produtos diferentes na sua linha de produção, para o controle de estoque se aplicou a curva ABC. Para a classificação dos itens, foi estabelecido como classe A até 80% do valor, B até 95% e a classe C, o restante.

Desta forma, pode-se verificar quais itens merecem mais atenção e com os dados coletados foi elaborado o quadro 1 com valor total e o total acumulado, o

percentual unitário e o percentual acumulado, a classificação ABC, a relação entre os itens e os valores já calculado dos custos.

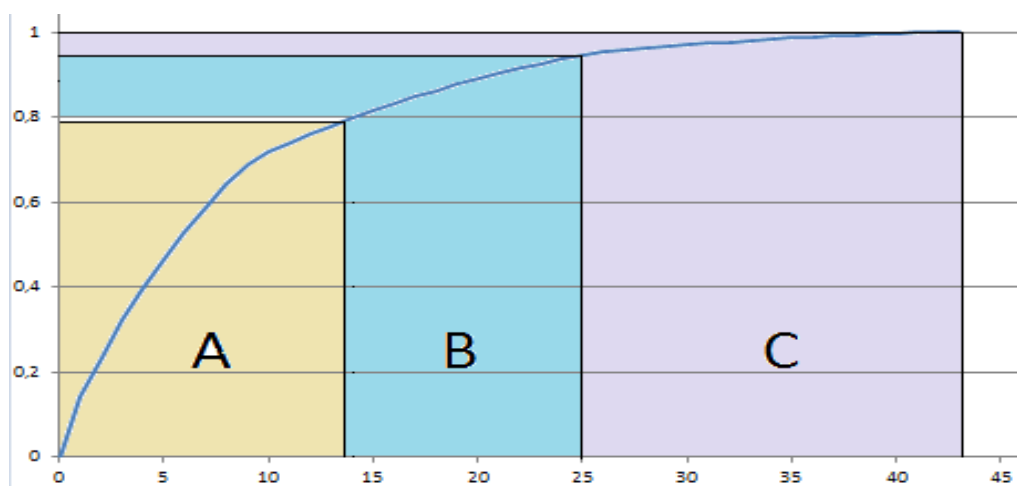
Quadro 1 - Classificação % custo-itens.

	A	B	C	TOTAL
Itens	14	11	18	43
%	32,6	25,6	41,9	100
R\$	R\$ 807.950,00	R\$ 149.475,00	R\$ 56.825,00	R\$ 1.014.250,00
%	79,7	14,7	5,6	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Pode-se ver então a relação entre o método 80-20 citado por Ballou (2006, p.77), como explicado, a empresa possui um valor muito aproximado do 80-20, mas como o autor mesmo citou, “raramente se observa uma proporção exata 80-20, mas a desproporção entre as vendas e o número de produtos é geralmente verdadeira”. Os itens classe A representam 32,6% representando 79,7% do valor. Esses itens merecem mais atenção na hora da estocagem, pois tem um alto custo para a empresa, itens B 25,6% referente a 14,7 % do custo, com uma atenção intermediária na estocagem e itens C com 41,9% dos itens que se referem somente a 5,6% do custo total, mesmo tendo uma atenção menor, esses itens não deixam de ser importantes.

. Com os dados informados no quadro 1, pode-se fazer então a curva para a apresentação gráfica dos resultados (gráfico 3):

Gráfico 3 - Curva ABC


Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Após a elaboração da curva ABC, foram desenvolvidos os cálculos do estoque de segurança (ou estoque mínimo), ponto de reposição e estoque máximo com a ajuda das planilhas no Excel e com base nos estudos teóricos enfatizados na fundamentação. Os itens foram separados pela sua classificação, ou seja, dos mais importantes (classe A) para os menos significativos (classe B e C) com suas respectivas cores (Tabelas 1 – 3).

Tabela 1 - Estoque de segurança, ponto de reposição e estoque máximo classe A

Parâmetro - itens	26	2452	2311	363	2455	360	2004	352	1942	2380	2396	2348	1943	2383
Demanda Média	3,6	15,6	15,6	1,7	1,1	2	2	9,6	2,5	2	1	5,8	3,1	4,3
Desvio Padrão	2,5	13,9	13,9	1,337	1,29	1,63	1,944	9,466	2,506	2,62	3,162	5,75	3,98	5,478
Tempo de Reposição	10	8	8	11	10	8	10	11	8	5	10	5	8	5
Nível de Serviço	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Constante z-ns	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282
Estoque de Segurança	10	50	50	6	5	6	8	40	9	8	13	16	14	16
Ponto de Reposição	46	176	176	25	17	22	28	146	30	18	23	46	40	38
Lote de Reposição	50	250	250	40	25	60	50	200	40	25	25	60	40	25
Estoque Máximo	60	300	300	46	30	66	58	240	49	33	38	76	54	41

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Tabela 2 - Estoque de segurança, ponto de reposição e estoque máximo classe B:

Parâmetro - itens	275	279	2347	293	449	936	2351	2387	289	2382	2357
Demanda Media	8,4	7,8	5,7	7,5	2,4	2,4	17,2	4	4,8	0,9	5
Desvio Padrão	9,879	8,02	7,07	9,92	4,6	3,978	7,955	3,27	8,39	0,99	3,333
Tempo de Reposição	7	7	5	7	10	7	5	6	7	6	6
Nível de Serviço	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Constante z-ns	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282
Estoque de Segurança	33	27	20	34	19	13	23	10	28	3	10
Ponto de Reposição	93	82	49	87	43	31	109	35	63	9	41
Lote de Reposição	204	204	80	204	50	100	110	50	204	20	60
Estoque Maximo	237	231	100	238	69	113	133	60	232	23	70

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Tabela 3 - Estoque de segurança, ponto de reposição e estoque máximo classe C:

Parâmetro - itens	2386	2384	2356	2346	2349	2385	2368	2355	2367	2364	2358	2366	2360	2388	2365	2375	2363	2376
Demanda Media	1,8	2,5	4,5	3	3	2	4	3,6	3	3	3	2	4	1	2	2	2	2
Desvio Padrão	1,81	4,25	4,97	4,83	4,83	6,325	6,992	6,569	6,749	6,749	4,83	4,22	6,99	3,16	6,32	4,22	4,22	4,216
Tempo de Reposição	6	6	5	5	5	6	5	5	10	10	5	10	10	6	10	10	10	10
Nível de Serviço	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Constante z-ns	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282	1,282
Estoque de Segurança	6	13	14	14	14	20	20	19	27	27	14	17	28	10	26	17	17	17
Ponto de Reposição	17	29	37	29	29	32	41	37	58	58	29	38	69	16	46	38	38	38
Lote de Reposição	30	35	60	50	35	40	100	150	90	100	50	90	100	20	90	90	100	60
Estoque Maximo	36	48	74	64	49	60	120	169	117	127	64	107	128	30	116	107	117	77

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Com essa planilha pode-se verificar que a empresa poderá melhorar o seu controle de estoque e deixá-lo mais eficiente e eficaz, pois conforme Dias (2010) o estoque de segurança serve para cobrir atrasos no ressurgimento e assim evitar a falta de entrega dos produtos para os clientes. O estoque máximo, como analisado nas tabelas de 1 a 3 serve para a empresa ter um controle de gastos que estoques proporcionam. Dessa forma, fica mais fácil ter um controle sem gerar custos desnecessários, pois a empresa saberá o máximo de estoque que ela pode ter. (EXECOM, 2015).

Na empresa em estudo, o tempo de reposição é um pouco mais detalhado, pois se trata da fabricante, são analisados o tempo de emissão de pedido para o fornecedor, a preparação do pedido, o transporte da mercadoria para a empresa, a fabricação do produto em si até chegar à armazenagem do produto acabado. Cada produto tem em média quatro diferentes tipos de matérias-primas para a fabricação,

então para se fazer o cálculo foi analisado o tempo de reposição de cada matéria-prima e feito uma média por produto e após a média de entrega (levando em consideração que a empresa possui estoques desses materiais) foi somado o tempo de mão-de-obra para a fabricação de cada produto até se tornar o material acabado. Com esse cálculo, a empresa pode melhorar então a identificação do melhor momento de repor o estoque, sem que ele falte para o cliente e sem gerar custos desnecessários para a empresa em estudo.

Após os estudos elaborados, foi feito uma contagem de estoques atual da empresa. Os seguintes dados foram coletados, de acordo com cada classe (Tabelas 4 – 6)

Tabela 4 - Estoque classe A em 22 de maio.

Produtos - Código	26	2452	2311	363	2455	360	2004	352	1942	2380	2396	2348	1943	2383
Estoque 22/05	22	156	168	6	14	0	0	27	0	0	13	20	4	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Fazendo uma análise com os cálculos efetuados na tabela 4, pode-se perceber que produtos classe A já estão esgotados e já causam rupturas no estoque como os produtos dos códigos 360, 2004, 1942, 2380 e 2383. Em média, 35% dos itens estão em falta, dois já estão no ponto de ressuprimento como o 2455 e o 2348 equivalendo a 14,3% e alguns já estão no estoque de segurança 363, 352, 2396 e 1943 correspondendo a 28,6%. Somente 21,4% dos itens classe A estão dentro da normalidade do estoque, de acordo com os cálculos, que são os produtos 22, 2452 e 2311.

Tabela 5 - Estoque classe B em 22 de maio.

Produtos - Código	275	279	2347	293	449	936	2351	2387	289	2382	2357
Estoque 22/05	480	108	22	324	0	48	20	0	144	0	23

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Partindo para a análise dos produtos classe B, observa-se o seguinte: os produtos que estão no ponto de ressuprimento são 2347 e 2357, apenas 18,2% dos itens, somente um item está no estoque de segurança, o 2351 sendo 9,1%. Nessa classe também contém itens que estão em falta, 449, 2387 e 2382, equivalente a

27,3%. Observou-se que 18,2% dos itens dessa classe estão acima do estoque máximo; são os produtos 275 e 293. Apenas três produtos estão dentro do esperado, correspondendo a 27,3% sendo os produtos 279, 936 e 289.

Tabela 6 - Estoque classe C em 22 de maio.

Produtos - Código	2386	2384	2356	2346	2349	2385	2368	2355	2367	2364	2358	2366	2360	2388	2365	2375	2363	2376
Estoque 22/05	0	0	32	0	31	0	110	50	172	144	10	164	204	0	96	72	132	64

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A análise dos produtos classe C (tabela 6), no total, são 18 itens, 27,8% deles estão em falta, são eles 2386, 2384, 2346, 2385 e 2388. No ponto de reposição existem dois itens 2356 e 2349, que equivale a 11,1%. Apenas um item se encontra no estoque de segurança, 2358 que é proporcional a 5,6%. Os estoques nos níveis normais são 27,8% sendo os produtos 2368, 2355, 2365, 2375 e 2376, mas o que mais chamou a atenção foi o estoque máximo, 27,8% dos produtos estão estocados em excesso, os itens são 2367, 2364, 2366, 2360 e 2363.

De maneira geral, 14% de todo o estoque dos produtos já estão sendo usados. Os estoques de segurança são 14% e já estão no ponto de ressurgimento, 16,2% dos itens estão acima do estoque máximo, 25,6% estão dentro do estoque esperado e 30,2% dos produtos já estão em falta. Essa ruptura no estoque pode gerar alguns problemas na empresa. Como vimos com Dias (2010), o gerenciamento de estoque pode ser considerado uma estratégia competitiva, pois com o planejamento de estoque, a organização passará mais confiança para seus clientes, entregando mercadorias na hora certa, no preço certo, um melhor gerenciamento e organização pode fazer com que os produtos não cheguem a se esgotar.

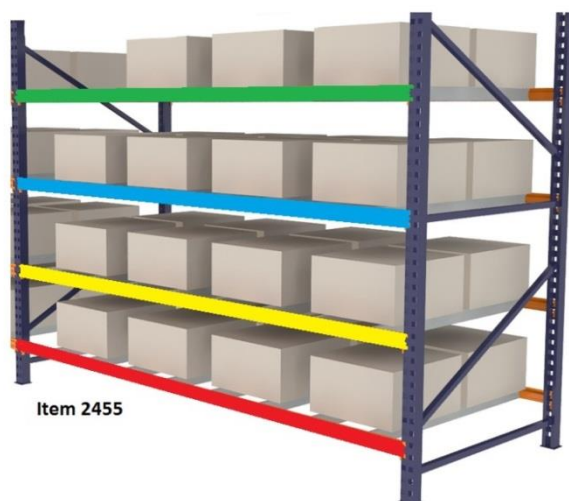
Como se pode ver também, o estoque máximo de alguns produtos está mais elevado e de acordo com Execom (2015), os estoques quando passam do seu limite geram custos para a empresa como, por exemplo, dinheiro de giro parado ou mal investido, o espaço ocupado nos almoxarifados e custos com a mão-de-obra para a contagem e manutenção desses produtos.

Com essa pesquisa, a empresa Brilhante Indústria e Comércio de Utilidades LTDA ME terá a possibilidade de gerenciar e fazer um novo planejamento de estoque para que não ocorram os desfalques contabilizados nessa pesquisa. As sugestões são: ter um modelo/sistema de revisão periódica com contagem a cada 10 dias, assim

a empresa pode estabelecer um estoque alvo e ativar a produção de cada item, assim que verificado em estoque. Isso pode diminuir custos com a mão-de-obra e se atrelado aos cálculos de estoque máximo e mínimo, custos com a estocagem também. Outra sugestão é um modelo trabalhado com cores para o gerenciamento do estoque, o kanban (Figura 3), pois se com a sazonalidade da demanda acontecer de produtos chegarem ao nível mínimo de estocagem, facilmente poderá ser percebido pelos funcionários.

Dessa forma, assim que o estoque atingir a quantidade de produtos para o ponto de ressuprimento será visível a necessidade de fabricação de um novo lote do produto estocado.

Figura 3 - Sugestão sistema Kanban para gerenciamento de estoque



Fonte: Autoras, 2018.

Considerações Finais

Pode-se perceber que empresa em estudo não possui um porte grande, mas isso não é justificativa para não se ter um gerenciamento e planejamento de estoque e, tendo em vista a necessidade do controle de estoque da empresa analisada, percebeu-se que esse estudo é importante e vantajoso para que a empresa tenha clareza na gestão de seus estoques.

Com a classificação ABC conseguiu-se perceber quais produtos deverão ganhar mais atenção da produção, estabelecendo assim políticas para o gerenciamento de cada item.

Pode-se observar também que os objetivos propostos foram alcançados, como a empresa não havia feito nenhum tipo de planejamento de estoque, foi apresentado o cálculo do estoque mínimo e máximo, ponto de ressuprimento, a classificação de cada produto armazenado.

Foram dadas sugestões para a organização, da utilização das cores para o melhor gerenciamento dos estoques de material acabado e construir uma revisão periódica dos seus estoques.

É sugerido também à empresa a elaboração da planilha XYZ que serve para analisar a criticidade de matérias-primas, assim a organização saberá qual matéria nunca poderá faltar para que não haja rupturas na fabricação de seus materiais e não ficar sem estoques dos produtos acabados.

Baseado nesses estudos, a organização pode fazer a aplicação de outros métodos de controle de estoque nos demais insumos, criando assim oportunidades para estudos posteriores e sempre tendo em vista, cada vez mais controle e organização nos estoques de todos os insumos da organização.

Enfim, vê-se, segundo Dias (2010), que o estoque está envolvido diretamente com o giro e investimentos da empresa e se bem administrado poderá efetivamente diminuir gastos e conseqüentemente o aumento dos lucros. Por isso, todo o gerenciamento ou planejamento de estoque, desde que viável para a organização economicamente, é benéfico e indispensável para o funcionamento das empresas.

Referências

BALLOU, Ronald H.. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial**. 5. ed. São Paulo: Artmed Editora Sa, 2006. 616 p.

BARDINE, Renan Roberto. **Controle de Estoques de Matérias-Primas**. 2012. Disponível em: <<https://www.coladaweb.com/administracao/controle-de-estoques-de-materiasprimas>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. 3. ed. São Paulo: Atlas Sa, 2006. 220 p.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DENCKER, Ada de Freitas M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DIAS, Marco Aurélio P.. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 5. ed. São Paulo: Atlas Sa, 2010. 528 p.

ENDEAVOR. **Logística empresarial**. 2015. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/logistica-empresarial/>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 2005. UFSC. Disponível em: <<https://projetos.inf.ufsc.br>>. Acesso em: 25 nov. de 17.

GESTÃO DO CONHECIMENTO NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE A SUA NECESSIDADE

Pedro Antonio Crocetta¹; Bruna Baggio Crocetta²; Hugo de Pellegrin Coan³

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito. UNESC. pedrocrocetta@hotmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito. UNESC. brunacrocetta@hotmail.com.

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito. UNESC. hugocoan@hotmail.com.

Resumo: A construção do Poder Judiciário no Brasil sofreu diversas interferências externas, para compreender seu funcionamento atual é necessário realizar uma análise histórica buscando como se deu o surgimento e a construção desta instituição. O Poder Judiciário é parte integrante da Administração Pública e pode ser visto como uma organização, que busca a melhoria de seus serviços. A gestão é uma forma estratégica de preparar a organização para atingir seus objetivos. A partir dessas considerações será exposto no presente artigo a gestão do conhecimento, apontando suas principais características que podem ser viabilizadas no Poder Judiciário. Ideia que tem como foco mobilizar o conhecimento da organização para atingir seus objetivos estratégicos.

Palavras-chave: Administração pública. Poder judiciário. Serviço público. Gestão administrativa. Gestão do conhecimento.

Introdução:

O Judiciário, juntamente com o legislativo e o executivo, é um dos três poderes que envolve a Administração Pública. Com a responsabilidade de fazer valer a lei elaborado pelo legislativo no caso concreto, o Judiciário tem por função resolver os conflitos conforme a legislação determina.

O surgimento do Judiciário se dá em resposta a ideia de justiça com as próprias mãos. Se esta instituição não existisse, em um eventual conflito entre as pessoas, aquele que tivesse mais força sempre sairia vitorioso. Devido a esta importante função na sociedade, o Judiciário foi formado com diversos interesses pessoais.

Como colônia de Portugal, o Brasil foi utilizado durante séculos como um local de exploração. As pessoas que eram enviadas por Portugal, viam a possibilidade de utilizar-se dos cargos públicos oferecidos pela Coroa para benefícios próprios, como receber títulos de nobreza e enriquecer.

Desde a sua construção até os dias atuais, o Poder Judiciário brasileiro não consegue garantir um bom serviço para a população. É comum ouvir notícias, sobre o caos estabelecido no sistema jurídico, que não consegue dar andamento aos seus

serviços. Na tentativa de melhorar a eficiência de seus serviços, a gestão do conhecimento é discutida como uma possibilidade de auxiliar o Judiciário nas suas deficiências.

Procedimentos Metodológicos

Para Barros e Lehfeld (1990, p. 13) a pesquisa é definida como: “esforço dirigido para aquisição de um determinado conhecimento, que propicia a solução de problemas teóricos, práticos e/ou operativos mesmo quando situados no contexto do dia-a-dia do homem”. Uma pesquisa científica, para que consiga alcançar o seu propósito, necessita a observância de métodos de pesquisa.

No presente trabalho, base de seus resultados será pautado na bibliografia do assunto abordado, e sobre suas conclusões, buscar-se-á fundamento legal. Portanto, este trabalho quanto aos meios e estratégias, se destaca por utilizar de pesquisa bibliográfica e documental, para consecução dos seus objetivos. O método utilizado é o dedutivo, abordagem qualitativa, fins e meios de investigação é descritivo e exploratório

O Surgimento do Poder Judiciário

Um Estado que se destina a aplicar o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais por meio de uma proteção jurídica, é caracterizado como Estado Democrático de Direito. É um meio de afirmação dos direitos consagrados a sociedade e um dos fundamentos de essenciais da organização das sociedades políticas no mundo moderno.

Com a ideia de uma pessoa que decida sobre o conflito de interesses de forma imparcial, e acabe com a concepção de se fazer justiça com as próprias mãos, na qual os mais poderosos faziam dominar (SANTOS, 2013), o Judiciário tem sua origem na antiguidade com a necessidade de quem nem sempre a vontade do mais forte deveria prevalecer.

Como uma forma de seguir um padrão de conduta e assegurar uma ordem social, cada sociedade criou normas por meio de seus costumes e valores. Prevenindo desvios de regras, tais normas agem como um meio de controle social, assegurando um fim comum a todos. Estas normas disciplinando as condutas das pessoas, é o surgimento da presença do Direito nas primeiras civilizações.

Para que a sociedade atingisse um objetivo maior foi necessário que a existência de regras de condutas sociais, deixando de lado a possibilidade de justiça com as próprias mãos. Por força do contrato social, Rousseau (1989, p. 19) afirma que foi preciso encontrar “uma forma de associação que defenda e proteja com toda força comum a pessoa e os bens de cada associado, de qualquer força comum”. Essas regras de condutas sociais, era o que faziam a formação da associação que Rousseau (1989) afirmava.

Aristóteles (2001) em sua obra “A Política” é o primeiro a identificar três funções distintas exercidas pelo Estado, quais sejam, a legislativa, executiva e judiciária. Mas não conseguia visualizar as funções exercidas por órgãos diferentes, via as três funções no controle de uma só pessoa, no caso do rei ou imperador.

Na Idade Antiga e Média, os soberanos (reis e imperadores) exerciam todos os poderes do Estado como Aristóteles (2001) imaginava, ficando caracterizada pela frase do Rei Francês Luís XIV (1638-1715) “O Estado sou eu”. Todo o poder de um Estado era exercido por um só homem, bem como o poder de julgar os conflitos entre as pessoas, que em regra era exercida de sua livre vontade, pelo fato de ele também ser o criador das leis (DALLARI, 2005).

Como grande crítico do absolutismo Montesquieu (2007) aprimora a teoria de Aristóteles (2001) afirmando que os poderes deveriam ser exercidos por órgãos distintos e independentes entre si. Com a chamada “Teoria da Separação dos Poderes”, é verificado a necessidade de separar os poderes, para que não ficassem concentrados muitas funções nas mãos de um só homem. Com o advento das propostas de Montesquieu cada função passou a ser exercida por um órgão específico, especializado na sua área de atuação. E de forma que um controlasse o outro (sistema de freios e contrapesos), agindo de maneira harmônica entre si. (MONTESQUIEU, 2007).

O Legislativo tem como função típica editar normas para serem observadas por todos, o Executivo, por sua vez, de aplicar as normas ao caso concreto, e o Judiciário de resolver os conflitos decorrentes da execução das normas em cada situação.

Construção do Judiciário No Brasil

No Brasil a separação dos poderes, vem expressamente no artigo 2º da Constituição Federal: “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o

Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (BRASIL, 1988). Ou seja, o Estado brasileiro é organizado e representado a partir desses três poderes.

A Justiça no Brasil não foi uma construção social de acordo com o tempo e sim foi imposta com o projeto de Portugal de colonizar e explorar suas novas terras. Com os interesses próprios, Portugal construiu as instituições no Brasil de forma a manter tudo sob seu controle, e com esse propósito utilizasse da burocracia e das relações pessoais.

Por conseguinte, a formação e organização do Poder Judiciário, na esteira do que ocorreu com o governo em geral, deu-se, na Colônia, por meio da burocracia e das relações pessoais de parentesco. Os magistrados partiam de Portugal a fim de ocuparem os postos no Poder Judiciário local. Burocratas que eram, tinham por finalidade representar os interesses da Metrópole e não as aspirações locais (WOLKMER, 2014, p. 469-470).

O termo “burocracia” na atividade judiciária está relacionado com a morosidade processual e por essa razão é criticada. De forma contrária ao senso comum, Max Weber (1999) apresenta a burocracia como uma espécie de organização racional, com grande ênfase na eficiência, baseada na ideia central de divisão do trabalho em áreas especializadas, com deveres e responsabilidades de cada um bem definidas. Assim, a burocracia é um sistema de administração que prima pela eficiência, porém sofre críticas por sua rigidez que acaba afetando a sua eficiência.

Os objetivos da Coroa Portuguesa nunca foram de formar uma vontade local que representasse benefícios para a população do Brasil, por isso o Poder Judiciário foi criado para ficar afastado do povo. Os magistrados vindos de Portugal e a elite da Colônia visavam utilizar-se da instituição como uma forma de troca de favores. Os magistrados eram considerados a classe intelectual da Colônia, e por meio de seus conhecimentos conseguiam ser formadores de opinião:

[...] os desembargadores tinham um papel ativo na vida social, cultural e econômica da colônia, agindo, às vezes, de maneira que não eram nem desejadas nem previstas pelo regulamento burocrático. O impacto da magistratura na sociedade colonial deve ser visto não só em termos de suas atitudes profissionais, mas, também, à luz do estilo de vida e das motivações pessoais dos magistrados e das reações ou iniciativas de certos elementos da população colonial (SCHWARTZ, 1979, p. 251).

Os magistrados que vieram para a Colônia não eram integrantes da nobreza de Portugal, mas tinham como objetivo se igualar a estes. A nobreza na Colônia se tratava de fazendeiros, e não demorou para que os magistrados alcançassem a nobreza por meio de laços matrimoniais e troca de favores em razão de seus cargos. O Poder Judiciário no Brasil Colônia teve um modelo predominantemente europeu e foi construído de modo que mantivesse dos interesses de Portugal, e ainda utilizado por uma pequena classe da sociedade para manter o enriquecimento, confundindo o interesse público com o privado (WOLKMER, 2014).

O início do Direito no Brasil não foi a resultante da vontade local, e sim daqueles que dominavam a sociedade na época. Conseqüentemente, o Poder Judiciário brasileiro encontra problemas advindos de costumes daquela época. Como a burocracia trazida por Portugal, que gerou em procedimentos judiciais formalidades excessivas, e as relações pessoais de parentesco, fazem com que parentes sejam nomeados a cargos importantes (SCHWARTZ, 1979). A contratação de parentes é conhecida hoje como nepotismo.

A história da sociedade reflete diretamente nas instituições que são representadas por ela (PUTNAM, 2000). A construção do Poder Judiciário brasileiro não foi diferente. A burocracia judicial tornou-se forte demais, por vezes fazendo prevalecer os interesses da instituição do que os interesses da justiça social, o Judiciário precisa ter mais responsabilização social (BRESSER-PEREIRA, 2008). Com uma Justiça para poucos, no decorrer dos anos o Poder Judiciário foi atualizado, porém ainda não conseguiu avançar nessas causas que parecem estar enraizadas no nosso sistema.

Desde de a colonização de Portugal no Brasil, o setor público foi utilizado para benefícios particulares. As pessoas que vinham de Portugal para ajudar na construção do Brasil, recebiam cargos da Coroa e utilizavam-se dele para benefício próprio. O setor público no Brasil traz a características de confusão entre o público e o privado.

A Gestão do Judiciário

O Poder Judiciário no Brasil enfrenta as mais variadas dificuldades, o que acaba por refletir em seus serviços. É comum um procedimento realizado no sistema judiciário brasileiro demorar anos até décadas para ser finalizado. Um fator a ser discutido é a forma de gestão desta instituição, por essa razão é necessário visualizar

o Judiciário como uma organização, que necessita das melhores práticas para cumprir a sua função.

A Administração Pública no Brasil é integrada pelo executivo, legislativo e judiciário. Portanto vale um esclarecimento sobre a história da Administração Pública que passou por três fases no Brasil: a patrimonialista, a burocrática e a gerencial.

Do período colonial até a década de 1930, a Administração Pública no Brasil foi identificada como patrimonialista. Caracterizada pela não distinção entre o público e o privado, com nepotismo, corrupção, ineficiência, improvisado, falta de profissionalismo, ausência de métodos de trabalho, falhas de planejamento (WOLKMER, 2014).

Como uma forma de combater os excessos da fase patrimonialista, surge a fase burocrática da administração pública. Tendo como seu principal expoente o sociólogo alemão Max Weber, que propõe uma forma de organização racional, ou seja, com a máxima eficiência. Entretanto, não foi o que ocorreu no Brasil. O modelo burocrático trouxe um formalismo exagerado para os procedimentos, tornando os serviços pouco flexíveis e lentos (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Com o intuito de agilizar e modernizar os serviços públicos, tem início a terceira fase da administração pública, a gerencial. A partir da década de 1970, foi iniciada uma reforma na administração pública visando a descentralização e a flexibilização de seus serviços. Com algumas características que vão definir este modelo:

(1) descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais; (2) descentralização administrativa, através da delegação de autoridade para os administradores públicos transformados em gerentes crescentemente autônomos; (3) organizações com poucos níveis hierárquicos ao invés de piramidal, (4) pressuposto da confiança limitada e não da desconfiança total; (5) controle por resultados, a posteriori, ao invés do controle rígido, passo a passo, dos processos administrativos; e (6) administração voltada para o atendimento do cidadão, ao invés de auto-referida. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.6)

Em 1995, houve a maior tentativa de implantação da reforma gerencial com a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso com a finalidade de racionalizar os serviços prestados pela máquina pública.

O setor público não pode ser comparado ao privado, com características gerenciais próprias possui várias peculiaridades. No Brasil, as organizações públicas

apresentam diversos problemas das mais variadas origens, Leocádio e Santos (2008, p. 5) destacam os seguintes:

- ausência de foco no cliente do serviço público (o cidadão);
- inexistência de objetivos bem definidos, claros e disseminados;
- processos e atividades não otimizados e nem documentados;
- trabalhadores e setores que não conhecem bem suas atribuições;
- trabalhadores que não conhecem o papel da organização, que não participam de processos, ações e soluções dos problemas – e que não são capacitados devidamente para desempenhar suas funções;
- inexistência de formas de medir e avaliar constantemente os processos para melhorá-los;
- decisões e ações que não são constantemente avaliadas e, por isso, que não realimentam correções;
- informações não circulam de maneira ágil e correta entre trabalhadores e setores; e
- inexistência de preocupação constante com inovação e mudança.

Apesar de ocorrer alguma evoluções e tentativas de melhorar os serviços públicos, ainda são encontradas muitas dificuldades. As fases patrimonialista e burocrática deixaram fortes características presentes até os dias de hoje no modelo gerencial. Entretanto, é possível visualizar uma preocupação do Governo com o assunto em todos seus poderes, incluindo aqui o Judiciário.

A administração do sistema jurídico apresenta ser um problema que afeta os serviços prestados. A gestão dos fóruns é realizada pelos próprios magistrados e um dado informado pela Nota Técnica 319 do Banco Mundial (DAKOLIAS, 1996) mostra uma desastrosa ineficiência administrativa, em que os juízes brasileiros gastam 65% de seu tempo em atividades administrativas. Diversos fatores contribuem para a má prestação do serviço no judiciário, dentro deles há os relacionados a gestão:

Um ponto fraco que deve ser considerado é a comunicação ineficiente entre pessoas, setores e organizações do Poder Judiciário. Isto pode ser explicado pelo fato das informações não circularem de maneira ágil e correta entre trabalhadores, setores e instituições. E, é agravada pela ameaça do excesso de informações existentes e o crescente aumento da demanda vinda da sociedade. Nesse sentido, criar mecanismos que transforme de maneira estratégica essa fraqueza em força e as ameaças em oportunidade é relevante. Considerando que há alguns pontos positivos que podem auxiliar algumas ações neste sentido, acredita-se que a transferência de informações e conhecimentos pode ser impulsionada pela utilização de Tecnologia de Informação e Comunicação. Tal ação pode implementada nas organizações públicas por meio de investimentos tangíveis e intangíveis em áreas estratégicas tal como Tecnologia de Informação

e Comunicação para Gestão do Conhecimento. (LEOCÁDIO E SANTOS, 2008, p. 7)

Existe uma falta de gerenciamento geral nas organizações públicas, desde a falta de comunicação entre os servidores até carência de tecnologia para colaborar com os serviços. O serviço público no Brasil não pode ser refém desta falta de interesse por parte de poucos, soluções práticas são observadas, que podem trazer um custo benefício significativo para estes servidores e para a organização.

A organização administrativa dos fóruns é exercida pelos juízes, profissionais que não são preparados para tal atribuição e nem dispõe de tempo para o exercício desta tarefa. Não obstante, é comum os juízes delegarem funções judiciais aos demais servidores, focando seu tempo nas atividades administrativas.

Medidas a eficiência da prestação dos serviços judiciários está relacionada com o Estado Democrático de Direito que visa, um Poder Judiciário mais acessível, ágil e efetivo.

Gestão do Conhecimento

Utilizar da gestão para a melhor eficiência de uma organização é de fundamental importância. Quando é utilizado de um conjunto de tecnologias e processos com o objetivo de criar, transferir e aplicar o conhecimento dá-se o nome de gestão do conhecimento.

Gestão do conhecimento inclui qualquer atividade relacionada com a captura, uso e compartilhamento do conhecimento pela organização. Exemplos: Circulação de informação entre as unidades da organização, alocação de recursos para obter conhecimento externo, estímulo a trabalhadores experientes para que eles transfiram seu conhecimento para trabalhadores novos ou com menos experiência; preparação de documentação escrita, tais como lições aprendidas, manuais de treinamento, boas práticas de trabalho, artigos para publicação, etc. (OECD; MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO CANADÁ, 2003, p. 206).

Uma organização possui diversos tipos de conhecimento em diferentes pessoas. Para a maior eficiência de seus serviços, é necessário que esses conhecimentos sejam repassados a todos. Havendo uma compreensão geral do trabalho que a organização realiza.

Fazer gestão da informação significa dirigir e dar suporte efetivo e eficiente ao ciclo informacional de uma organização, desde o planejamento e o desenvolvimento de sistemas para receber as informações à sua distribuição e uso, bem como sua preservação e segurança. A informação é um recurso estratégico que deve estar alinhado aos requisitos legais e políticos do negócio e, como qualquer recurso, deve ter sua produção e uso gerenciados adequadamente. (MIRANDA, 2010, p. 99).

A gestão do conhecimento é vista como um conjunto de práticas organizacionais que ocorrem por meio processos que identifica, cria, armazena, compartilha e aplica o conhecimento. Com a implantação destes processos a gestão do conhecimento, visa atingir os objetivos estratégicos da organização.

Gestão do conhecimento para o Judiciário

Loureiro (2012, p. 9) afirma que “quanto mais complexa a sociedade, mais numerosas e intrincadas se tornam as leis e maior a gama de negócios jurídicos a vinculas as pessoas e contribuir para o progresso econômico”. Com a premissa que o Direito não é um fim em si mesmo, há a necessidade de existir diálogo entre as diferentes áreas para que melhor seja a solução adotada. No atual cenário em que se encontra os fóruns e tribunais do Brasil, medidas de todas as formas são tomadas para não deixar que a situação se descontrole.

Algumas dessas medidas trata-se da forma de gestão do Poder Judiciário, que pode contribuir de maneira considerável em seu atual aspecto, por essa razão vale explanar sobre a gestão de conhecimento no judiciário que pode ser considerada tecnologia de processo. O conceito de tecnologia possui várias outras ramificações uma delas é:

Tecnologia de processo compreende as técnicas e o uso de técnicas que interferem no processo de trabalho/produção de maneira a modificá-lo, organizá-lo, racioná-lo, sejam tais técnicas de origem física (máquina, peças), sejam de origem gerencial”. (FARIA, 1997, p. 29).

O conceito de tecnologia de processo traz ideia de formar novas técnicas para atingir seus objetivos. A implantação de práticas pela gestão do conhecimento tem estes mesmos objetivos citados no conceito de tecnologia de processo.

Marx (2013, p. 329) em sua obra faz um destaque sob trabalho e os meios de trabalho: “O que diferencia as épocas econômicas não é o que é produzido, mas como

e com que meios de trabalho”. A organização do trabalho é uma técnica que exige conhecimento e tem reflexos diretos na racionalização da organização.

Quando se ingressa no serviço público, geralmente é uma conquista profissional. Com a garantia de permanência e a segurança de uma boa remuneração, os servidores tendem a permanecer no trabalho até a sua aposentadoria. Com o passar dos anos estes funcionários adquirem enorme quantidade de conhecimento por meio de suas experiências de trabalho.

[...] o conceito de gestão de conhecimento para as organizações públicas é mais do que o agrupamento de projetos, metodologias e ferramentas para criar, disseminar e aplicar conhecimento significa compromisso com a transparência; foco nos processos em vez de hierarquia; uso e reuso eficaz de informações, conhecimentos, boas práticas de gestão; visão integradora; uso eficaz de novas tecnologias de informação e comunicação; e foco nas necessidades dos cidadãos. (LEOCÁDIO; SANTOS, 2008, p. 3).

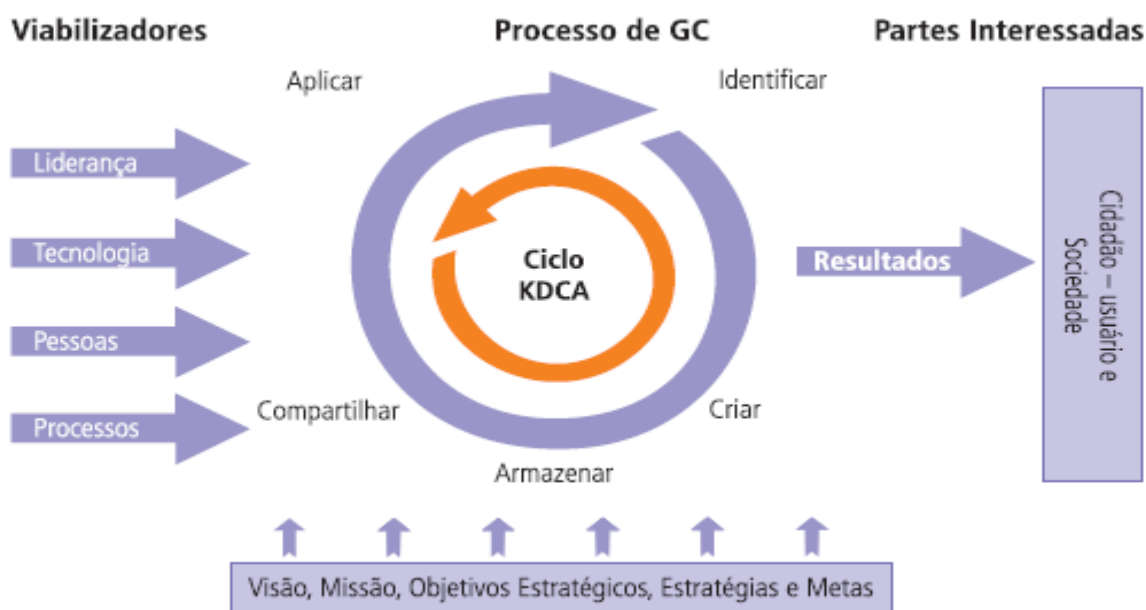
Este conhecimento adquirido no decorrer dos anos, é de fundamental importância para a eficiência dos serviços da organização. O convívio no trabalho faz com que os servidores saibam os melhores caminhos a serem tomados, bem como sabem a necessidade da população.

Além de aumentar a efetividade da ação pública no tratamento de temas relevantes para a sociedade de maneira competente, com o mínimo de recursos e tempestividade, as organizações públicas devem gerir o conhecimento para: i) tratar de maneira adequada e com rapidez desafios inesperados e desastres; ii) preparar cidadãos organizações não governamentais e outros atores sociais para atuar como parceiros do Estado na elaboração e na implementação de políticas públicas; iii) promover a inserção social, a redução das desigualdades sociais e um nível aceitável de qualidade de vida para a população por meio de construção, manutenção e ampliação do capital social e do capital intelectual das empresas; e iv) criar uma sociedade competitiva na economia regional e global por meio da educação dos cidadãos para que eles se tornem trabalhadores competentes do conhecimento, e mediante o desenvolvimento das organizações para que estas se tornem competitivas em todas as áreas do conhecimento. (BATISTA, 2004, p. 9).

Os benefícios da implantação da gestão do conhecimento no setor jurídico, ultrapassa os aspectos internos da organização. Faz com que os reflexos externos sejam visualizados, ainda mais quando se trata de um setor público que tem contato imediato com a população.

A prática da gestão do conhecimento não é tarefa simples, requer esforço e dedicação daqueles que estão à frente da organização. Estudos sobre o assunto apontam modelos ideias de gestão do conhecimento para a administração pública, conforme a proposta abaixo.

Figura 1 - Modelo de Gestão do Conhecimento para a administração pública



Fonte: Batista (2012, p. 52).

A figura 1, tem como ponto de partida alguns pontos de direção da organização, como: visão, missão, objetivos estratégicos, estratégias e metas. Após a primeira parte, consta viabilizadores da gestão do conhecimento, divididos em quatro: liderança, tecnologia, pessoas e processos. E assim partindo para o processo de gestão do conhecimento, com cinco práticas: identificar, criar, armazenar, compartilhar e aplicar. E por último, os resultados esperados pela gestão do conhecimento para a administração pública.

Considerações Finais

A partir da pesquisa realizada na literatura sobre a matéria, encontrou-se material para a discussão e análise do assunto. Na elaboração deste artigo, foram usados apenas a literatura que envolve os temas, sem saída de campo.

Com a breve análise histórica do judiciário, é possível perceber todas as nuances que a sociedade traz para as suas organizações, principalmente as públicas.

O surgimento do Judiciário, no mundo todo e não apenas no Brasil, foi utilizado como um meio de promoção de interesses pessoais.

No Brasil, a Administração Pública passou por três fases distintas: patrimonialista, burocrática e gerencial. Mais ainda não consegue se desraigar de suas origens, o serviço público é reconhecido por uma formalidade excessiva, lento, com custos elevadíssimos, e etc.

A forma de gestão dessas organizações públicas é um meio que se tem discutido uma possível colaboração para a melhoria. Em especial, a gestão do conhecimento, conceito ainda pouco discutido no setor público brasileiro.

[...] a pressão que a sociedade exerce, exigindo transparência e agilidade na resolução de suas demandas, entra diretamente em conflito com a forma com que o Estado brasileiro vindo sendo gerido, dada a sua formação peculiar de uma burocracia voltada para as elites – gaste-se muito, porém mal, dada a ineficiência crônica de tal modelo de gestão. (BOGONÁ, 2012 p. 2).

Percebe-se a oportunidade da implantação da gestão do conhecimento no Judiciário com diversos benefícios, não apenas para os funcionários que ganharão um melhor ambiente de trabalho, mas para a população que necessita dos serviços públicos. Ainda mais, no Brasil um país com enorme desigualdade social que quem mais necessita do setor público é a população de baixa renda.

O Poder Judiciário como membro da Administração Pública, possui muito conhecimento adquirido em seus funcionários. Saber utilizar estes conhecimentos é uma estratégia a ser utilizada pelas organizações judiciárias com a finalidade de qualificar seus serviços.

Devido ao uso de Tecnologia de Informação e Comunicação pelas organizações públicas do Poder Judiciário, surgiu a necessidade de capacitação de pessoas para a utilização dessas tecnologias. Com a oportunidade de se estabelecer parcerias com instituições de ensino é possível preparar as pessoas para a prática do trabalho usando Tecnologia de Informação e Comunicação, em um ambiente marcado pela estrutura organizacional hierárquica e centralizada. No caso das organizações do Poder Judiciário, uma oportunidade que pode ser explorada é a garantia constitucional e leis que apoiam a efetividade da gestão pública, mas especificamente a gestão organização. (LEOCÁDIO; SANTOS, 2008, p. 7).

A implantação da gestão do conhecimento no Judiciário ainda é um desafio a ser posto em prática. Considerando os aspectos em que o Poder Judiciário brasileiro foi construído houve um avanço, porém, a estrutura organizacional ainda é precária.

Como destacado anteriormente, existe alguns pontos fortes e pontos fracos que o setor público fornece para a gestão do conhecimento, como o quadro de funcionários estáveis com muita experiência e a exigência pública para melhoria de seus serviços. Desta forma Bogoná (2012, p. 15), faz o seguinte destaca em seu estudo sobre o assunto:

É preciso urgentemente a institucionalização da Gestão do Conhecimento (GC), mudando a cultura organizacional e a maneira de se trabalhar nas organizações. Nas instituições públicas, se houvesse uma certa normatização, quase um manual de boas práticas (GC), muitos dos processos seriam bastante agilizados, visto que, independente da administração ser direta ou indireta, os problemas praticamente são os mesmos, respeitados seus ramos de atuação, e o público final é o mesmo: o cidadão que as mantém, pela coleta de impostos. Uma política de Gestão do Conhecimento, então, é saída para melhoria da qualidade e o aumento da eficiência dos serviços públicos.

A mudança de cultura da organização é o ponto essencial para a implantação da gestão do conhecimento. Com a aproximação entre os funcionários haverá uma conexão entre os serviços da organização, a maneira de trabalhar pode ser diferenciada por meio da gestão do conhecimento. Portanto, meios para a evolução do setor público brasileiro são visualizados de várias perspectivas. Uma possibilidade de avanço está na simples aplicação da gestão do conhecimento.

Referências

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 270 p.

BATISTA, Fabio Ferreira. **Governo que aprende: gestão do conhecimento em organizações do Executivo Federal**. Textos para discussão. Brasília: IPEA, 2004. Documento eletrônico. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1022.pdf>. Acesso em 13 jun. 2017.

_____. **Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão**. Brasília: IPEA, 2012.

BOGONÁ, Marli Zavala de. **Gestão do conhecimento e da informação no setor público: perspectivas**. Temas da Administração Pública. v. 4, n. 7, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. Brasília: **Revista do Serviço Público**, Ano 47, número 1, 1996. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>> Acesso em 10 abr. 2017.

_____. Burocracia Pública na Construção do Brasil. Ensaio ampliado do trabalho “Burocracia Pública e classes dirigentes no Brasil” In: **Revista de Sociologia e Política**. n. 28. p. 9-30. p. 127.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 310.

DAKOLIAS, Maria. O setor judiciário na América Latina e no Caribe: Elementos para reforma. Banco Mundial. **Nota técnica 319**, 1996. 61 p.

FARIA, José Henrique de. Tecnologia de Processo. In: **Tecnologia e processo de trabalho**. 2 ed. Curitiba: EdUFPR, 1997. P. 29-33.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 1024 p.

LEOCÁDIO, Leonardo; SANTOS, Jane Lúcia. **Gestão do conhecimento em organizações públicas**: transferência de conhecimento suportada por tecnologias da informação e da comunicação. São Paulo: KM Brasil, 2008.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros Públicos**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2012. 711 p.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 1493.

MIRANDA, Silvânia Vieira de. A gestão da informação e a modelagem de processos. **Revista do Serviço Público**. v. 61, janeiro/março, 2010.

MONTESQUIEU, Charles Louis de. **Do espírito das leis**. Tradução: Jean Melville. Martin Claret: São Paulo, 2007.

OECD. Ministério da Indústria do Canadá. **Measuring Knowledge management in the business sector**. First setps. Paris, 2003.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 257 p.

ROSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, 163p.

SANTOS, Maria Christina dos. **O serviço notarial como forma de desafogar o poder judiciário: uma análise sob a perspectiva dos tabelionatos de protestos de títulos**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. 2013.143 f.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 354 p.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. V. 2, Trad. de Regis Barbosa ver. téc. de Gabriel Cohn, 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Fundamentos da História do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

OS DESAFIOS DO MERCADO E AS EXPECTATIVAS DOS CONTADORES ATUANTES EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO - SC

Taíze Kuehlkamp Fuchter¹; Marcos Volpato²; Jádina De Nez³; Vanessa Isabel Cataneo⁴; Luiz De Noni⁵; Jose Antonio Redivo⁶; Jose Sadi Borges⁷

¹Academico. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. taize.fuchter@hotmail.com

²Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. marcoslubave@gmail.com

³Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. jadinadenez@gmail.com

⁴Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. vanessaisacataneo@gmail.com

⁵Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. luiznoni@brturbo.com.br

⁶Professor. Centro universitário Barriga Verde Unibave. josearedivo@hotmail.com

⁷Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. borges.sadi@gmail.com

Resumo: O segmento contábil como ciência social sofre constantemente com as modificações, fator que influencia muito na busca de atualização por parte do profissional. O presente trabalho tem como objetivo identificar os desafios do mercado e as expectativas dos contadores atuantes em empresas prestadoras de serviços contábeis no município de São Ludgero – SC. Para tanto elaborou-se uma pesquisa exploratória e levantamento de dados, a abordagem do problema utilizada neste estudo foi qualitativa. Constatou-se que o grande fator de escolha pela profissão foi por identificação pessoal, a maioria desses profissionais pretendem continuar na profissão, destacando como principal desafio para atuar como contador, as exigências do mercado de trabalho quanto à atualização tributária e as constantes mudanças nas normas contábeis, tendo como expectativa para o futuro, maior valorização da profissão, porém com mais exigências por parte do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Contabilidade. Contador. Serviços contábeis. Empresas prestadoras de serviços contábeis.

Introdução

A contabilidade existe desde a antiguidade, seu enfoque é o estudo do patrimônio, tem por objetivo captar, registrar, acumular e resumir os fatos ocorridos na empresa. A informação contábil pode ser utilizada para diversos fins, de modo que satisfaça as necessidades de seus usuários.

A profissão contábil poderá ser exercida após regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e aprovação no exame de suficiência. O profissional graduado em Ciências Contábeis terá varias alternativas de atuação no mercado de trabalho, inclusive nas empresas prestadoras de serviços contábeis, para exercer suas atividades a empresa de serviço contábil precisa ser registrada no conselho regional do seu estado.

Diante deste contexto levanta-se o seguinte questionamento: quais são os desafios do mercado e as expectativas dos contadores atuantes em empresas prestadoras de serviços contábeis no município de São Ludgero – SC?

O objetivo geral do presente artigo foi identificar quais são os desafios e as expectativas dos contadores atuantes nas empresas prestadoras de serviços contábeis no município de São Ludgero.

Constituem os objetivos específicos deste artigo: apresentar a situação atual referente à formação e atuação do profissional contábil; identificar os desafios que os profissionais desse município enfrentam; apontar as necessidades do mercado para o profissional contábil.

Conceito de Contabilidade

A contabilidade existe desde a antiguidade, onde o homem primitivo sem saber já a praticava de uma forma muito simples, ou seja, inventariando seus rebanhos e instrumentos de caça e enumerando suas ânforas de bebidas.

Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas a aproximadamente 2.000 anos a.C. Entretanto antes disso, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao enumerar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade (IUDÍCIBUS,2015,p.18).

Segundo Ribeiro (2013, p. 10) “a contabilidade é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do Patrimônio das empresas”.

Os primeiros sistemas de controle patrimonial, foram desenvolvidos pelas grandes civilizações antigas (egípcia, suméria, grega, romana), equiparando - se às raízes históricas da matemática e da astronomia. Porém, não havia uniformidade nos registros patrimoniais realizados. Em 1494, o Frei Luca Bartolomes Paccioli, promoveu um dos maiores avanços na contabilidade escrevendo o livro: “Tudo sobre aritmética, geometria e proporção”. Paccioli aprimorou a técnica mais utilizada no mundo contábil sendo, o Método das Partidas Dobradas que diz que, para cada débito deve haver, pelo menos, um crédito de idêntico valor. O método permitiu o registro de eventos ocorridos e de outros eventos financeiros a ocorrer (MEIRELLES, 2015).

A contabilidade quando realizada de forma precisa e de acordo com a realidade da entidade, permite que os gestores possam controlar de forma exata o patrimônio.

“A contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender às exigências do governo, mas, o que é muito mais importante, auxiliar as pessoas a tomarem decisões” (MARION, 2009, p. 28).

É por meio da contabilidade que a empresa tem acesso às informações, podendo avaliar quais foram os resultados econômicos obtidos, facilitando o processo de tomada de decisões para continuidade e excelência do negócio.

Objeto e objetivo da contabilidade

Como toda ciência possui um foco e um campo de aplicação em algum assunto, o enfoque da contabilidade é o estudo do Patrimônio, é o que afirma MEIRELLES (2015, p.7):

A contabilidade é uma ciência e como tal possui foco em algum assunto, pois toda ciência possui um campo de aplicação. O enfoque ou o campo de aplicação da contabilidade é o estudo do PATRIMÔNIO das entidades econômico – administrativas. É por meio da contabilidade que uma pessoa física ou jurídica pode ter o controle e a exata dimensão de seu patrimônio.

A contabilidade tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir os fatos ocorridos na empresa e emitir um resumo que possibilite interpretar todo o resultado.

O objetivo da contabilidade é o de captar todos os fatos que estão ocorrendo na empresa, registrar tais fatos num sistema de informação, acumular esses fatos no sistema, resumir os acontecimentos em um certo período, criar e emitir um resumo que servirá de suporte para interpretar todo o processo de resultados (ARAÚJO; ASSAF, 2004, p. 13).

Iudicibus e Marion (2007, p. 53) definem como objetivo da contabilidade “fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade”.

Dessa forma, o principal objetivo da contabilidade é fornecer informações confiáveis aos usuários internos e externos, auxiliando no processo de tomada de decisão.

A Profissão Contábil no Brasil

No Brasil, já se praticava a contabilidade por meio dos profissionais chamados de guarda livros, que cuidavam e registravam as operações ocorridas nos estabelecimentos. No entanto, é a partir do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, que a profissão se desenvolve. A profissão se expandiu, mas devido a equiparação do “guarda livros” ou seja, do praticante de contabilidade sem escolaridade formal em ciências contábeis, ao técnico de contabilidade, provocou uma perda de prestígio em relação às outras profissões, fazendo com que os jovens que ingressavam nas faculdades não tivessem interesse em seguir aquela carreira, pelo fato de não lhes conceder o mesmo reconhecimento das outras profissões (GOMES, 1979).

Para exercício legal da profissão não basta apenas ser graduado. Segundo a Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010, Art. 12, “somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência”.

O Exame de Suficiência é uma prova, onde os Bacharéis em Ciências Contábeis demonstram que possuem capacitação para exercício da profissão. Conforme descrito na Resolução CFC nº 853/99.

Art. 2º. Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade.

Cabe ao Conselho Federal de Contabilidade e ao Conselho Regional de Contabilidade fiscalizar o exercício da profissão contábil, conforme dispõe o Decreto de Lei nº 9.295/46.

Art. 9º. Os Conselhos Regionais de Contabilidade serão organizados nos moldes do Conselho Federal, cabendo a este fixar-lhes o número de componentes, determinando a forma da eleição local para sua composição, inclusive do respectivo Presidente.

Art. 10º. São atribuições dos Conselhos Regionais:

- a) expedir e registrar a carteira profissional prevista no artigo 17;
- b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, relativos a exercício da profissão de contabilista, decidindo a respeito;
- c) fiscalizar o exercício das profissões de contador e guarda-livros, impedindo e punindo infrações, e, bem assim, enviando às autoridade

- competentes minuciosos e documentados relatórios sobre fatos que apurarem, e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;
- d) publicar relatório anual de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
 - e) elaborar a proposta de seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Contabilidade;
 - f) representar ao Conselho Federal de Contabilidade acerca de novas medidas necessárias, para regularidade do serviço e para fiscalização do exercício das profissões previstas na alínea b, deste artigo;
 - g) admitir a colaboração das entidades de classes nos casos relativos à matéria das alíneas anteriores.

O CFC Conselho Federal de Contabilidade tem como responsabilidade editar normas que devem ser cumpridas por todos os contabilistas, enquanto o CRC Conselho Regional de Contabilidade é o órgão responsável pelo registro do profissional e pela fiscalização do exercício da atividade contábil (CFC, 2003).

Diante disso, é de responsabilidade dos Conselhos Regionais de Contabilidade orientar e punir, quando necessário, para que seja mantida a ordem, durante o exercício da profissão.

Possíveis atuações do profissional contábil

Atualmente os profissionais contábeis fazem parte de um mercado, que sofre constantemente com as modificações, devendo o mesmo estar preparado para as mudanças, adequando-se e desenvolvendo o seu potencial criativo.

“A contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional. O estudante que optou por um curso superior de contabilidade terá inúmeras alternativas, [...]” (MARION, 2009 p. 20).

O profissional graduado em Ciências Contábeis terá varias alternativas de atuação no mercado de trabalho, tais como: contador, auditor independente, auditor interno, analista financeiro, perito contábil, consultor contábil e professor de contabilidade

Franco (1999, p. 86) certifica que:

As expectativas da sociedade crescem continuamente, uma vez que ela vê a profissão contábil como capaz de enfrentar os desafios do futuro e de cumprir suas responsabilidades. A profissão tem, portanto, a necessidade de avaliar e reconhecer até onde ela pode atender às expectativas da sociedade, sempre crescentes, adaptando-se às novas situações, seu crescimento será assegurado.

Diante disso, o profissional deve estar preparado para as exigências da sociedade e do mercado, sendo capaz de enfrentar novos desafios, adaptando-se às novas situações, pois a necessidade de atualização se faz presente constantemente no dia a dia.

Empresas prestadoras de serviços contábeis

As empresas prestadoras de serviços contábeis têm como missão prestar serviço de natureza contábil para as pessoas jurídicas, podendo também prestar serviço para as pessoas físicas. “Nela centralizam-se e executam-se as informações patrimoniais de pessoas físicas ou jurídicas, sob a sua responsabilidade que exercem as diversas atividades econômicas” (FIGUEIREDO; FABRI, 2000, p. 44).

Para poder exercer suas atividades a empresa contábil precisa ser registrada no conselho regional do seu estado. Conforme define Rocha (2005, p. 175), “O Conselho Federal de Contabilidade determina que as organizações profissionais que exploram serviços contábeis são obrigadas ao registro cadastral no CRC da jurisdição da sua sede, sem o que não poderão iniciar suas atividades”.

A Resolução CFC nº 1.098/07 define em seu artigo 2º, duas categorias do registro cadastral no Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 2º O registro cadastral compreenderá 2 (duas) categorias:

I organização contábil, pessoa jurídica de natureza civil, constituída sob forma de sociedade, tendo por objetivo a prestação de serviços profissionais de contabilidade;

II Organização contábil, escritório Individual, assim caracterizado quando o contabilista, embora sem personificação jurídica, execute suas atividades independentemente do local e do número de empresas ou serviços sob sua responsabilidade (CFC, 2008, p. 249).

As empresas prestadoras de serviços contábeis, com ou sem personificação jurídica, podem prestar seus serviços para pessoas físicas ou para pessoas jurídicas, nos mais diversos ramos de atividades existentes.

De acordo com Figueiredo e Fabri (2.000, p.62) “os produtos oferecidos por uma empresa contábil podem ser agrupados de acordo com seu foco de ação na necessidade de seus clientes: dividem-se basicamente em três grandes grupos: Consultoria, Assessorias, Execução”. Cabe à empresa prestadora do serviço contábil, focar na necessidade do seu cliente para prestar seus melhores serviços.

Atualmente, um dos principais desafios para as empresas prestadoras de serviços contábeis tem sido atender e adaptar-se às exigências impostas pelas autoridades. Ser contador requer comprometimento e dedicação.

Perspectivas do mercado de trabalho contábil

O mercado de trabalho contábil está em constante crescimento, acredita-se que diante das novas exigências que o mercado de trabalho vem impondo a profissão será cada vez mais valorizada.

Segundo Ludícibus e Marion (2007, p. 44), “Contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional”. Toda empresa necessita de um contador para que possa continuar em funcionamento.

Kounrouzan (2005, p. 01) afirma que

Atualmente não basta apenas concluir o curso superior, o profissional necessita ter características multiprofissionais e estar preparado para a quebra de paradigmas e mudar a forma de agir e interpretar as informações disponíveis.

Diante disso, o profissional deve estar sempre em busca de conhecimento, uma vez que o mercado necessita de profissionais qualificados, capazes de interagir e cumprir com as suas obrigações, sendo visionário, almejando a melhoria da empresa.

O profissional também necessita ser ético, transparente para que suas atitudes reflitam de forma positiva em seu ambiente de trabalho. O contador jamais deverá usar o seu conhecimento para gerar riquezas de forma indevida, ou seja, cometendo crimes.

Procedimentos Metodológicos

O estudo tem uma abordagem quantitativa e qualitativa e classifica-se em pesquisa exploratória. Segundo Gil (1999, p. 43) “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

A coleta de dados se deu por meio de um questionário com onze questões, sendo dez questões objetivas e uma questão descritiva, direcionadas diretamente aos contadores atuantes nos escritórios de contabilidade do município de São Ludgero,

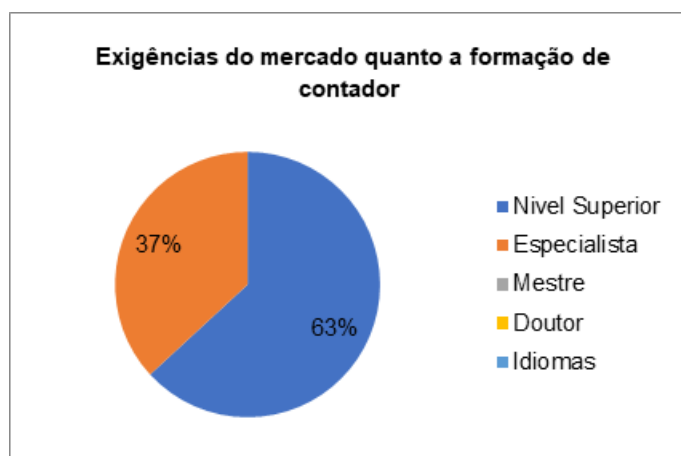
por dois métodos: e – mail e questionário impresso, entregue diretamente em mãos. Atualmente o município de São Ludgero conta com três escritórios de contabilidade, cada escritório possui um ou mais de um contador responsável, suas equipes de trabalho são compostas por contadores e bacharéis em Ciências Contábeis os quais também responderam o questionário.

Através do questionário aplicado é possível interpretar os dados, para interpretação dos dados será levado em consideração o número de vezes que os questionamentos passaram a mesma ideia, para obtenção do resultado do problema.

Resultados e Discussão

Este estudo trata dos desafios do mercado e as expectativas dos contadores atuantes em empresas prestadoras de serviço contábil no município de São Ludgero. Com as constantes mudanças na área contábil, faz-se necessário saber quais são os desafios enfrentados por esses profissionais e as expectativas dos mesmos depois de formado.

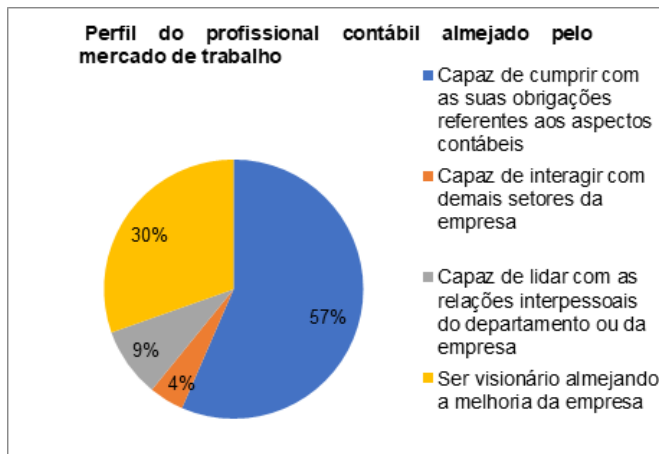
Gráfico 1 – Quanto à formação de contador, na sua visão, quais são as exigências do mercado?



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os dados do gráfico 1 mostram que para 63% dos questionados, ter o ensino superior já é suficiente, enquanto 37% entendem que é importante ter alguma especialidade no ramo. Nenhum dos questionados achou necessário doutorado, mestrado e conhecimento de outras línguas.

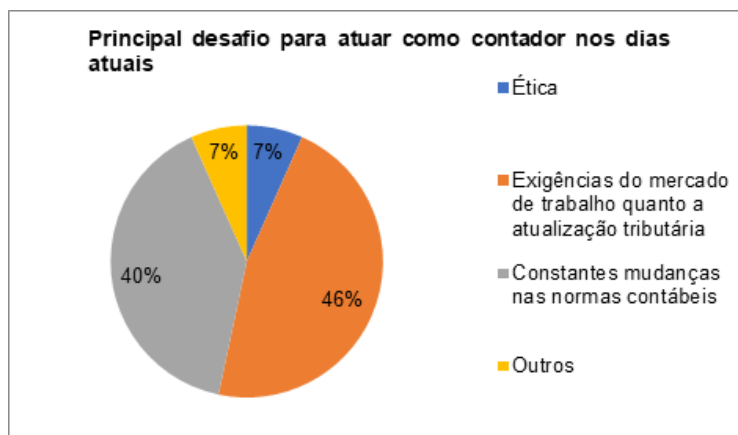
Gráfico 2 – Qual o perfil do profissional contábil almejado pelo mercado de trabalho.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Observa-se no gráfico que em 2,57% das afirmações o profissional contábil deve ser capaz de cumprir com as suas obrigações referentes aos aspectos contábeis, 4% afirmam que interagir com os demais setores da empresa é essencial, 9% dos entrevistados afirmam a necessidade de ser capaz de lidar com as relações interpessoais do departamento ou da empresa e 30% acreditam que o profissional deve ser visionário, almejando a melhoria da empresa.

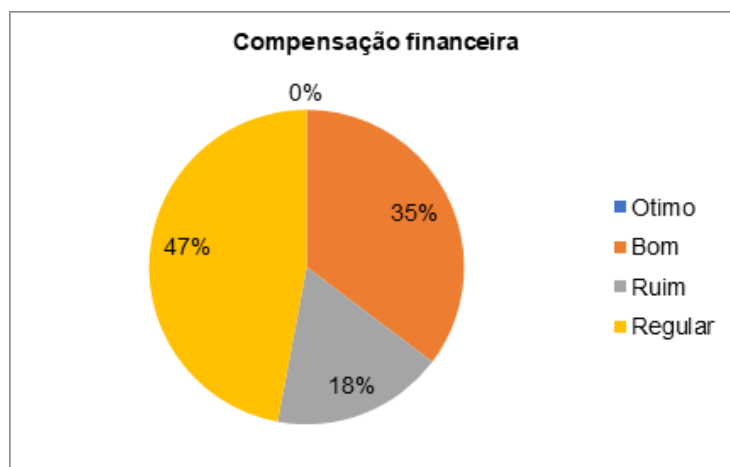
Gráfico 3 – Desafios para atuar como contador nos dias atuais



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Visualizando-se o gráfico 3 percebe-se que as constantes mudanças nas normas contábeis e as exigências do mercado de trabalho, quanto à atualização tributária, são os principais desafios encontrados, com o percentual de 40% e 46%, respectivamente, enquanto 7% consideraram que a ética é um dos desafios para continuar atuando.

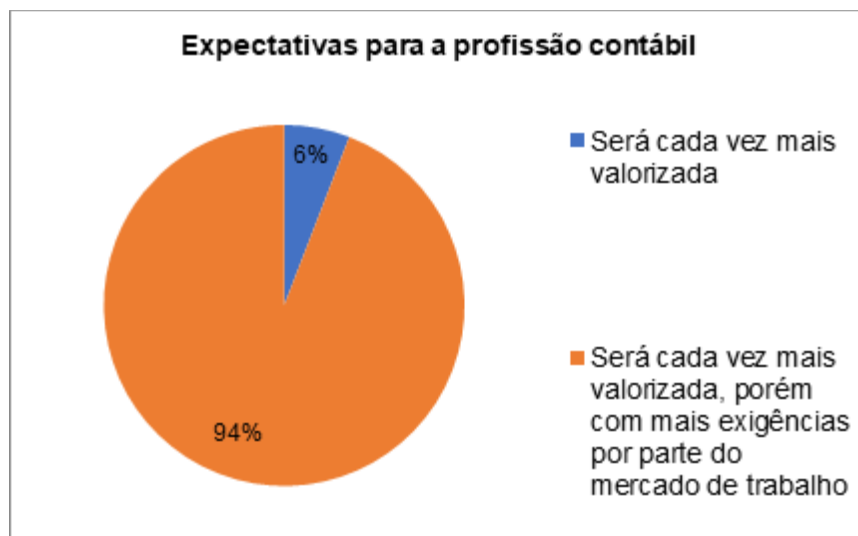
Gráfico 4 – Quanto à compensação financeira, qual a classificação que você daria referente ao retorno financeiro, atuando como profissional contábil?



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Conforme o gráfico 4, dos questionados, 35% afirmam que o retorno financeiro está em um nível bom, 47% regular e 18% ruim.

Gráfico 5 – Com relação ao futuro, quais suas expectativas para a profissão contábil?



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De acordo com o gráfico 5, dos questionados, 94% afirmaram que a profissão será cada vez mais valorizada, porém com mais exigências por parte do mercado de trabalho, apenas 6% disseram que será cada vez mais valorizada.

Mensagem para os novos profissionais contábeis

No quadro 1 estão as respostas ao questionamento acerca da mensagem para os novos profissionais da área contábil.

Quadro 1 – Mensagem para os novos profissionais contábeis que estão entrando no mercado de trabalho.

Ter dedicação e comprometimento com a profissão.
Procurar atualizar-se sempre.
Dedicação, empenho e vontade, é o que temos que ter para qualquer profissão. Também precisamos gostar do que vamos fazer, pois exigirá muito de nós.
Continuar se especializando na área.
Procure ser ético, cumprir com suas obrigações, sendo o melhor no que fizer para poder contribuir com melhorias para o Brasil, se valorize, seja persistente na sua luta e alcance seu objetivo.
Seja persistente no seu objetivo, as dificuldades existem em qualquer profissão.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Considerações Finais

Por meio do questionário aplicado constatou-se que a maioria dos profissionais contábeis atuantes no município de São Ludgero é Bacharel em Ciências Contábeis e exercem a profissão há mais de dez anos. Para exercício da profissão necessita-se de profissionais capacitados em nível superior, que sejam capazes de cumprir com as suas obrigações referentes aos aspectos contábeis. Esses mesmos profissionais classificam como boa a sua satisfação em atuar como profissional contábil. O motivo que mais influenciou na escolha pela profissão foi a identificação pessoal, os profissionais relataram que pretendem continuar na profissão e destacam como principal desafio para atuar como contador, as exigências do mercado de trabalho quanto à atualização tributária e as constantes mudanças nas normas contábeis, tendo como expectativa para o futuro, maior valorização da profissão contábil, porém com mais exigências por parte do mercado de trabalho.

O trabalho do contador tem considerável contribuição para o sucesso da entidade, orientando e passando boa parte do seu conhecimento de forma ética e de acordo com a legislação vigente, uma vez que os maiores desafios enfrentados são as constantes mudanças nas normas contábeis e as exigências do mercado quanto à atualização tributária. A expectativa na profissão é muito promissora para aqueles que estão em constante aperfeiçoamento e atualização, aumentando assim a sua capacidade de direcionar o seu cliente para o melhor caminho a ser seguido.

Sugere-se que sejam feitas outras pesquisas no futuro junto aos contadores de São Ludgero e demais municípios, porém, atuantes em outros segmentos como setor público, ensino, setor privado, dentre outros. A realização destas futuras pesquisas não tem a intenção de esgotar o assunto, mas, de identificar os principais desafios e expectativas do mercado de trabalho em segmentos diferentes do segmento tratado neste estudo.

Referências

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio; ASSAF, Alexandre. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria e Perícia**. 1 ed. Brasília: CFC, 2003.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE – CRCSC. **Legislação da Profissão Contábil**. 1 ed. Florianópolis: CRCSC, 2008.

FIGUEIREDO, Sandra; FABRI, Pedro Ernesto. **Gestão de Empresas Contábeis**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da informação: temas discutidos no XV congresso mundial de contadores em Paris, 26 a 29 – 10 – 1997**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Josir Simeone. **A Profissão Contábil no Brasil – uma visão crítica**. 1979. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901979000200007> . Acesso em: 17 jul. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio De. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KOUNROUZAN, Márcia Covaciuc. **O perfil do profissional contábil**. 2005. Disponível em: <<http://www.oswaldocruz.br/download/artigos/social17.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, Alexandre. **Introdução à contabilidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____ **Contabilidade Básica Fácil**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROCHA, J. C. F. **Manual do Contabilista**: uma abordagem teórico – prática da profissão contábil. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SPED FISCAL: AS DIFICULDADES DO BLOCO K

Ederson Mendes Volpato¹; Marcos Volpato²; Jádina De Nez³; Vanessa Isabel Cataneo⁴; Luiz De Noni⁵; Jose Antonio Redivo⁶; Jose Sadi Borges⁷

¹Academico. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. edersonmvolpato@gmail.com.

²Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. marcoslubave@gmail.com

³Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. jadinadenez@gmail.com

⁴Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. vanessaisacataneo@gmail.com

⁵Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. luiznoni@brturbo.com.br

⁶Professor. Centro universitário Barriga Verde Unibave. joseredivo@hotmail.com

⁷Professor. Centro Universitário Barriga Verde Unibave. borges.sadi@gmail.com

Resumo: O fisco, buscando melhorar a qualidade das informações fornecidas ao governo, criou um novo bloco para o SPED Fiscal. O presente artigo aborda de forma objetiva as dificuldades encontradas pelos contabilistas em relação ao Bloco K do SPED Fiscal. O método utilizado nessa pesquisa foi um levantamento de dados por meio da aplicação de um questionário direcionado a escritórios contábeis da região da AMUREL, totalizando uma amostra de 22 entrevistados. Como principais resultados, pode-se perceber que grande parte dos contadores ainda não tem conhecimento sobre o assunto, consideram seu nível de conhecimento baixo ou médio, todos acreditam que as empresas não estão preparadas para o Bloco K e boa parte acredita que também não tem pessoas com capacidade para gerar as informações necessárias, e como maiores dificuldades estão a falta de controle internos, o despreparo e a falta de interesse das empresas.

Palavras-chave: SPED Fiscal. Bloco K. Contadores. Profissional contábil.

Introdução

O conceito de contabilidade vem evoluindo, conforme as alterações e desenvolvimentos das empresas e da economia. Tomando como primeiro conceito oficial de contabilidade e as mudanças que vieram com o tempo, Fabretti (2014, p. 7) define: “Contabilidade é a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio e as mutações que nele operam os atos e fatos administrativos, demonstrando no final de cada exercício social o resultado obtido e a situação econômico-financeira da entidade”.

Dentro de alguns procedimentos da contabilidade, tem-se a escrituração fiscal. Riquelme e Lourenço (2012) contam que a escrituração fiscal já passou por diferentes formas, desde a manuscrita até hoje a eletrônica. Esperandío, Melo e Mata (2011) explicam que com o avanço da tecnologia, a escrituração ficou mais simplificada, reduzindo custos e permitindo que o fisco acompanhe praticamente em tempo real.

Como parte dessa atualização, criou-se o projeto Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, instituído pelo Decreto nº 6.022 de 2007, teve entre seus objetivos, aumentar a velocidade de integração cliente/fisco e uniformizar as obrigações. Com o tempo o projeto foi expandindo e foram criadas outras obrigações acessórias dentro do projeto SPED. Uma das novas obrigações é o bloco K, que visa mostrar informações de produção e estoque dos estabelecimentos industriais e equiparados, e que está sendo implantado aos poucos, conforme o tamanho do faturamento da empresa.

Diante deste contexto, tem-se a seguinte questão/problema: Qual a dificuldade dos contadores em relação ao bloco K? Com base no problema de pesquisa exposto, esse trabalho tem por objetivo identificar essas dificuldades encontradas pelos contabilistas em relação ao bloco K que já está em vigor, identificando os dados informados no bloco K e analisando o nível de conhecimento dos contadores de Braço do Norte e região sobre o assunto em questão.

A justificativa desta pesquisa é embasada na busca de conhecimento sobre novo bloco, saber como estão se preparando os contabilistas questionados para este novo desafio imposto pelo fisco, assim colaborando com todos aqueles que procuram compreender este bloco que já está em vigor.

Projeto SPED

O projeto SPED foi instituído pelo Decreto nº 6.022 de 2007 e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Pretende modernizar a sistemática do cumprimento de obrigações acessórias que são transmitidas a órgãos fiscalizadores, utilizando um certificado digital, garantindo sua validade jurídica de forma digital (RFB, 2017a).

Segundo Oliveira (2009), o projeto SPED tem os seguintes objetivos: promover a integração dos fiscos, dar maior clareza e uniformizar as obrigações acessórias e tornar mais rápida a identificação de ilícitos tributários.

O projeto SPED começou com três subprojetos: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Escrituração Contábil Digital (ECD), e hoje conta com novos projetos: Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), EFD Contribuições (PIS/COFINS), Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), e-Financeira, eSocial,

Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) (RFB, 2017a).

NF-e - Nota Fiscal Eletrônica

Nota Fiscal Eletrônica é um documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, sendo que sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do contribuinte emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada (OLIVEIRA, 2009).

A nota fiscal eletrônica, portanto, é um documento de existência apenas digital, ou seja, o documento impresso chamado DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) não terá validade e é utilizada apenas para trânsito (OLIVEIRA, 2009).

Segundo a Receita Federal do Brasil, o projeto justificou-se pela necessidade de investimento público voltado para integração do processo de controle fiscal, possibilitando melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos, redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições, fortalecimento do controle e da fiscalização (RFB, 2017b).

Também se ressalta a necessidade desse investimento para o fisco, visto que possibilitou melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre fiscos, redução de custos e fortaleceu o controle e fiscalização. Porém, o projeto também traz vantagens às partes envolvidas, já que trouxe um aumento na confiabilidade da nota fiscal, rapidez no acesso às informações e a eliminação do papel, trazendo inclusive, uma condição melhor para os profissionais atuantes em contabilidade por trazer maior facilidade na coleta de arquivos para conferências (OLIVEIRA, 2009).

EFD ICMS IPI - Escrituração Fiscal Digital

A Escrituração Fiscal Digital é um arquivo digital que se constitui de vários documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos, assim como as apurações de impostos sobre operações e prestações do contribuinte (RFB, 2017c).

Em outras palavras, o documento de escrituração será entregue ao fisco de forma digital e em regra geral se a informação existir, o contribuinte estará obrigado a entregá-la. Nela constarão os livros de entradas, saídas, apuração de ICMS, IPI e o registro de inventário passando a ser em formato eletrônico.

“A partir de 01 de janeiro de 2009, os contribuintes obrigados à Escrituração Fiscal Digital - EFD-ICMS/IPI - devem escriturá-la e transmiti-la, via Internet. As regras de obrigatoriedade da EFD-ICMS/IPI encontra-se na legislação estadual” (RFB, 2016, p. 8).

Segundo manual do SPED, disponível no site da Receita Federal, a data inicial do arquivo será sempre o primeiro dia do mês ou dia de início das atividades e a data final do arquivo será sempre o último dia do mês, data de encerramento das atividades ou qualquer outra data que determine paralisação das atividades do estabelecimento. O prazo de transmissão do arquivo é definido por legislação estadual.

Segundo Ato Cotepe/ICMS nº 09/2008, o leiaute EFD está organizado em blocos de informações dispostos por tipo de documento, que, por sua vez, estão organizados em registros que contém dados. O arquivo digital será gerado na seguinte forma:

Registro 0000 - abertura do arquivo
Bloco 0 - Identificação e referências (registros de tabelas)
Blocos de C, D, E, H - Informações fiscais (registros de dados)
Bloco 1 - Informações especiais (registros de dados)
Bloco 9 - Controle e encerramento do arquivo (registros de dados)
Registro 9999 - encerramento do arquivo.

Não foram criadas penalidades específicas para EFD Fiscal, cada estado deve enquadrar o contribuinte conforme artigos previstos em seus regulamentos pelo descumprimento da obrigação.

Estoque

Nas indústrias, utilizam-se vários materiais, dentre eles matéria-prima, materiais secundários, materiais para embalagem, de escritório, para higiene e limpeza.

Desses materiais, tem-se materiais diretos como em uma produção de carteira escolar que temos a madeira, parafusos, tinta, verniz e materiais que são utilizados para fabricá-las como serras, lixas, estopas, que são os materiais indiretos (MEGLIORINI, 2007).

Também se tem em estoque, as sobras de material, que podem ser por compras em excesso que resultam em quantidades que não podem ser aproveitadas, compradas indevidamente, entre outros. Alguns exemplos:

- Material requisitado em excesso: são sobras por erros de cálculo, por precaução de funcionários da fábrica, podendo ser devolvido ao estoque.

- Material requisitado indevidamente: pode ser devolvido ao estoque.

- Compra de segurança: são compras para caso ocorra algum problema, por quebra ou defeito no momento do uso. Para isso, adquirem-se mais unidades do mesmo e caso não haja problemas o produto fica em estoque. (MEGLIORINI, 2007).

Tem-se também algumas sobras que ainda podem trazer alguma renda para empresa através da venda, são eles os subprodutos e sucatas. Segundo Martins (2000), subprodutos são aqueles itens que, nascendo de forma normal durante o processo de produção, possuem mercado de venda estável, tanto no que diz respeito a existência de compradores quanto ao preço. São itens que tem comercialização tão normal quantos os produtos da empresa, mas que representam porção pequena do faturamento total.

Registro de Inventário e Registro de Controle de Produção e do Estoque

Segundo anexo 5 do Regulamento do ICMS de Santa Catarina - RICMS/SC, aprovado pelo Decreto n. 2.870/2001, no que diz respeito a livros fiscais, no anexo XI, inciso 3, diz que o livro Registro de Controle de Produção e do Estoque, modelo 3, será utilizado pelos estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e pelos atacadistas. Já em seu inciso 6, a respeito do livro de Registro de Inventário, modelo 7, será utilizado pelos estabelecimentos que mantenham mercadorias em estoque (SEF/SC, 2001).

No art. 159 do anexo 5 do RICMS/SC de 2001, diz que no livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque, modelo 3, serão escriturados os documentos fiscais e os de uso interno do estabelecimento, correspondentes às entradas, às saídas, à produção e às quantidades de mercadorias em estoque (SEF/SC, 2001).

No artº 165 do anexo 5 do RICMS/SC de 2001, diz que no livro Registro de Inventário, modelo 7, serão arrolados, pelos seus valores e com especificações que permitam sua perfeita identificação, as mercadorias, as matérias-primas, os produtos intermediários, os materiais de embalagem, os produtos manufaturados e os em fabricação existente no estabelecimento à época do balanço.

Bloco K

Segundo guia prático da Escrituração Fiscal Digital publicado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (2016), este bloco tem o objetivo de prestar informações mensais da produção e consumo de insumos, bem como do estoque escriturado, referente aos estabelecimentos industriais ou a eles equiparados e pelos atacadistas, podendo, a critério do Fisco, ser exigido de estabelecimento de contribuintes de outros setores.

O ajuste SINIEF 25 (Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico – Fiscais), publicado em 09 de dezembro de 2016, trouxe novo cronograma para a obrigatoriedade de entrega do bloco K, conforme abaixo:

- I - para os estabelecimentos industriais pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$300.000.000,00:
 - a) 1º de janeiro de 2017, restrita à informação dos saldos de estoques escriturados nos Registros K200 e K280, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);
 - b) 1º de janeiro de 2019, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 11, 12 e nos grupos 291, 292 e 293 da CNAE;
 - c) 1º de janeiro de 2020, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 27 e 30 da CNAE;
 - d) 1º de janeiro de 2021, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados na divisão 23 e nos grupos 294 e 295 da CNAE;
 - e) 1º de janeiro de 2022, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 31 e 32 da CNAE.
- II - 1º de janeiro de 2018, restrita à informação dos saldos de estoques escriturados nos Registros K200 e K280, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da CNAE pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$78.000.000,00, com escrituração completa conforme escalonamento a ser definido;
- III - 1º de janeiro de 2019, restrita à informação dos saldos de estoques escriturados nos Registros K200 e K280, para os demais estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32; os estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da CNAE e os estabelecimentos equiparados a industrial, com escrituração completa conforme escalonamento a ser definido.

Estes são os prazos para as empresas programarem-se e adequarem-se a esse novo Bloco. Verifica-se a seguir, como funcionam os Registros um a um e suas respectivas funções.

Registros

O bloco K, assim como os outros blocos da EFD, é dividido em registros que trazem diferentes dados para maior clareza do arquivo em questão. Os registros são divididos conforme abaixo:

Quadro 1 - Registro do EFD – ICMS e IPI – Bloco K

K001	Este registro deve ser informado para abertura do bloco, indicando se há informações no bloco
K100	Este registro tem como objetivo, informar a data de apuração do ICMS e IPI.
K200	Nesse registro consta-se o estoque final ao final do período, que será o estoque inicial + entradas/produção - saídas/consumo.
K210	Tem o objetivo de escriturar a desmontagem de mercadorias no que se refere a saída de mercadoria.
K215	Este registro é obrigatório caso haja o registro pai K210, nele consta-se a desmontagem no que se refere a entrada em estoque do item de destino.
K220	Seu objetivo é informar a movimentação interna de mercadorias caso não se enquadre nos registros anteriores.
K230	Traz os produtos acabados ou que estão prontos para o próximo processo de produção. Aqui estarão as operações concluídas no período de apuração, as que ainda estão em elaboração, as que estavam em elaboração em períodos anteriores e que foram finalizadas no período de apuração e também as que estavam em elaboração anteriormente e agora tiveram algum tipo de informação de produção, mas que ainda não foram finalizadas como produtos acabados para venda.
K235	Vinculado ao registro K230, este registro traz o consumo de mercadorias no período.
K250	Aqui se traz os produtos que foram industrializados por terceiros por encomendas e também as suas quantidades.
K255	Neste registro consta-se a quantidade de consumo de insumos que foi remetido para industrialização em terceiros. Obrigatório caso exista o registro K250.
K260	Neste registro é informado os produtos que foram ou serão reprocessados e os insumos que foram ou serão utilizados para reparação.
K265	No registro K265, informa-se o consumo da mercadoria e/ou o retorno ao estoque que ocorreram no reprocessamento.
K270	Traz as correções de apontamento de um período anterior relativo ao registro pai.
K275	Traz as correções de apontamento de um período anterior relativo ao registro filho.
K280	Traz as correções de apontamento de estoque escriturado em período de apuração anterior.
K990	Neste registro, aponta-se o encerramento do bloco e a quantidade de linhas processadas.

Fonte: Baseado em RFB (2016).

Procedimentos Metodológicos

Quantos aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Segundo Gil (1999) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de certa população ou estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas principais características está na técnica padronizada de coleta de dados. Para Raupp e Beuren (2014) vários estudos utilizam pesquisa descritiva na área contábil. Podem

ser em questões, por exemplo, relacionadas a própria profissão contábil. Nesse tipo de pesquisa, utiliza-se mais técnicas estatísticas.

Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa de levantamento. Gil (2008) relata que pesquisa desse tipo se caracteriza pela solicitação de informações de um grupo significativo de pessoas sobre o tema pesquisado.

Em relação à abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa. Na abordagem qualitativa, para Raupp e Beuren (2014, p. 92), “concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo”.

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário aos escritórios contábeis da região da AMUREL, enviado por meio do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina. A região da AMUREL compreende as cidades de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão. O questionário aplicado obteve uma amostra de 22 respostas.

Resultados e Discussão

Com relação ao perfil dos participantes da pesquisa quanto ao sexo, 12 eram mulheres e 10 homens e no que se refere à escolaridade, apenas um participante ainda não era graduado, mas estava cursando o ensino superior, os demais eram todos graduados.

Nas tabelas 1 e 2 será verificado se os escritórios trabalham com empresas que apresentam o EFD ICMS e IPI – SPED Fiscal e se terão empresas que apresentarão o Bloco K.

Tabela 1 – Empresas obrigadas ao EFD ICMS e IPI

Você trabalha com alguma empresa que entrega o EFD ICMS e IPI – SPED Fiscal?		
Sim	20	90,9%
Não	2	9,1%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Como pode-se perceber, apenas 2 pessoas questionadas não trabalham com algum tipo de empresa que apresenta o EFD ICMS e IPI – SPED Fiscal.

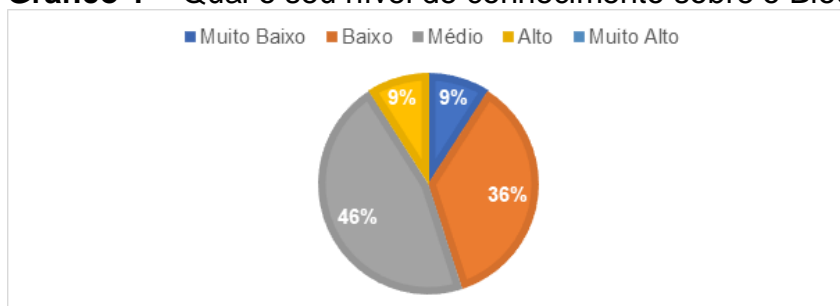
Tabela 2 – Empresas obrigadas ao Bloco K

Dentre as empresas que você entrega o EFD ICMS e IPI – SPED Fiscal, há alguma indústria ou empresa que irá apresentar o Bloco K?		
Sim	13	59,1%
Não	9	40,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na tabela 2, observa-se que a maior parte dos questionados terão que apresentar o Bloco K em alguma de suas empresas, sendo que 9 dos 22 questionados, não terão que entregar este novo Bloco em suas empresas.

O gráfico 1 apresenta o nível de conhecimento dos contabilistas acerca do bloco K.

Gráfico 1 – Qual o seu nível de conhecimento sobre o Bloco K


Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Grande parte da amostra diz conhecer o Bloco K (63,6%), porém ainda não tem conhecimento avançado sobre o assunto. A grande maioria considera seu nível de conhecimento como médio ou baixo, nenhum participante avaliou o seu conhecimento como muito alto.

Ressalta-se que os profissionais foram questionados sobre se já tiveram algum curso ou instrução sobre o tema em questão e se a orientação passada vem sendo clara, esclarecendo suas dúvidas, tendo em vista se o aprendizado foi satisfatório.

Dos 22 participantes da pesquisa, apenas 8 procuraram se preparar sobre o assunto através de cursos, e dessas preparações apenas 4 foram consideradas satisfatórias.

Quando questionados sobre a preparação das empresas para gerar as informações contidas no bloco K, todas as pessoas questionadas acreditam que as empresas não estão preparadas para o assunto e quanto aos funcionários capacitados, apenas 4 acreditam que empresas terão pessoas capazes de gerar as

informações necessárias. A busca por preparação com antecedência é fundamental para se precaver de problemas futuros.

As principais dificuldades na opinião dos participantes da pesquisa estão listadas na tabela 3.

Tabela 3 – Dificuldades encontradas para gerar o Bloco K

Dificuldade encontrada	Porcentagem (%)	Quantidade de respostas
Falta de informação por parte do fisco	0	0
Despreparo por parte das empresas	22,7%	5
Falta de interesse das empresas sobre o assunto	18,2%	4
Falta de controles internos pelas empresas	45,5%	10
Legislação complexa	4,5%	1
Outros	9,1%	2

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na tabela 3 são citadas algumas possíveis dificuldades sobre o assunto e dentre as mais mencionadas tem-se: com 10 respostas a maior dificuldade encontrada foi a falta de controles internos pelas empresas, onde em pergunta específica, todas as pessoas consideraram importante que as empresas tenham controle interno nas suas empresas; a segunda maior dificuldade foi o despreparo por parte das empresas, onde 100% consideraram as empresas despreparadas para o assunto, ainda assim, 10 questionados ainda acreditam que a falta de controle é mais preocupante; em terceiro ficou a falta de interesse das empresas sobre o assunto, muitas empresas tem aquele pensamento de que isso será adiado, que este dia não irá chegar, e assim vão deixando de lado o interesse sobre; como outras dificuldades foi citado algo novo, a ausência de padrões de produção, que dificultaria a apresentação dos dados no validador.

Na tabela 4 tem-se o tema referente à falta de controles internos por parte das empresas, em que 21 pessoas (95,5%) consideraram essa falta de controle como preocupante, visto que o controle de estoque é fundamental para o bloco K, tanto que foi considerada como a principal dificuldade encontrada para apresentação do bloco K, conforme a tabela 3.

Tabela 4 – Controles internos nas empresas**A falta de controles internos nas empresas, como o controle de estoque, estão sendo uma preocupação para você?**

Sim	21 respostas	95,5%
Não	1 resposta	4,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Considerações Finais

Como resultados da pesquisa destaca-se que grande parte da amostra de pesquisa já tem o conhecimento da existência do Bloco K, porém, ainda não tem o conhecimento sobre o assunto em si, considerando seu nível de conhecimento como baixo ou mediano. A procura do conhecimento também não vem sendo feita, e de quem procurou se especializar sobre o assunto, apenas 18,2% consideraram satisfatório.

Das pessoas questionadas, apenas 2 não tem empresas com entrega de EFD ICMS e IPI - SPED Fiscal e 9 pessoas não prestam serviços profissionais a empresas que deverão apresentar o Bloco K.

Os dados encontrados nessa pesquisa, referente à preparação da empresa, foram preocupantes. Segundo questionado, 100% consideraram as empresas como despreparadas para o assunto. Já a falta de controles internos ficou como a maior dificuldade encontrada, considerou-se em 100% das respostas como importante manter o controle de estoque de suas produções para controles internos. O despreparo por parte das empresas também ganhou destaque como principais dificuldades encontradas no Bloco K, assim como a falta de interesse das empresas sobre o assunto.

Espera-se com o resultado dessa pesquisa, que os contadores entrem nesse assunto com seus clientes, buscando assim, futuramente, que as empresas se preparem para o assunto em questão, não tendo problemas quando o bloco entrar em vigor para as mesmas.

Por fim, destacam-se as limitações dos resultados da pesquisa: os questionários foram aplicados apenas na região da AMUREL; a região ainda não conta com muitas empresas que estarão obrigadas à apresentação do bloco e muitas ainda têm um prazo elevado para a obrigação desse bloco, isso pode explicar a falta de procura pelo assunto. Assim, para pesquisas futuras, sugere-se uma investigação em mais regiões, principalmente em regiões maiores e com mais indústrias que estejam obrigadas a entrega do bloco K.

Referências

BRASIL. **Decreto n. 7.212, de 15 de junho de 2010.** Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm> Acesso em: 07 set. 2017.

_____. **Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996.** Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm> Acesso em: 07 set. 2017.

_____. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm> Acesso em: 20 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDARIA – CONFAZ. **Ajuste SINIEF 25, de 9 de dezembro de 2016.** Altera o Ajuste SINIEF 02/09, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – EFD. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2016/aj_025_16> Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Ato Cotepe/ICMS n. 9, de 18 de abril de 2008.** Dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/atos/2008/AC009_08> Acesso em: 15 jun. 2017.

ESPERANDÍO, A. S.; MELO, R. C.; MATA, A. R. Sistema público de escrituração digital – vantagens e importância. **Revista Eletrônica Saber**, v. 14, n. 1, p. 3 – 13, 2011.

FABRETTI, L. C. **Direito Tributário Aplicado.** 3. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

_____. **Contabilidade Tributária.** 14. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. Santo André, SP: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEGLIORINI, E. **Custos Análise e Gestão.** 2. ed. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2007.

OLIVEIRA, A. S. **SPED e Nota Fiscal Eletrônica.** Porto Alegre: Editora Notadez, 2009.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável as ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (org) **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. Teoria e Prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 76-96.

SECRETARIA DO ESTADO E DA FAZENDA DE SANTA CATARINA – SEF/SC. **Decreto Estadual n. 2.870, de 27 de agosto de 2001**. Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina – RICMS/SC. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/Consulta/Views/Publico/Frame.aspx?x=/Cabecalhos/frame_ricms_01_00_00.htm> Acesso em: 15 jun. 2017.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB. **Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital – EFD**. 2016. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/estatico/55/84F292AA956E838ED01DB91A8D4C6ECD9E53C8/GUIA%20PR%C3%81TICO%20DA%20EFD%20-%20Vers%C3%A3o%202.0.20.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **IPI - Imposto sobre produtos industrializados** – Prazo de Recolhimento. 2015. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/tributos/ipi#6--prazo-de-recolhimento>> Acesso em: 22 de Jul. 2017.

_____. **SPED – Sistema Público de Escritura Digital** – Apresentação. 2017A. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>> Acesso em: 07 set. 2017.

_____. **SPED – Sistema Público de Escritura Digital** – NF-e. 2017B. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1328>> Acesso em: 07 set. 2017.

_____. **SPED – Sistema Público de Escritura Digital** – EFD ICMS IPI. 2017C. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/523>> Acesso em: 07 set. 2017.

RIQUELME, A. I.; LOURENÇO, R. L. Percepção de Profissionais Contábeis sobre a Implantação do SPED Contábil, SPED Fiscal e Nota Fiscal Eletrônica. In: Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional, 2, 2014, **Anais...** Ponta Porã, 2014.